

RSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Álvaro Viera Pinto: massas, nacionalismo e cultura na realidade nacional.

Renato Ramos Martini

UNESP

Araraquara

Dezembro de 2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Álvaro Viera Pinto: massas, nacionalismo e cultura na realidade nacional.

Renato Ramos Martini

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação
em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
– UNESP, sob a orientação do Prof. Dr. Milton Lahuerta.

UNESP

Araraquara

Dezembro de 2008

Resumo

Título do trabalho: Álvaro Vieira Pinto, massas, nacionalismo e cultura na realidade nacional

O presente trabalho procurou analisar e elucidar alguns aspectos da obra teórica do pensador brasileiro Álvaro Borges Vieira Pinto. O estudo se concentra principalmente, na análise das obras do período (1955-1964) em que o filósofo foi membro atuante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) , embora não só este período de produção tenha sido usado como parâmetro para o entendimento de elementos cruciais de sua obra.

Como intenção maior do trabalho, buscou-se entender os conceitos que são peculiares na obra do autor. Em um primeiro momento (cap. 1), fez-se uma discussão sobre o conceito de massas para o intelectual em análise, mostrando a valorização que o autor empreende para o conceito, desdobrando-se disto uma valorização da própria idéia de democracia. Em um segundo momento (cap.2), apreciou-se o conceito de nacionalismo do pensador, caracterizado por um componente não isolacionista e sim integrativo dos países não desenvolvidos. No terceiro capítulo foi feito um exame da relação entre o estudioso do ISEB, com a esfera da cultura no país, mostrando-se a importância que ele atribui a esta, como esfera de transformação da realidade nacional.

Por fim na última parte (cap.4) procurou-se analisar o papel desempenhado pelos intelectuais do ISEB, que com uma dinâmica específica de atuação, tentaram influenciar, em parte, as esferas da política e da cultura para adesão em relação as suas tese.

Palavras-chaves: VieraPinto, massas , nacionalismo, cultura, desenvolvimentismo, ISEB

ABSTRACT:

Title of the Work: Álvaro Vieira Pinto, the masses, nationalism and culture in the national reality.

The present work tried to analyze and to elucidate some aspects of the theoretical work of the Brazilian thinker Álvaro Borges Vieira Pinto. The study is mainly concentrated on the analysis of the work from the period when the philosopher was an acting member of the Higher Institute of Brazilian Studies (ISEB), from 1955 to 1964, but not only this period of production was used as a parameter for the understanding of the crucial elements of his work.

As the greatest intention of the work, we searched to understand the concepts which are peculiar to the author's work. In the first moment (chapter 1) the masses concept for the intellectual being analyzed is discussed by showing the valorization that the author outlines for the concept, developing from this, a valorization of the democracy idea itself. In the second place (chapter 2), the thinker's concept of nationalism is appreciated, not being characterized by an isolationist component but an integrative component of the undeveloped countries. At last (chapter 3), it is done an exam of the relation between the studious man from ISEB and the cultural sphere in the country, so showing the importance attributed to it by him, as being the transformational sphere of the national reality.

Keywords: Vieira Pinto, masses, nationalism, culture, development, ISEB.

Sumário

Introdução	01
I – Massas e Democracia	08
1.1 – Temor e desprezo pelas massas	13
1.2 – Álvaro Vieira Pinto e a democratização pelas massas	37
II – O Nacionalismo no Brasil: as peculiaridades do pensamento de Álvaro Vieira Pinto.	73
2.1 – Nacionalismo: um termo de múltiplas determinações	74
2.2 – O nacionalismo no pensamento social brasileiro e o inusitado caso de Álvaro Vieira Pinto	78
III – Álvaro Vieira Pinto e a cultura na realidade nacional.....	102
IV – Álvaro Viera Pinto e os intelectuais do ISEB.....	122
V- Considerações Finais.....	147
VI- Posfácio- notas biográficas sobre Álvaro Viera Pinto.....	151
Referências	

Introdução

Alcançar uma compreensão, por mínima que esta seja, das idéias e das proposições de um autor do pensamento social brasileiro, não é tarefa fácil para ninguém. Embora estejam entrelaçadas, é possível apontar duas questões fundamentais que rondam, como um espectro o trabalho daqueles que se debruçam sobre a obra de um expoente do pensamento brasileiro.

Primeiramente a questão da atualidade do autor, isto quer dizer, verificar se existem elementos em suas obras que ainda são capazes de empreender um diálogo com a realidade atual. Em segundo lugar, se coloca a questão da validade de suas interpretações, ou melhor dizendo, teria conseguido o autor, no período em questão, estabelecer uma confabulação rigorosa e pertinente com as questões de seu tempo?

Tomando como parâmetro a obra de Álvaro Vieira Pinto, não há como fugir desse espectro, nem mesmo é possível enganá-lo oferecendo-lhe saídas atraentes, pois simplificadoras, como se contentar em reproduzir simplesmente as idéias do autor. Trata-se pois de enfrentá-lo, caso contrário o espectro poderá lançar a velha máxima “decifra-me ou te devoro” como dizia a esfinge grega.

Quando alguém se põe a estudar a obra de um pensador social, mais do que digerir as idéias expostas em seus escritos é preciso tentar entender o que está por traz daquilo explicitado em suas palavras.

Buscar entender uma produção intelectual, como um fim em si mesmo, ou seja, sem refletir sobre o fato de esta produção estar associada a determinados fins específicos, os quais são muitas vezes circunstanciais, pode representar a criação de um imenso obstáculo para o desvendamento da autenticidade de um pensamento.

É importante asseverar que inegavelmente, quem escreve uma obra na área de ciências humanas, busca dialogar com os atores existentes no seu contexto de

experiência e com as reflexões estatuídas sobre a realidade histórica de seu tempo, ou ainda de um tempo pretérito.

Não basta, portanto, fazer uma leitura das idéias do autor em questão, contentando-se em reproduzi-las e debatê-las, mas é também preciso um esforço de contextualizá-las na especificidade da sociedade em que foram produzidas, para logo poder transportá-las para a realidade do presente.

Esse entendimento toma como referência a proposta de Quentin Skinner (1996) para o estudo dos clássicos do pensamento político. Skinner ressalta que é preciso ir muito além da mera leitura dos textos dos autores chamados clássicos, é necessário entender os fatores que os movem ao normatizarem determinadas idéias:

Compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever e, portanto, implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer. Quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro” histórico para a nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar (SKINNER, 1996, p. 13).

Além disso, a despeito de poder parecer obvio, não é supérfluo afirmar que só se escreve sobre “O capital”, por exemplo, após a emergência do sistema capitalista ou, ainda, que não se escreve sobre “nação” na alta idade média.

Assim, como os analistas da sociedade têm um compromisso com o contexto, quando o veloz trem da história ultrapassa a estação momentânea daquele período, toda e qualquer obra se não olhada com a acuidade de seu tempo histórico poderá ser desqualificada.

Por outro lado, inverter completamente a equação e afirmar que toda obra tem importância por ser filha de seu tempo, seria relativizar demais o problema e justificar toda e qualquer produção intelectual, perdendo de vista, por fim, a atualidade e pertinência dos argumentos, nas tentativas mais recentes de interpretação da sociedade.

Desde esse prisma, portanto, na análise de uma obra é importante encontrar o calibre exato para tentar perceber a importância da obra pelo significado, o alcance, os interlocutores e as questões mais relevantes daquele período, além

transportar os argumentos para a contemporaneidade e daí concluir se há lastros em relação a estes quesitos.

Para facilitar, uma pergunta que pode permear a análise de um autor e sua obra é se sua teoria conseguiu, com razoável densidade, dialogar com as questões de seu tempo, e se muitas destas questões ainda permanecem. Se a resposta for positiva e ainda se somar a isto, como parece ser o caso de Álvaro Vieira Pinto, a permanência de questões que se desdobraram no futuro e permanecem atuais, a análise da obra não só é pertinente como profundamente necessária.

No caso de Álvaro Vieira Pinto, bem como de outros isebianos, deve-se frisar que uma das dificuldades apresentadas para que os autores sejam estudados no contexto de sua época e de fato se vislumbrar se tem uma contribuição valiosa para o pensamento social no Brasil, foi à substituição dos paradigmas universitários brasileiros, ocorridos entre os muros universitários no início dos anos 70, e a própria emergência de uma talentosa geração mais nova, a qual passa a marcar sua posição teórica em sentido contrário ao que havia sido produzido por uma geração mais antiga.

Se nos anos cinqüenta, os cânones interpretativos resvalavam para questões como dependência, subdesenvolvimento, crescimento econômico, nacionalismo, terceiro mundismos e outros, nos anos setenta, o modelo que conquista a hegemonia acadêmica passa a ser o estruturalismo, o qual não via para o país um destino singular, mas pelo contrário, via sim destino inserido em uma “estrutura” econômica mais universal. Como bem pontua Norma Côrtez:

[...] foi porque adotaram a abordagem estruturalista, ignorando a especificidade temporal e histórica, que não puderam enxergar a positividade ontológica da nacionalidade e nem identificar qualquer ator social capaz de expressar os interesses locais e valores nacionais, crença propagada pela geração de Álvaro Vieira Pinto. Afinal, se a experiência civilizacional brasileira não possui um sentido histórico singular, pois se resume a um movimento de expansão do sistema capitalista, então, o melhor modo de se compreender a constituição identitária, as atitudes políticas e a formação dos atores e das classes sociais se cinge a uma perspectiva supranacional pensada estruturalmente [...] (CORTEZ, 2003, p. 28-29).

Em síntese, a obra dos isebianos não foi ultrapassada pelo tempo, mas relegado por outro paradigma científico, que vitorioso passou a servir de referência

para as novas gerações de intelectuais que foram formando outra geração a qual foi aprendendo que entre outros erros cometidos pelos nacionalistas isebianos, estes mistificavam as diferenças de classes pela valorização do primado do nacional.

Um outro empecilho para o devido entendimento do pensamento de Álvaro Vieira Pinto e de outros isebianos, diz respeito a uma tendência de se entender o Instituto como um bloco homogêneo no qual os autores comungavam ou das mesmas posições teóricas, ou dos mesmos interesses políticos, sempre claros e bem definidos.¹

Existe na teoria de Vieira Pinto, toda uma gama de conceitos originais e carregados de especificidades que se perdem ao se fazer uma descrição homogeneizada do Instituto. Conceitos como o de massa, ganham em Álvaro Vieira Pinto contornos inéditos, não só em relação ao pensamento brasileiro, mas também em relação ao que de mais marcante foi produzido universalmente.

Apenas para exemplificar a riqueza e originalidade do autor segue abaixo um trecho do denso, importante e ainda pouco estudado *Consciência e realidade nacional*:

[...] a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas. [...] É à medida que a consciência do povo vai esclarecendo em número crescente de indivíduos, que se manifesta de forma nítida a realidade social. A verdade sobre a situação nacional não deriva da inspeção externa feita pôr um clínico social, historiador, sociólogo ou político, mesmo supondo-se geniais esses homens. Essa verdade só será dita pela própria massa, pois não existe fora do sentir do povo, como proposição abstrata, lógica, fria. Não é uma verdade enunciada sobre o povo, mas pelo o povo. É função da consciência que já atingiu, e da representação que faz dos seus problemas. O que compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhê-la nas suas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorcê-la, sem violentá-la, sem mistificá-la. Assim, estarão construindo precisamente o projeto de desenvolvimento requerido pelo estado social do momento, o único viável na execução e autêntico na ideologia (PINTO 1960a, p. 34).

¹ Um exemplo de obra que tende a analisar o I.S.E.B como “bloco” é - *ISEB: Fábrica de Ideologias* (TOLEDO, 1978). É justo que se diga que neste livro clássico sobre o ISEB, existe todo um esforço de distinção entre a produção dos variados autores isebianos. Tanto é verdade que o termo ideologia está no plural, pois seus autores não produziam uma única ideologia. No entanto, no livro existe uma forte tendência entre cindir ciência e ideologia e neste caso todos os isebianos não faziam mais do que produzir ideologias, em oposição a verdadeira ciência, que seria a marxista.

Por meio desse trecho, verifica-se que o autor não pretendia falar em nome das massas, como em geral são acusados os integrantes do ISEB, mas pelo oposto, as massas deveriam “falar” através da voz do estudioso da realidade.

Fica evidente também que, diferentemente do que comumente se pensou, não há um temor de uma “rebelião das massas”, como havia entre alguns importantes pensadores internacionais, como será visto ao longo deste trabalho

Portanto, nesta pequena amostra, se percebe em Vieira Pinto, uma validade e atualidade de pensamento, pois naquele período em que escreveu a discussão sobre as massas já estava posta, e ainda hoje se faz pertinente a discussão específica do papel social e político das mesmas.²

Assim, definir categoricamente o ISEB seria como afirmar que o pensamento de esquerda é homogêneo ou o de direita é “monolítico”. E sendo as linhas de pensamento definíveis como espessuras impermeáveis e distintas, assim como água e óleo que não se mesclam, nos diversos campos teóricos não haveria nuances, divergências e conflitos e até simbioses de conceitos aparentemente antagônicos.

Aqui é apropriado utilizar-se das palavras de Antonio Cândido ao prefaciar o livro sobre Plínio Salgado, mostrando a importância de se estudar um autor particularizado, em relação ao movimento do qual participou, e é justamente a distinção proposta por ele, que deve orientar um trabalho de entender a validade e atualidade de um autor e sua obra:

Distingo, logo penso – poderia ser o lema para as discussões sobre a atividade da inteligência. Com efeito, por vezes as generalizações desfiguram e corre o risco de ser um ocultamento da realidade; e desconhecimento dos traços particulares pode abrir caminho para a confusão, porque corresponde ao veso de explicar tudo por cima, numa penumbra onde todos os gatos do mundo e da mente são confortavelmente pardos [...] (CANDIDO, 1978, p. 13).

Dois aspectos parecem ser bastante originais na obra de Álvaro Borges Vieira Pinto. Por um lado esta originalidade está presente na valorização do papel a ser desempenhado pelas massas, o que acaba desdobrando-se em uma defesa

² Massa para A. V. P. diz respeito a todos os trabalhadores que utilizam as próprias mãos, para transformar a realidade, tendo portanto uma dimensão mais ampla que do classe social.

intransigente da democracia, rompendo-se com qualquer perspectiva teórica anti-elitista ou antidemocrática.

De outro lado, Vieira Pinto se coloca para a confecção de sua obra sob a égide de uma perspectiva nacionalista, mas o nacionalismo que serve de cobertura para sua obra tem característica altamente peculiar, embasada na perspectiva de quem fala a partir da realidade do terceiro-mundo.

A proposta deste trabalho é intentar empreender uma análise destes aspectos, buscando clarificar pontos importantes para o entendimento da obra do filósofo fluminense como um todo.

Sendo assim, na primeira parte do trabalho, capítulo 1 com o título: *Massas e democracia*, é feita uma discussão em relação ao aspecto da valorização das massas no pensamento de Vieira Pinto. Quais teriam sido as motivações que o teriam levado a valorizar as massas? Esta é uma questão crucial que nesta parte tenta-se resolver.

A princípio na elaboração do projeto de doutorado três hipóteses permeavam a questão da valorização das massas no pensamento de Álvaro Vieira Pinto.

Hipótese primeira: ao privilegiar e exaltar as camadas populares em suas obras, Vieira Pinto, teria sofrido a influência ou incorporado categorias de teorias de “esquerda” como a marxista.

Segunda hipótese: ao se remeter as massas Vieira Pinto, nada mais fazia que condicionar sua teoria, a uma prática já existente em termos de política, que era privilegiar no discurso as massas, para se encontrar respaldo para as ações públicas. Ou em outras palavras, deve-se examinar até que ponto Vieira Pinto incorporou o discurso político populista em sua teoria, criando uma espécie de “populismo teórico”.

Terceira hipótese: percebendo Álvaro Vieira Pinto que no momento que refletia sobre a realidade do país, era realmente o surgimento das massas urbanas a grande novidade em termos sociais, entendia assim que estas eram agentes de mudanças e que se necessitava de alguma maneira, incorporá-las aos estudos teóricos.

Perceber-se-á ao longo do trabalho que estas hipóteses foram ultrapassadas no decorrer da pesquisa, e que a valorização das massas decorre de outros fatores como será explicitado no capítulo 1.

Na segunda parte (capítulo 2 - *O nacionalismo no Brasil: as peculiaridades do pensamento de Álvaro Viera Pinto.*) a discussão desloca-se para a análise do nacionalismo. Aqui será visto como sofrendo a influência de uma concepção terceiro-mundista, onde Viera Pinto constrói uma acepção de nacionalismo bastante original, que longe de se constituir em um nacionalismo isolacionista, propõe um modelo integrativo aos países no mesmo patamar de desenvolvimento.

No capítulo 3, entendendo-se a valorização que alguns isebianos e principalmente Vieira Pinto, faziam da esfera cultural (entendida como conjunto de manifestações artísticas) como elemento que poderia contribuir para a difusão de uma consciência crítica, pois tal esfera poderia aproximar, de certa maneira, os brasileiros da realidade do país e neste caso contribuir com o ideário de desenvolvimento. O capítulo procura por em questão a “cultura” daquele momento e mostrar a visão de Álvaro Vieira Pinto, sob aquele tema.

Por fim, no último capítulo do trabalho (capítulo 4) se empreende uma análise do papel intelectual desempenhado pelos isebianos, especificamente o de Álvaro Viera Pinto, no âmbito dos meios pensantes da sociedade brasileira, ao utilizarem o instituto como centro divulgador dos seus ideários.

I- Massas e Democracia

Existe uma tradição no que se refere à história política do Brasil. Tal tradição se assenta na ausência de participação popular nos episódios marcos de nossa vida social. Até certo ponto é compreensível que o “povo” tenha se feito ausente nos momentos cruciais de nossa história, uma vez que por nossa tradição de país colonizado por séculos, tenha havido para usar a linguagem gramisciniana uma hipertrofia da sociedade política em relação à sociedade civil.

Deve-se dizer até certo ponto, pois de fato em alguns períodos como no colonial toda “organização da cultura” se restringia ao monopólio da metrópole que controlava até mesmo a publicação de livros e jornais.

Mesmo após a independência, ainda que surgindo a necessidade de maior autonomia na organização da sociedade civil, com jornais, livros peças de teatro etc, a escravidão provocando um vazio entre as duas classes fundamentais (senhores x escravos) o predomínio da grande propriedade rural acabam por impedir a formação de uma população que se organize autonomamente.³

A proclamação da república não deixa de consagrar a tradição de ausência popular e vem reforçar as expressões “mudança pelo alto”, “via prussiana” dentre outras.

Entretanto, no período republicano, apesar das instituições criadas não estimularem o fortalecimento da sociedade civil o país começa a vivenciar a introdução de práticas capitalistas nacionais e já nos anos vinte, temos o prelúdio de industrialização e urbanização⁴. Assim: “a introdução do capitalismo, com o início

³ Sobre a tendência centrípeta do latifúndio que impede a criação de um ambiente “democrático” ver o vigoroso estudo de VIANNA (1987).

⁴ Sobre as mudanças provocadas pela industrialização e urbanização e suas conseqüências sociais e políticas no Brasil ver FAUSTO (1977b).

das lutas operárias e com as agitações das camadas médias, um germe do que se poderia chamar de sociedade civil” (COUTINHO, 2000).

Nas décadas subseqüentes, o país terá que lidar com uma mesma questão posta para todas as instituições políticas das nações ocidentais, que é como lidar e incorporar as massas urbanas?

Fazendo um parêntese, deve-se afirmar que reconhecer esta realidade não significa afirmar que “as massas”, a partir de então, terão um papel preponderante na condução no jogo político nacional. Mas significa sim, afirmar que o exercício da política não poderá ausentar-se de dialogar com estas populações que emergem nas cidades.

Antes da emergência das massas urbanas as vicissitudes da política brasileira eram decididas no âmbito das localidades, numa espécie de jogo de cartas marcadas. Este jogo caracterizado pela imposição da vontade do grande proprietário de terra foi denominado de coronelismo, que só faz sentido em ambiente rural, pois nas cidades como os jogadores são outros tais regras não fazem sentido.

Victor Nunes Leal é enfático em relação à preponderância do meio rural para o fenômeno classificado de coronelismo:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras [...]

Esta ascendência resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela o “coronel” é rico [...] Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos [...] (LEAL, 1986, p.23-23).

De certa maneira, e apenas de certa maneira, Nunes Leal é um continuador das teses de Oliveira Vianna (1987) de *Populações Meridionais do Brasil* que demonstra o predomínio do rural sobre o urbano, e a colonização da esfera pública pela privada.

Afirma-se, apenas de certa maneira Victor Nunes Leal como dando seqüência as teses de Vianna, pois em Coronelismo parece já estar se ressaltando uma crise eminente do elemento rural da sociedade, levando os senhores de terras, vulgo coronéis a “inventarem” formas de trocarem relações com a esfera pública em fortalecimento como decorrência da esfera privado-rural em enfraquecimento.

Em Vianna por outro lado escrevendo em contexto diferente, percebe-se o predomínio incontestado dos clãs rurais sobre a esfera pública.

A bem da verdade não é esta discussão que interessa ao desenvolvimento deste trabalho⁵. Entretanto, se fez este minúsculo prelúdio referente a história brasileira, somente para se afiançar a importância que a emergência das massas urbanas representou para o nosso desenvolvimento histórico.

Indubitavelmente o fenômeno da massificação das cidades se constituiu uma preocupação teórica universal do século vinte, uma vez que a atividade intelectual deve a partir de então, entender, lidar e organizar sociedades que passam a congrega um contingente populacional até então inédito na história.

O desenvolvimento e consolidação do capitalismo entre o turbilhão de conseqüências que gerou, fez emergir sociedades urbanas e povoadas, ressaltando-se as devidas peculiaridades de cada região, país, etc. Industrialização não só acirra a contradição campo-cidade como faz pender a balança da população para o lado das cidades.

Evidentemente as ressalvas não são poucas, primeiramente deve-se ser assertivo em relação às contradições ocorridas nos países de desenvolvimento tardio, como é o caso do Brasil entre muitos outros. Aqui como acolá, onde o processo de desenvolvimento se deu em boa medida por influência externa, as contradições entre as estruturas da cidade e do campo, e entre o arcaico e moderno, se fizeram bastante visíveis e acentuadas. Como bem pontua Gino Germani:

⁵ Sobre a possível relação teórico-metodológica entre Oliveira Vianna e Victor Nunes Leal pode –se consultar o fundante artigo de BOTELHO (2007)

[...] as sociedades que iniciaram, prematuramente, a transição de uma estrutura tradicional para uma estrutura industrial, conheceram-no, e ainda em etapas avançadas de desenvolvimento incluem em suas respectivas áreas zonas de “subdesenvolvimento” relativo (como os casos do sul dos Estados Unidos, sul da Itália etc.), porém, onde se tem apresentado com caráter de uma oposição radical é, sobretudo, nos países de desenvolvimento tardio, e onde o processo tem sido induzido “a partir de fora” e não internamente, como no caso dos países do Ocidente. Daí, o surgimento de conceitos como os de “economia dualistas”, formulado por Boeke, ou a imagem de “os dois Brasis”, empregada por Lambert, a propósito desta nação. Estes fenômenos, além disto, se havia imposto à atenção dos estudiosos do século passado e, por exemplo, a oposição central, nas análises de Sarmiento, entre civilização e barbárie, cidade e campo, possui o mesmo sentido de coexistência das estruturas “arcaicas” com outras “modernas”. (Germani, 1973, p.44).

Em segundo lugar, o crescimento das cidades no Brasil esteve intimamente relacionado ao desenvolvimento do aparelho estatal, não se devendo simplesmente ao crescimento das indústrias como classicamente se deu em muitos países do hemisfério norte.

Diferentemente, aqui também contribuíram além do Estado, as atividades comerciais e dos setores ligados à exportação, em suma, não se criou um tipo de operário homogêneo nas cidades, mas uma massa de trabalhadores bastante heterogênea, muitos vivendo de atividades consideradas marginais.

De qualquer forma, o superpovoamento urbano que aglutina indivíduos das mais diversas origens e atividades laborais, e todas as implicações deste processo, independente das especificidades de cada região, passa a ser alvo do olhar dos analistas da sociedade em todas as partes do globo, pois é necessário refletir desde como se deve organizar o dia a dia de cidades populosas até as implicações de participação cada vez maior em termos numéricos para o exercício da política.

Se no século XIX a preocupação em relação à política era com a emergência da democracia liberal que expandia direitos e colocava em xeque-mate o que restava da antiga ordem, a qual definia a função dos indivíduos na sociedade pelo nascimento, especificamente após o primeiro quartel do século XX, a preocupação passará a ser com a possibilidade da manutenção do regime democrático face ao fenômeno cada vez mais intenso da chamada “massificação” da sociedade.

Autores das mais diversas origens e matrizes ideológicas refletirão sobre a sociedade de massa e suas implicações para a manutenção do regime democrático.

Este capítulo está constituído pela exposição das idéias de alguns autores reconhecidos que de alguma forma problematizaram a participação e a influência das massas nos destinos políticos das sociedades. No geral por razões detalhadas a seguir, estes autores resvalam para certo elitismo.

Primeiro porque, em certa medida, acreditam que o poder das massas deve ser contrabalançado por mecanismos que impeçam a sua incidência sobre todos os assuntos. E segundo porque, vislumbram que apesar da emergência das massas ser um fato marcante da história recente, de fato estas pouco decidem politicamente, em virtude de alguns mecanismos inatos ao exercício do poder político.

Ainda neste capítulo foi exposta uma tradição de pensamento brasileiro de grande influência na história das idéias no Brasil, a qual, denominada de pensamento autoritário, não trabalhou com a hipótese da participação das massas no destino político da nação, mesmo porque este pensamento se gestou anteriormente a gênese da sociedade de massas no país.

Neste caso, as transformações políticas e sociais para esta vertente seria obra de um estado demiurgo. Vale dizer que o fato desta “escola” de pensamento surgir antes da industrialização e urbanização do país, não significa afirmar que suas influências nos períodos posteriores foram poucas.

Poderá se perceber que a exposição do pensamento autoritário se deu no mesmo momento que se empreendia a análise da obra de Álvaro Vieira Pinto naquilo que trata especificamente de sua interpretação sobre a atuação das massas. A tese é que sua obra é constituída por uma originalidade ímpar, pois defende ser a participação das massas imprescindível para um projeto de país que deveria se lançar ao desenvolvimento.

Será importante notar que sua apologia das massas e da democracia extrapola argumentos meramente políticos e adentram ao campo filosófico. A

tradição de pensamento autoritário foi incorporada, naquela altura do texto, para contrastar com a concepção radicalmente assimétrica de Vieira Pinto.

Assim, a estrutura do capítulo foi assentada sobre dois itens. No primeiro (*Temor e desprezo pelas massas*) estão encaixados autores “internacionais” de diversas correntes e épocas históricas, mas que podem ser aproximados pela desvalorização que explicitam sobre a atuação das massas.

No segundo item, intitulado: *Álvaro Vieira Pinto e a democratização pelas massas*, está inserida uma discussão do pensamento brasileiro e o contraste entre Álvaro Vieira Pinto e os chamados autoritários.

1.1 - Temor e Desprezo pelas massas

Um dos expoentes do pensamento político no século vinte e que centrará suas análises nas conseqüências nefastas da participação da massa na vida pública, é o espanhol Ortega y Gasset.

Partindo de um viés “aristocrático” e, podendo-se dizer até elitista, Gasset escreverá o propalado *A Rebelião das Massas*, no qual o cerne parece ser o fenômeno da hiperdemocracia, resultante de um crescimento do igualitarismo, desbancando o poder da autoridade tradicional.

A preocupação maior de Gasset parece ser com a vulnerabilidade que as pressões da massa causam para o exercício do poder político, por parte da elite. Para o autor, igualdade e liberdade são antípodas, pois inviável seria o exercício da autoridade com igualdade.

José Ortega y Gasset, logo nas primeiras páginas de seu livro, começa mostrando que no momento em que escreve (anos vinte do século passado), o aparecimento das massas será o fato mais marcante da vida pública europeia. É bom que se frise da vida pública, pois as massas se apropriam não só do exercício da política, mas também influenciam nas esferas intelectual, moral, econômica, religiosa, etc...

Alargando ao extremo sua presença em todos os espaços públicos ou privados, a multidão passa ser a novidade para a visão dos homens que cultivam a inteligência.

A multidão, de repente, torna-se visível, e instalou-se nos lugares preferentes da sociedade. Antes, se existia, passava inadvertida, ou ocupava o fundo do cenário social, agora se adiantou até às gambiarras, ela é o personagem principal. Já não há protagonistas: só há coro. (GASSET 2002, p.8)

O autor deixa claro em seu texto, a importância de não se confundir massas ou multidão com classe social. Massa seria todo o homem médio que não consegue pensar diferente de seu semelhante.

Para Gasset, massa define-se muito mais pelo seu aspecto psicológico, ou seja, são aqueles que se sentem como todo mundo é o coro que não desafina ou para usar metáfora do próprio autor, “bóias que vão à deriva”.

E quais as implicações disto para a sociedade? É que este homem massificado, de alma vulgar sente-se à vontade para impor suas vontades e aspirações, não só na esfera da política, como nas outras esferas.

O homem massificado sente-se não só á vontade, como tem meios para impor-se, fazendo triunfar o que o autor denomina hiperdemocracia, neste caso diferentemente da democracia liberal em que democracia e lei eram sinônimas ou pelo menos indissociáveis, a massa impõe diretamente por meio de pressões materiais suas aspirações atropelando tudo o que diferenciado, seletivo, individual.

Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos (...) O característico do momento é que a alma vulgar, sabendo-se vulgar, tem o denodo de afirmar o direito de vulgaridade e o impõe por toda parte. Como se diz na América do Norte: ser diferente é indecente. A massa atropela tudo que é diferente egrégio, individual, qualificado e seletivo. Quem não seja como todo o mundo, quem não pense como todo mundo, corre o risco de ser eliminado. (GASSET, 2002, p.23).

A preocupação de fundo para o filósofo paulista, assim como para muitos outros analistas da democracia que partem de viés aristocratizante, é com a perda

da qualidade que o exercício da política estará sujeito a partir da participação da maioria.

Quando apenas uma minoria exercia o poder decisório, esta minoria se obrigava a ser qualificada para se diferenciar da maioria, e com a extensão quantitativa de homens exercendo o poder essa exigência qualitativa cai por terra.

Hoje a maioria a exercer a pressão política não só não exige de si mesmo qualificação, como também despreza e suplanta os desígnios da minoria. Seguindo a linha de raciocínio do autor, a sociedade sempre dependeu de uma minoria qualificada, a qual se destaca perante o todo do corpo social e que, portanto, cria um enorme senso de responsabilidade.

Gasset, antes que o acusem de defensor de uma sociedade aristocratizada, ataca:

...eu não disse nunca que a sociedade humana deva ser aristocrática, mas muito mais que isso. Eu disse e continuo crendo, cada dia com mais enérgica convicção, que a sociedade humana é aristocrática sempre, queira ou não, por sua própria essência, até o ponto que é sociedade na medida que seja aristocrática, e deixa de sê-lo na medida em que se desaristocratize.(GASSET 2002, p.34).

A questão que emerge neste momento é de tentar diagnosticar os fenômenos que teriam engendrado a existência deste homem-massa a colocar em risco a existência da própria sociedade.

Antes de começar a dissecação do homem-massa, Gasset se refere a uma causa muito simples: rapidamente o mundo cresceu e as regiões se interligaram, e isto pode ser vislumbrado estatisticamente, pois se em doze séculos de história da Europa ela alcança a cifra de 180 milhões de habitantes, em pouco mais de um século, de 1800 a 1914, sua população mais que dobrará, passando de 180 para 460 milhões.

Assim, inegavelmente os espaços se ocupam e torrencialmente uma massa humana passa a viver ao largo da influência da cultura tradicional. Entretanto este

fenômeno por si só não é capaz de explicar tudo, a ele se soma a democracia liberal e a evolução da técnica.

Tanto a democracia liberal quanto o desenvolvimento tecnológico foram responsáveis por instituir um tipo de indivíduo que o pensador classificará de “mocinho satisfeito” ou “criança mimada”, um indivíduo que vive o presente e para satisfação imediata, sem aperceber-se que sua época é desdobramento de conquistas passadas.

As transformações políticas, jurídicas e sociais advindas da emergência da democracia liberal, foram capazes de legar uma série de direitos, que para as massas aparenta ser algo mais que natural, e por outro lado, a experimentação científica e o industrialismo produziram a sensação de uma existência garantida, ainda que isto tenha sido conquista dos esforços geniais de muitos homens. Entretanto, o homem massa apenas usufrui as conquistas, numa radical atitude de inércia reflexiva.

Isto nos leva a apontar no diagrama psicológico do homem-massa atual dois primeiros traços: a livre expansão de seus desejos vitais, de sua pessoa, e a radical ingratidão a tudo quanto tornou possível a facilidade de sua existência. Um e outro traço compõe a conhecida psicologia da criança mimada [...]

Minha tese é, pois, esta: a própria perfeição com que o século XIX deu uma organização a certas ordens da vida, é origem de que as massas beneficiárias não a considerem como organização, mas como natureza. Assim se explica e define o absurdo estado de ânimo que essas massas revelam: não lhes preocupa mais que seu bem-estar e ao mesmo tempo são insolidárias das causas desse bem-estar. Como não vêem nas vantagens da civilização um invento e construção prodigiosos, que só com grandes esforços e cautelas se pode sustentar, crêem que seu papel se reduz a exigi-la peremptoriamente, como se fossem direitos nativos. (GASSET 2002, p 40).

Assim sendo, existe uma tendência, bastante acentuada, do homem massa em sentir que tudo está perfeito, não só em relação ao mundo ao redor, mas também em relação a si mesmo.

Aliás, um dos alertas constantes no livro de Gasset é justamente de chamar atenção de que enquanto o homem especial, o minoritário exige muito de si e se preocupa com uma infinidade de questões, o homem massa é aquele que se dá por satisfeito e julga ter o conhecimento de tudo.

Imperioso se faz notar que neste sentido, a especialização científica, também contribui para uma vaidosa comodidade, uma vez que ao tratar de temas específicos, a ciência não tem a amplitude que têm, que a filosofia ao inquietar-se com as mais diversas e até aparentemente inúteis questões. O especialista homem de ciência conhece o que é específico, micro e, no entanto julga saber sobre todas as coisas que existe entre o céu e a terra.

O caldo de cultura da sociedade massificada, em que o homem comum nada sabe e não se interessa por saber, e o homem de ciência que pouco sabe e julga tudo saber, leva a uma conjuntura, em que até mesmo as pessoas mais cultas de hoje, sofram de uma ignorância histórica crônica, que afeta os dirigentes políticos que deixam de exercer a política olhando pelo retrovisor da história, para não cometerem erros do passado.

Neste sentido, fascismo e bolchevismo nada mais seriam que movimentos anti-históricos, que não levam em conta experiências pretéritas e contribuem para exacerbação da mediocridade, e isto sem precisar levar em conta os respectivos conteúdos ideológicos de tais doutrinas.

Gasset ao criticar o fascismo e o comunismo deixa claro com toda fiesza que tem na democracia e no liberalismo como responsáveis pela evolução da sociabilidade, que não é possível combater o liberalismo proclamando-se antiliberal, pois o anti liberalismo era o que existia antes do liberalismo, seria imprescindível assim propor algo para além do liberalismo, caso contrário, o risco seria cair em uma vaga e vazia negação do presente.

Bolchevistas e fascistas não seriam desta forma contemporâneos ao que nossa época exige, mas medíocres e românticos passadistas, confirmando uma das principais teses do filósofo o homem trivial que antes era governado, resolveu dirigir o mundo.

Uma outra grande ameaça para civilização atual, e certamente a maior delas para Gasset é o Estado. Como não poderia deixar de ser, o autor de “A rebelião das massas” não deixa de reconhecer a importância histórica do desenvolvimento do

Estado, sendo produto clarividente e inegável da civilização, assim como também é o desenvolvimento da ciência.

Entretanto, esta fantástica invenção histórica se tornou tão eficiente e poderosa, que acaba por sufocar a sociedade, porque nivelou-se o poder da sociedade com o poder público e conseqüentemente tornou-se impossível revoluções de ordem social. Para Gasset, com o findar das revoluções só há o golpe de Estado. Eis o alerta de Ortega y Gasset:

Este é o maior perigo que hoje ameaça a civilização: a estatificação da vida, o intervencionismo do Estado, a absorção de toda espontaneidade social pelo Estado; quer dizer, a anulação da espontaneidade histórica, que em definitivo sustenta, nutre e impele os destinos humanos...
O resultado desta tendência será fatal. A espontaneidade social ficará violentada uma vez e outra pela intervenção do estado; nenhuma nova semente poderá frutificar. A sociedade terá de viver para o Estado; o homem para a máquina do governo. (GASSET, p. 65).

Com este abissal alerta em relação à Hipertrofia do estado, inclusive demonstrando que este próprio corre o risco de se torna esquelético, pois se alimenta da sociedade e com o enfraquecimento desta, o próprio Estado se torna desnutrido, finda a primeira parte do inquietante livro de José Ortega y Gasset.

Com a pergunta: Quem manda no mundo? inicia-se a segunda parte do livro de Gasset. A questão colocada é que a Europa, e por Europa entenda-se a trindade Alemanha, França e Inglaterra, teria deixado de ser a referência para as outras nações do planeta, ou em outras palavras teria deixado de mandar no mundo. Mas então, que país estaria dando as cartas em termos de referencia para os outros? Eis a questão! A resposta categórica de Gasset: nenhum.

Na verdade o autor demonstra que não é que a Europa perdeu sua força, é que acredita que perdeu e os outros povos acompanhando o raciocínio, ficam sem referência, gerando-se uma desmoralização total, sem continente ou país poder servir como apontador dos rumos civilizatórios. Poder-se-ia tomar como paradigma de um novo mundo, Moscou e Nova York, mas estes não passariam de elementos do velho mundo que dissociado dele perdem totalmente o sentido.

Assim existiria um vácuo histórico de instituições a serem seguidas, e tudo parece por demais provisório, situação em só haveria uma solução para crise vivenciada, a Europa cumprir seu papel histórico de dar sentido a um novo princípio de vida, ancorada na unidade Européia. Destarte surpreende, como Gasset antecipa em várias décadas, a necessidade do feito da união européia.

Os europeus não sabem viver se não se lançam numa grande empresa unitiva. Quando esta falta, envilecem-se, afrouxam, desconjunta-se lhes a alma. Um começo disto oferece-se hoje a nossos olhos. Os círculos que até agora se chamaram nações chegaram há um século ou pouco menos 'a sua máxima expansão. Já não se pode fazer nada com eles a não ser transcendê-los. Já não são senão passado que se acumula em torno e debaixo do europeu, aprisionando-o, lastrando-o. Com mais liberdade vital que nunca sentimos todos que o ar é irrespirável dentro de cada povo, porque é um ar confinado. Cada nação que antes era a grande atmosfera aberta, arejada, transformou-se em província e "interior". Na supenação européia que imaginamos, a pluralidade atual não pode nem deve desaparecer. Enquanto o estado antigo aniquilava o diferencial dos povos ou o deixava inativo fora ou em suma o conservava mumificado, a idéia nacional, mais puramente dinâmica, exige a permanência ativa desse plural que sempre foi a vida do Ocidente. (GASSET 2002, p 93).

Nesta linha de apelo em relação à necessidade da unidade européia, Ortega y Gasset finaliza o seu livro discorrendo sobre os perigos da influência das massas nos destinos da condução da sociedade e para os objetivos deste trabalho, cabe ressaltar a idéia básica de haver uma incompatibilidade entre liberdade e a crescente igualdade entre as pessoas.

As massas seriam para o autor espanhol sinônimo de uniformidade e de banalidade que se oporiam a diversidade ordenada conduzida por elites esclarecidas, colocando em risco, sobretudo à prática da liberdade. Em síntese, incompatíveis parecem ser liberdade e exercício da autoridade com igualdade.

Outro importante pensador a levantar alguns problemas em relação ao processo de democratização da política e da sociedade e portanto, do fenômeno da massificação destas esferas, foi o húngaro Karl Mannheim.

Evidentemente, as inquietações de Mannheim não vão no mesmo sentido do que Gasset, pois diferente do espanhol, o sociólogo nascido em Budapeste era menos pessimista que aquele em relação à massificação, além de vislumbrar

possibilidades de aperfeiçoamento da democracia, além de prever um papel mais fundamental da camada dos intelectuais nas sociedades.

Em capítulo específico do seu livro *Sociologia da Cultura* (2004) intitulado *A democratização da cultura*, o autor procurará compreender as implicações do processo de democratização da cultura, mas para tanto partirá das implicações do processo de democratização na esfera política.

Para Mannheim, o processo de democratização da esfera política e também da intelectual e cultural representa um processo inexorável, não restando outra alternativa ao pensador se não a de examinar tais implicações.

Mannheim vivenciou a instauração de regimes altamente autoritários, valendo lembrar que o texto em questão foi escrito em 1933, momento em que a Europa e especificamente seu país de origem assistia uma escalada autoritária.

O fenômeno do autoritarismo poderia levar a sugestão de uma contradição na marcante afirmação de Mannheim de que a democratização era inevitável. Justamente a relação entre democracia e autoritarismo constituía-se no primeiro problema: o autoritarismo brota justamente da democracia.

Apesar de não descartar que o autoritarismo pode surgir alheio a democracia, a ditadura não é o contrário da democracia, mas sim uma forma como uma sociedade democrática encontra para tentar resolver seus impasses. Segundo o que vaticinou Mannheim:

Uma ditadura plebiscitária pode ser caracterizada como a autoneutralização de uma democracia política. Na medida em que a democracia política se amplia e novos grupos entram na arena política, o ímpeto de sua atividade pode gerar crises e impasses ante os quais os mecanismos de decisão política de uma sociedade ficam paralisados. O curto-circuito do processo político pode entrar numa fase ditatorial. Esse é um perigo que ameaça exatamente as sociedades nas quais a democracia política repentinamente atinge seu desenvolvimento pleno. (MANNHEIM 2004, p.142).

O processo político pode entrar em curto-circuito, seguindo o raciocínio de Mannheim e descambar em uma ditadura.

Isto pode acontecer precisamente pela falta de preparo político das massas emergentes, que provocam uma fratura na homogeneidade da elite dirigente, a qual passa então a ter que dividir espaço com pessoas que estão vivenciando seu primeiro tirocínio na vida pública, e deste modo ainda não conseguiram formatar uma avaliação condizente com a realidade da sociedade, mesmo porque, a perda da homogeneidade da elite significa que a sociedade se complexificou de tal forma que os processos decisórios passam também a exigir mais preparo.

Problematizando ainda mais o processo de democratização, Mannheim demonstra que a prática da democracia desmentiu a tese de que na democracia prevaleceria o império da razão, ou seja, a democracia muitas vezes longe de levar ao impulso da razão contribuiria, muitas vezes, para levar aos impulsos mais instantâneos dos sentimentos.

Por outro lado, a bela tese da liberdade do indivíduo que autonomamente pode expressar seus anseios, também é colocada em xeque pelo processo de democratização, uma vez que os indivíduos acabam por perder sua identidade no turbilhão das massas:

A democracia também desenvolve poderosos mecanismos sociais para induzir o indivíduo a renunciar à sua autonomia. Quando certas camadas ainda imaturas para a responsabilidade política são admitidas de repente na participação do poder, é mais provável que façam uso de mecanismos desse tipo ao invés de estimular a liberdade individual. Oficialmente, a democracia emancipa o indivíduo; na prática, entretanto, este a abdicar do direito de orientar-se por sua própria consciência e buscar refúgio no anonimato da massa. (MANNHEIM, 2004, p 144).

Alertando para estas contradições que de um estágio de democracia a sociedade pode chegar a um estágio não democrático, Mannheim parte para o trabalho de tentar entender os princípios fundamentais da democracia.

Evidentemente que o autor de *Sociologia da Cultura*, se impõe este trabalho para chegar ao entendimento das implicações no campo da cultura, mas demonstra que as esferas estão indissocialmente relacionadas pelo menos no que diz respeito aos seus princípios relativos à democratização.

Assim, a tarefa a que o autor se impõe, passa ser o do entendimento da democracia como um fenômeno estrutural e sociológico capaz de ser entendido tanto na estrita esfera da política como na ampla esfera do processo cultural.

Neste sentido, iniciando pela esfera política pode-se dizer que um primeiro princípio estruturante da democracia é que esta postula a participação de todos os indivíduos, rejeitando qualquer tipo de hierarquização da sociedade entre estratos inferiores e superiores.

Ideologicamente a crença na igualdade de todos os homens derivaria de um ideal cristão de que todos são criações oriundas do mesmo deus e, portanto, rigorosamente iguais em essência.

Por outro lado esta crença na igualdade fraterna de uma sociedade irmanada na filiação de um mesmo ser superior, só foi possível se viabilizar em virtude de uma mudança na estrutura da sociedade que permitiu que amplos estratos médios e inferiores pudessem fazer valer suas reivindicações.

Aqui é importante frisar que Mannheim não quer dizer com isto que todos devam ser rigorosamente iguais e nivelados totalmente como poderia se supor. Alguns poderão se revelar superiores a outros, mas devem partir de condições iguais, pois personificariam o mesmo pressuposto ontológico de humanidade.

Um segundo princípio essencial da democracia seria a admissão da autonomia individual, investido nas pessoas que compõe a sociedade, ou seja, a vontade coletiva é imposta segundo a somatória das vontades individuais que compõe uma espécie de organismo, distinto, portanto, da estrutura das sociedades pré-democráticas, em que a vontade social era imposta por cima, segundo as determinações de um rei ou camada “iluminada”.

Esta segunda característica segundo o texto em análise acabaria por gerar por um lado uma função revitalizadora da sociedade, mas por outro a colocaria à beira de um abismo caótico devido ao impulso concedido à pujança de todas as vontades individuais.

Ao ter que libertar as possibilidades das vontades individuais o poder teria então que lidar com uma força oriunda da mobilização das massas, fato não ocorrido em sociedade pré-democrática, onde o poder contava com a submissão natural do homem comum, e assim a democracia não afasta a possibilidade da arquitetura de ditaduras, mas apenas muda à maneira em que são montadas, haja visto que no estágio democrático, para se atingir poderes ditatoriais é preciso mobilizar primeiro as massas.

Como enfatiza Mannheim:

As ditaduras modernas pós-democráticas diferem essencialmente de regimes autoritários anteriores. Para os últimos obter obediência das massas não era problema, dado que podiam sempre contar com a docilidade do homem comum. As ditaduras modernas, entretanto, precisam primeiro mobilizar as massas para conquistar poder, e então tomar medidas drásticas para contrabalançar os efeitos potencialmente adversos da ampla difusão de energia vital por toda a sociedade. (MANNHEIM, 2004, p 147).

Assim sendo, segundo Mannheim a democracia viveria uma constante contradição, pois para manter a coesão da sociedade é preciso estimular as energias vitais de todos os indivíduos ao mesmo tempo em que é preciso encontrar uma fórmula para conter estas mesmas energias, de modo que os indivíduos abdicem de influenciarem constantemente as decisões políticas na sua totalidade.

Em outras palavras, assim como em outros sistemas as decisões na democracia também cabem a uma elite, nesta mesma democracia o critério de seleção deixa de ser por nascimento ou algo similar. E mais do que isto, na democracia existem mecanismos desta elite ser forçada a tomar decisões segundo os interesses da maioria.

A pergunta que se pode fazer é que se o critério de seleção das elites muda, então qual seria este critério? Mannheim não responde de prontidão, e segue por algumas páginas analisando as implicações da democratização para a esfera da cultura, passando inclusive pela análise no campo educacional e jurídico.

Somente em páginas posteriores é que Mannheim retoma esta discussão sobre as elites sem muito aprofundar a questão, apenas lança idéias para possíveis estudos sobre o tema. Para a finalidade deste trabalho, inclusive para não se perder de foco a discussão que aqui interessa, que é justamente a massificação e a relação desta com as relações de poder, cabe ressaltar alguns pontos importantes retomados no texto por Mannheim.

Primeiramente a idéia de que democracia não implica um nivelamento total a ponto de derrubar barreiras entre governantes e governados, e por isso mesmo a democracia não significa ausência de estratos de elite como exposto acima.

O que muda com a democratização além do critério de seleção, é à distância ente elite e massa, e mais ainda, a elite é oriunda das próprias massas. Ouçamos o sociólogo:

O que fundamentalmente muda no processo de democratização é a distância entre elite e massa. A elite democrática tem antecedentes de massa; desse modo, ela pode significar algo para a massa. Ora, pode ocorrer que, após algum tempo, esta elite novamente abdique de seu papel. A massa mobilizada procurará então trazer de volta essa elite experimentadora, e ao invés de lançar-se em direção a uma existência mais plena, regressará a um nível primitivo. Se, por outro lado, a vanguarda conseguir transmitir novas descobertas, primeiro para grupos intermediários e finalmente para a própria massa, a democratização da cultura será um processo de nivelamento antes que uma tendência à mediocridade igualitária. (MANNHEIM 2004, p 167).

Pelo que foi desvendado até este ponto, a democracia e a massificação para Mannheim, seriam acontecimentos inevitáveis em todos os âmbitos da sociedade, e trariam algumas perspectivas positivas, mas também muitos perigos e incertezas, principalmente em relação à autoneutralização da própria democracia.

A questão fundamental para finalidade deste trabalho é a de saber como Mannheim se posiciona em relação a fenômeno da massificação. E aí não existe dúvida que o autor tem uma visão inquieta, vislumbrando o risco eminente que a massificação traz, por ter grande probabilidade de descambar em sistemas altamente autoritários, e assim sendo, apesar de bem menos pessimista, partiria de uma ótica liberal a exemplo de Gasset, e alertaria para elaboração de mecanismo

que impedisse a completa massificação, o que nos levaria a um retrocesso similar à fase de solidariedade mecânica descrita por Durkheim.⁶

Como um dos pontos básicos da discussão deste trabalho é o de se tentar entender como os intelectuais se relacionam com o povo, para tentar se entender a proposta elaborada por Álvaro Vieira Pinto como algo bastante incomum nesta relação intelectual-povo, nunca é demais lembrar que Mannheim dedicou muitos esforços para pensar o papel do intelectual na sociedade.

Se é que se pode sintetizar conclusão final mannheimiana, após ter se originado do marxismo e migrado para outras correntes teóricas, a conclusão é que os intelectuais poderiam constituir uma camada desvinculada de interesses classistas e assim assumir um papel de guardiões dos interesses da sociedade como um todo.

No limite desta interpretação não são os trabalhadores, as massas, o povo que devem com suas aspirações propor um rumo para a sociedade, mas pelo contrário os intelectuais que capazes de vislumbrar e entender os diversos pontos de vistas sociais, seriam capazes de iluminadamente e neutramente direcionar os destinos de determinada sociedade.

Pouco antes de eclodir a primeira guerra mundial o alemão Robert Michels publica uma obra intitulada *Sociologia dos partidos políticos* (1982), que apesar de todas as limitações impostas pela época, se tornará uma obra de referência para quem deseja estudar partidos políticos e suas relações com a sociedade.

Tendo em vista que o foco do trabalho em questão não diz respeito à análise partidária, a obra de Michels é mencionada por aquilo que extrapola a mera análise partidária, ressaltando-se os aspectos filosóficos e sociológicos da relação governantes e massas.

⁶ Sobre as características das sociedades compostas por solidariedade mecânica, ver RODRIGUES (ORG) 1998., ou o próprio DURKHEIM (2008)

A tese principal do autor parece ser existência de uma tendência inevitável à oligarquização da sociedade, no que diz respeito aos processos decisórios mesmo sobre a égide de um sistema apontado como democrático.

A primeira forte argumentação de Michels neste sentido, é que a democracia por mais que consista no self-government (autogoverno) necessita de organização, e para haver organização é necessário haver lideranças, chefes, delegados ou algo que o valha, pois existe inquestionavelmente uma impossibilidade mecânica, técnica, espacial, temporal de que todos decidam tudo todo o tempo.

Sendo assim, faz-se imperioso a necessidade no interior das organizações partidárias, quanto a escolha de representantes que falem em nome das massas, e por mais democrático que seja o partido é preciso confiar muitas funções á alguns poucos homens.

A princípio, o chefe é apenas o representante servidor das massas e, portanto qualquer um seria capaz de exercer tal função, desde o mais humilde trabalhador até o intelectual melhor preparado.

Entretanto quanto mais às organizações se tornam complexas seja um partido, uma liga ou até mesmo o Estado, passa-se a necessitar, para o melhor funcionamento, de pessoal mais preparado, e assim as ligas, partidos, sindicatos passam a dar voz não só aos mais preparados como estimular a qualificação através de cursos, escolas preparatórias, etc. e conseqüentemente, aos poucos, o poder decisório é retirado das massas e passa a se concentrar nas mãos dos mais especializados.

A especialização técnica, esta conseqüência inevitável de qualquer organização mais ou menos extensa, torna necessário o que chamamos direção dos negócios. Daí resulta que o poder de decisão, considerado como um dos atributos específicos da direção é pouco a pouco retirado das massas e concentrado exclusivamente nas mãos dos chefes. E estes, que antes não eram senão os órgão executivos da vontade coletiva, em breve se tornam independentes das massas, frustrando-se ao seu controle. (MICHAELS, 1982, p.21).

Com o correr do tempo, conforme as organizações vão se fortalecendo ainda mais e estas vão necessitando de um comando minoritário e qualificado, pois uma

organização forte segundo Michaels, tanto na parte técnica, como na parte tática necessita de uma direção forte.

No final das contas toda organização passa a se constituir de uma hegemonia dos representantes sobre os representados, colocando em xeque o império da vontade da maioria tal como se constitui o princípio básico da democracia.

Uma outra argumentação que a seqüência do livro de Michels invoca é que o partido moderno, como organização de combate que visa ganhar reputação e estima perante 'a sociedade, precisa de decisões ágeis, que só são possíveis de viabilidade com uma disciplina rigorosa via uma extrema centralização. Em suma, rapidez nas resoluções só é possível com um "cesarismo" preciso.

Após estas diretas argumentações sobre as necessidades técnicas e administrativas sobre a necessidade de delegação, o autor partirá então para a discussão dos fatores de ordem psicológica que levam a esta delegação.

Sob um primeiro prisma vislumbrado pelo lado dos representantes, o fato é que estes quando escolhidos para funções de mando, tendem a desejar e usar todas as energias para se perpetuar no poder. Como vaticina Michels:

Da delegação de fato nasce o direito moral à delegação Os delegados eleitos uma vez ficam no cargo sem interrupção, a não ser pela observância excepcionalmente escrupulosa de disposições estatutárias ou por acontecimentos completamente extraordinários. A eleição realizada para ter uma duração determinada torna-se um cargo para o resto da vida. O hábito se transforma em direito. O indivíduo regularmente delegado para um certo período acaba pretendendo que a delegação constitui sua propriedade. (MICHELS 1982, p 31).

Posta a questão sobre o prisma dos representantes que desejam se perpetuarem no poder, o texto fluirá para tratar de um aspecto importante para finalidade deste trabalho, a impossibilidade da democratização, em virtude da "fraqueza" psicológica das massas que renunciam voluntariamente ao exercício dos direitos democráticos e sentem necessidade incessante de possuírem chefes que as dirijam.

Segundo Michels, para a maioria, e inclusive a maioria dos trabalhadores, constitui-se um alívio encontrar indivíduos que guiem e decidam seu destino político. As massas para o autor, só se interessariam pelos eventos “espetaculares” do dia-a-dia, tendo uma atração por aquilo que impressiona os olhos.

As discussões teóricas, imprescindíveis para o exercício democrático são tratadas como um fardo que passa incompreendido ou indiferente pelas massas. Assim por estes fatores é que é tão fácil desmobilizar movimentos de massas, como movimentos grevistas, bastando para isto se atingir os líderes, que conseqüentemente todo o movimento se perde em uma desorganização irrecuperável.

Um outro fator corrobora mais ainda para a necessidade dos chefes, pois além das massas renunciarem espontaneamente ao exercício da política, estas não só têm uma gratidão para com relação aos seus líderes como sentem necessidade de venerá-los.

Por outro lado, como são alvos de intensa adoração e se tornam mais importantes do que o próprio ideal que representam, isto acaba por provocar tendências megalomânicas nos grandes líderes. Eis aqui portanto, uma descrição e análise aguda de Robert Michels em relação à impossibilidade de uma plena democracia em virtude da incompetência das massas.

A análise da incompetência das massas não finda nestes pontos, o próximo passo da interpretação de Michels, diz respeito já não mais a fatores de ordem psicológica, mas de ordem intelectual, mostrando como o aparecimento de uma direção profissional acaba naturalmente pressupondo uma maior capacidade intelectual por parte daqueles que dirigem, e esta direção acaba só por acentuar esta situação.

Na qualidade de relatores e de homens competentes, conhecendo os pormenores mais secretos dos assuntos a serem tratados, muitos deputados sabem, com a ajuda de digressões, de perífrases e de sutilezas terminológicas, fazer da questão mais simples e mais natural do mundo um mistério sagrado cujas chaves só eles possuem. Com tudo isso, estejam de boa ou de má-fé, eles reduzem as grandes massas das quais eles deveriam ser os “intérpretes teóricos” à impossibilidade de segui-los, de compreendê-

los e, por uma razão mais forte, de exercer sobre eles um controle técnico qualquer. Eles são os verdadeiros donos da situação, no sentido mais completo da palavra. (MICHAELS 1982, p 55).

Assim, pela própria incompreensão de todos os mecanismos do jogo político não cabe alternativa, senão a de crer em seus líderes e em suas determinações, por parte das massas apartadas do efetivo exercício do poder.

É interessante notar como a democracia na leitura do autor alemão tem uma tendência à aristocratização, sendo importante chamar atenção, por exemplo, da diferença da leitura que Gasset faz da democracia, em que o grande perigo para a liberdade consistiria na equalização que as mesmas tenderiam a provocar na sociedade, ou seja, o perigo dos governos das massas seria a ausência de uma camada que se prepararia para exercer as funções de mando.

Enquanto em Gasset o problema da democracia é a substituição de mecanismos aristocráticos por uma “hiperdemocracia”, para Michels a democracia é incompleta justamente por fazer um retorno a um estilo aristocrático de governo. Para Michels:

A democracia acabaria, desse modo, transformando-se numa forma de governo dos melhores, numa aristocracia. Os chefes seriam tanto do ponto de vista objetivo como do ponto de vista moral, os mais capazes e os mais maduros; por isso eles teriam não só o direito, mas o dever de colocarem-se à testa da massa, e isso não só como representantes de um partido, mas como indivíduos fielmente conscientes de seu próprio valor pessoal. (MICHELS 1982, p 57).

Seguindo na tarefa de demonstrar como existe um sentido de oligarquização das estruturas partidárias, Michels expõe como existe uma estabilidade dos dirigentes do partido que formam uma espécie de “cartel” decisório, mostrando o poder financeiro que passam a deter os mandatários das organizações partidárias, exibindo como os chefes estabelecem relações com a imprensa formadora de opinião e assim por diante.

Em síntese fatores de múltiplas determinações levam ao sentido de oligarquização, inclusive fatores de ordem psicológica, tanto das massas como dos chefes, pois ao mesmo tempo em que as massas desejam ser dominadas, os guias

também se sentem na obrigação de dominar, hipnotizados pela idéias de são imprescindíveis.

Enfim, em Michels temos mais um autor que enxerga aspectos negativos na soberania das massas, aqui não pelos riscos que a massificação poderia gerar como ressaltaram Gasset e Mannheim, mas simplesmente pela impossibilidade prática das massas decidirem os destinos políticos.

Vale ressaltar, que o alemão Robert Michels, parte da premissa que a democratização passaria pelo crescimento das organizações de esquerda e mesmo e principalmente nestas, a elitização é inevitável.

Pode-se afirmar, que de certa forma, a obra de Robert Michels tem uma afinada relação com a o obras de Vilfredo Pareto (1848- 1923) e Gaetano Mosca (1858-1941) que precederam à obra do alemão e são considerados os pais fundadores da teoria das elites. Alguns chegam a levantar a hipótese inclusive de que Pareto teria bebido indevidamente na obra de Mosca, ou seja, Pareto teria se inspirado na obra de Mosca que foi precedente a dele, mas não a teria citado devidamente.⁷

O fato é que existe diferença na obra destes autores, por exemplo, Pareto recorre muito mais a psicologia para tentar entender as diferenças entre as classes na sociedade do que Mosca, e, portanto as possíveis congruências na obra de ambos podem se dever a fontes em comum que ambos alicerçaram seu pensamento.

Em Pareto temos uma dicotomia em relação à conduta humana, por um lado os homens usam a razão e por outro embasam sua ações em condutas sentimentais. Aqueles que têm maior influência política e maior riqueza se impulsionam na maior parte de suas ações por condutas racionais, enquanto a grande maioria da população, a massa que existe para ser governada se pauta por ações não – racionais.

⁷ Aron esmiúça a polemica situação em nota de seu livro no capítulo sobre Pareto (Aron 1993)

O interesse de Pareto é de se estudar os estratos compostos por homens de qualidades superiores, a elite, que está subdividida e se distingue do restante da população. Em síntese para Pareto:

Temos então dois estratos numa população: 1) um estrato inferior, a não elite, cuja influência no governo não nos interessa aqui; 2) um estrato superior, a elite dividida em dois; a) a elite governante; b) a elite não-governante. (PARETO 1966, p. 73).

Longe de fazer um juízo de valor, destas divisões dentro da sociedade, Pareto procura demonstrar que esta divisão é inevitável e foi assim desde tempos remotos. O que muda nas sociedades é natureza de suas elites, pois sempre no mundo haveria uma distribuição bastante desigual entre bens materiais e honrarias e prestígio na população.

Assim, sempre uma minoria detém a maior parte dos bens materiais ou do prestígio social e político ou ainda de ambos. Ora, a pergunta que poderia surgir, é de que se sempre as elites comandam, porque as sociedades estão em constante transformação e as elites muitas vezes são apartadas do poder violentamente?

Responderia Pareto, obra das próprias elites. Como as elites não são homogêneas estas estão em constante disputa e prontas para substituir a detentora do poder, assim a maioria da população cumpriria um papel de coadjuvante. Ora sendo persuadidas por um ou outro estrato das elites, as massas vão à batalha, mas uma vez que esta é vencida, passam a ser comandadas e só se manifestam em outro momento de crise.

Pareto, também demonstra que algumas vezes às elites no poder, avaliam erroneamente a situação e facilitam a própria queda quando deixam, por exemplo, de usar a força militar que possuem a seu dispor. Arquétipo típico foram os vacilos da aristocracia pré-revolução francesa que preferiu acreditar no poder do convencimento em vez do poder da força física.

Pelo exposto, não fica difícil perceber que um dos interlocutores que Pareto procura chamar para o debate é o marxismo e sua crença na força revolucionária de determinada classe social.

Para Pareto, ainda que o proletariado vença a disputa contra o capital, outras formas de divisão surgirão e a sociedade será distinguida por comandados e comandantes. Sobre as críticas a teoria de Marx, o francês, que viveu a maior parte de sua vida na Itália é enfático:

Muitas pessoas acreditam que se fosse possível encontrar uma receita para fazer desaparecer o conflito entre o trabalho e o capital, a luta de classes desapareceria também. Trata-se de uma ilusão da classe muito numerosa dos que confundem a forma com o fundo. A luta de classes não passa de uma modalidade da luta pela vida, e o que conhecemos como 'conflito entre o trabalho e o capital' não é mais do que uma forma da luta de classes. Na Idade Média, ter-se-ia podido acreditar que se desaparecessem os conflitos religiosos não eram senão uma forma de luta de classes; desapareceram, pelo menos em parte, e foram substituídos pelos conflitos socialistas. Suponhamos que o coletivismo esteja estabelecido, que o capital não exista mais; está claro que nesta hipótese ele não poderia mais entrar em conflito com o trabalho. Contudo, apenas uma forma da luta de classes terá desaparecido, e será substituída por outras. Surgirão conflitos entre os diferentes tipos de trabalhadores, no Estado socialista; entre os 'intelectuais' e os 'não-intelectuais'; entre estes e seus administrados, entre os inovadores e os conservadores. Haverá realmente quem imagine com seriedade que a instituição do socialismo secará completamente a fonte das inovações sociais? Que a fantasia dos homens não dará a luz a novos projetos, e que os interesses não induzirão certas pessoas a adotar esses projetos, na esperança de alcançar um lugar preponderante na sociedade?(Pareto *apud* Aron 1993, p. 429-430).

Além disto, mesmo quando se fala em tomada de poder pelos trabalhadores, não são os próprios trabalhadores que ascendem ao poder, mas uma minoria que fala em nome destes trabalhadores. Aqui em Pareto, o motor da história não é a luta de classes, pois a história nada mais seria do que a gênese, maturação e ocaso das elites detentoras do poder ou das aristocracias. Assim não há democracia, mas uma 'pluto-democracia' para usar a expressão do autor do *Tratado de sociologia geral*. Em conclusão as massas não são mais que agentes bastante secundários na história da humanidade.

A exemplo de Pareto, o italiano Gaetano Mosca irá analisar as funções de comando na sociedade, e chegará a conclusões bastante próximas das propagadas por Pareto.

Como Pareto, o autor irá demonstrar que a sociedade seria cindida por duas espécies de pessoas, uma majoritária que sempre é controlada e não goza dos

benefícios do poder e uma outra composta pela minoria das pessoas que exerceria as funções políticas e monopolizaria o poder.

A distinção que se pode fazer entre os dois grupos acima mencionados, em outras palavras entre a maioria e a minoria, é que o segundo grupo é mais coeso no sentido de sua organização enquanto a minoria é atomizada em uma imensa desarticulação e desorganização.

A minoria também se destacaria por possuir atributos especiais valorizados socialmente, ora detinha o privilégio do contato direto com as divindades, ora o saber, a riqueza e etc.

Neste sentido a exemplo de Pareto, as mudanças ocorreriam na sociedade não por força da pressão popular, mas por declínio da própria elite dirigente.

Para Mosca, entretanto, as mudanças ocorreriam em decorrência da própria mudança dos valores da sociedade, assim sendo os detentores desses novos valores, estariam fadados ao sucesso. Por exemplo, se determinada sociedade está estruturada principalmente em valores religiosos e uma nova religião nasce e passa a se sobrepujar sobre uma antiga, a elite vinculada a esta nova tende a se sobressair.

No final das contas as proximidades entre Mosca e Pareto são evidentes, e, portanto um dos cerne da crítica do italiano é a utopia marxista de uma sociedade sem classes, pois estas inevitavelmente existirão em qualquer sociedade. Se não houver exploração econômica de uma classe sobre outra, haverá outra fórmula que irá opor governantes e governados.

Em relação ao sistema político democrático, na maturidade de sua vida Mosca reconhece que este é o menos mal para os indivíduos, pois pelo menos neste regime as elites estão mais divididas e limitadas na possibilidade de ação sobre a liberdade de restrição da liberdade individual.

Entretanto, não se deve ter ilusão com relação à autonomia das massas, pois estas sempre devem estar subordinadas a um comando maior de uma elite dirigente.

[...] é impossível que uma democracia funcione bem sem que a ação das massas populares seja coordenada e disciplinada por uma minoria organizada, ou seja, também por uma classe dirigente (MOSCA 1968, p. 307).

Até este ponto do texto verificou-se uma série de problemas políticos e sociais em relação às possibilidades de incorporação das massas e sua real capacidade e possibilidade de ser um expressivo ator político.

Tal problematização não ficou restrita a autores que se tornaram clássicos na história do pensamento social, pelo contrario, também entre os contemporâneos a preocupação com massas enquanto ator político e social serve como ponto de partida de muitas produções teóricas da atualidade, pois certamente a sociedade se tornou muito mais complexa em virtude até mesmo da emergência da necessidade de incorporação de um número muito maior de indivíduos percebidos até o momento.

Em alguns autores como o francês Jean Baudrillard, o pessimismo deixou ser velado, muitas vezes sutil, para se tornar explícito.

A massificação levada ao extremo, talvez característica principal da modernização contemporânea possa significar nesta concepção inclusive o fim, de qualquer possibilidade de interlocução teórica entre intelectuais e povo. Baudrillard não disfarça o tremendo mal-estar que este verdadeiro buraco negro da teoria social representaria.

Recorrendo as suas próprias palavras, em relação às massas:

Tudo as atravessa, tudo as magnetiza, mas nelas se dilui sem deixar traços. E na realidade o apelo às massas sempre ficou sem resposta. Elas não irradiam, ao contrário, absorvem toda irradiação das constelações periféricas do estado, da História, da Cultura, do sentido. Elas são a inércia, a força da inércia, a força do neutro. É nesse sentido que a massa é característica da nossa modernidade, na qualidade de fenômeno altamente implosivo, irreduzível a qualquer prática e

teoria tradicionais, talvez mesmo irreduzível a qualquer prática e a qualquer teoria simplesmente. (BAUDRILLARD 2004, p. 9).

Inútil, portanto a tentativa de alçar uma definição teórica sobre o conceito massas, pois dizer “as massas trabalhadoras” constituir-se-ia um erro segundo o que expõe Baudrillard, massas não seria um sujeito social, mais o inumerável, o fluído, sem característica definida, sem designação.

Interessante notar, ainda que se guardando ilimitadas proporções como existe certa aproximação com Gasset, na inutilidade de definição de massa. Somente que em Gasset massa seria todo indivíduo incapaz de se distinguir na multidão, o perigo para Gasset era com o autoritarismo da maioria, e em Baudrillard nem isto existe, uma vez que as massas representam o que é fluído, aquilo que é incapaz de incorporar qualquer discurso que leve a ação, não o perigo do autoritarismo mais o nada de todos os referenciais. Se em Gasset a massa é a maioria “perigosa”, em Baudrillard é a “maioria silenciosa”.

Em qualquer esfera, tarefa vã seria tentar elevar o nível das massas, improfícuo seria tentar politizar, educar, fazê-la incorporar a reflexão artística cultural. Nem uma conversação racional com elas se faria possível, as massas só desejam o espetáculo e o espetacular. As massas dizem um sonoro não ao conteúdo, o que veneraram é apenas o estereótipo, os signos, jamais o sentido.

Neste caso, as massas não são manipuladas, não são enganadas, apenas estão indiferentes a qualquer mecanismo de comunicação racional. Para manutenção do poder, portanto não é preciso a manipulação, já que a indiferença das massas permite aos executores do poder sua livre ação.

Segundo o autor francês se a partir do século XVIII, principalmente após a revolução francesa, há uma inflexão da esfera política e o jogo político passa então a ter um sentido inédito, se tornando o centro da constelação das outras esferas, levando a um salutar equilíbrio correspondendo à áurea época dos sistemas representativos da burguesia, após a emergência da teoria marxista inicia-se uma preeminência determinante do social e do político.

Entretanto, o social triunfante chega ao nível de saturação que se volatiliza a exemplo do político, e o próprio social deixa de poder ser denominado e caracterizado, e o único indicativo que pode ser denominado é o das maiorias silenciosas:

O social triunfou. Mas a esse nível de generalização, de saturação, em que só há o grau zero do político, a esse nível de referência absoluta, de onipresença e de difração em todos os interstícios do espaço e mental, o que se torna o próprio social? É o sinal de seu fim: a energia do social se perde, sua qualidade histórica e sua idealidade desaparecem em benefício de uma configuração em que não só o político se volatilizou, mas em que o próprio social não tem mais nome. Anônimo. A MASSA. AS MASSAS. (BAUDRILLARD 2004, p 21).

Baudrillard quer demonstrar após este ponto como finda até mesmo os mecanismos de representação, que são substituídos pela sondagem estatística, não sendo mais plausível se tratar de representação, mas somente de simulação, e assim ninguém pode mais afirmar que expressa os sentimentos das massas, pois estas são só silêncio, ultrapassando as categorias de outrora a quem os clássicos da sociologia faziam referência como as classes ou o povo.

O que está sendo colocado em xeque é a qualquer tipo de possibilidade de revolução, pois as massas não representam mais o perigo de “detonação”, mas apenas uma esfera de absorvimento, ao invés da explosão revolucionária temos a implosão silenciosa do político e do social.

O principal problema da atualidade seria justamente o de perpetrar formas de expressividade para as massas, uma vez que estas estão caladas indiferentes a qualquer forma de participação, inercialmente silenciosas sem a mínima energia social, eis o semióforo maior do nosso tempo.

Neste caso, não adianta tentar reanimar a energia social das massas com mais informação, pois a quantidade de informação atirada pelos meios de comunicação só faz atomizar ainda mais a já molecularizada massas humanas.

Na verdade não são as massas que são manipuladas pelos meios de comunicação, são elas próprias que engendram um ritmo a este processo, como mostra taxativamente Baudrillard:

Sempre se acreditou que são os meios de comunicação que enredam as massas- o que é a própria ideologia dos *mass media*. Procurou-se o segredo da manipulação numa semiologia que combate os *mass media*. Mas se esqueceu, nessa lógica ingênua da comunicação, que as massas são um meio muito mais forte que todos os meios de comunicação, que são elas que os enredam e os absorvem- ou pelo menos não há nenhuma prioridade de um sobre o outro. O processo da massa e o dos meios de comunicação é um processo único. (BAUDRILLARD, 2004, p. 39).

O problema maior é que segundo Braudillard, as palavras acima mencionadas teriam validade para inúmeras outras esferas, o mesmo teria acontecido com o cinema, com a técnica, com a ciência, com o saber, com o consumo e até mesmo com a medicina. Em síntese não foram estas esferas que fizeram de refém as massas, mas estas é que aprisionaram tais esferas segundo a sua própria lógica de inesgotável consumo.

O mais grave de tudo, mostra o francês pessimisticamente é que o único fenômeno que parece ter uma relação de afinidade com as idiosincrasias das massas seria o terrorismo, uma vez que este constiu-se não uma mobilização para transformação, mas simplesmente uma negação de todas e qualquer instituição, não que um seja causa de outro, mas ambos são marcados por uma implosão arrebatadora dos preceitos representativos. É a negação pela negação, sem projetos definidos que silenciam perante as respostas propostas institucionalmente.

Portanto ainda que se reúnam todos os esforços, para se evitar uma implosão da sociedade, esta parece ser inevitável, implosão lenta e gradual, ou violenta e catastrófica, eis as alternativas postas às gerações contemporâneas.

Em síntese, para não se ir além das questões que este trabalho se propõe, as massas para o autor francês, não são os agentes de transformações políticas que possam levar a algum outro modelo de sociedade. Talvez as massas só representem o ocaso da própria política e quem sabe da própria sociedade.

1.2 - Álvaro Vieira Pinto e a democratização pelas massas.

Até este momento do texto, percebe-se que autores de diferentes períodos e matrizes ideológicas vislumbraram com pessimismo a participação política das massas.

Cada autor citado, ao seu modo, enxerga efeitos maléficos no processo de massificação das sociedades. Para uns o efeito negativo vem pela perda da qualidade de diretrizes para a sociedade, pois as massas não teriam a mesma qualificação que uma elite preparada, como seria para Gasset e Mannheim.

Para outros, na prática o poder sempre retorna para as mãos de uma elite preparada como em Michels, Pareto e Mosca. Ou ainda, por uma visão mais pós-moderna como em Braudillard, porque a massificação representaria o próprio fim da política e dos canais institucionais.

Diferentemente de todas estas interpretações, em Álvaro Vieira Pinto as massas são olhadas pelo avesso do que até agora exposto, estas são saudadas com otimismo e mais do que isto, seriam as massas o agente sobre o qual se assentaria um projeto de desenvolvimento nacional e somente da participação ativa delas seria possível se consolidar uma verdadeira democracia.

É importante ressaltar aqui, que principalmente a influência de Ortega Y Gasset foi muito acentuada na formação teórica de muitos isebianos.

Apesar do fato de que na fase específica do ISEB a maioria irá desvencilhar – se de muitas concepções do autor de *A rebelião das massas*, principalmente em relação aos argumentos relativos ao elitismo e o temor pelas massas, esta influência não foi zerada totalmente, e no limite, se muitos não levaram adiante dos anos cinqüenta esta influência, antes daquela década isto está patente.

Assim sendo, vale destacar que uns mais que outros, ainda no início da década de cinqüenta, estarão incorporando em seus trabalhos teóricos, os principais argumentos da filosofia Orteguiana. É o caso, por exemplo, de Roland Corbisier.

Vanilda Paiva nos mostra que no ano de 1952, em conferência no Instituto Brasileiro de Filosofia, Corbisier ainda estará influenciada pela idéia do perigo e insurgência das massas, influencia está visível em outros futuros isebianos como Helio Jaguaribe.

Mostra Paiva ao referir- se a Corbisier:

A influência de Ortega é notória: Corbisier apóia toda a sua argumentação fundamentalmente sobre dois livros mais conhecidos do filósofo espanhol, exatamente os que haviam lastreado também a especulação de Jaguaribe, ou seja, *Ideas y creencias* e *La rebelión de las massas*.ao referia-se às massas, ele repete o raciocínio de Ortega: elas irrompiam na História, insubmissas e agressivas, reivindicando a fruição do bem –estar e conforto modernos para cuja a construção não contribuíram (já que era resultado do esforço de uma elite) (PAIVA 2000 p 64)

O problema da massificação será um tema pungente na filosofia e ciências sociais, no Brasil dos anos 30, 40, e 50. Toda tradição de pensamento advinda de um arco de influência que vai do cristianismo ao existencialismo, refletirão sobre tal problemática.

Ortega y Gasset parece ser o expoente máximo desta influência sobre o pensamento brasileiro, mas outros autores que certamente inspiraram as mentes isebianas como Mannheim e Karl Jasper, mergulharam neste tema.

Sobre a contundência do tema no período Mostra Paiva:

O tema da massificação(...) constitui entre os anos 30 e 50 um dos temas prediletos de muitos autores existencialistas e cristãos preocupados com “a ascensão das massas” e com os efeitos sociais e políticos do desenvolvimento da técnica no século XX, bem como com os regimes totalitários que , a partir dos anos 20, dominaram países como a Itália e Alemanha e com a dominação stalinista na União Soviética. O tema foi abordado, por exemplo, por Gabriel Marcel e Simone Weil, mas o livro que maior ressonância encontro ao tratar do assunto foi, sem dúvida, *La rebelión de las masas*, de Ortega y Gasset, publicado no início dos anos 30 e que se tornou um ponto de referência de primeira importância para toda a literatura posterior sobre o assunto, alimentando não apenas a reflexão dos autores citados na fase anterior, mas também a de Mannheim e de Karl Jasper. Seguindo a tradição iniciada com Gustave Le Bon no final do século passado (a de uma “fenomenologia descritiva da massa”), Ortega marca, com seu livro, a identificação da “rebelião das massas” com os movimentos totalitários (IDEM p 120)

No que pese Vieira Pinto também ter empreendido uma trajetória advinda da direita, pois ingressou as fileiras do integralismo, mudando pouco a pouco suas concepções teóricas⁸,na década de cinqüenta a teoria do filósofo já está bem distante de qualquer concepção elitista e autoritária.

Em princípio, Vieira Pinto não confiava que eram os intelectuais e, portanto uma elite esclarecida que detinha a verdade sobre a autoconsciência da nação, no

⁸ Sobre a trajetória política pessoal de Álvaro Vieira ver FREITAS (1998)

que pese ser justamente esta uma das principais acusações sobre os isebianos, que estes pretendiam falar em nome do povo⁹. Vieira Pinto sugere em diversas passagens de consciência e realidade nacional e deixa clarividente em aula inaugural do curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pronunciada em 14 de maio de 1956 intitulada “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”, que a verdade sobre a situação nacional só pode ser dita pelo próprio povo e jamais pelo intelectual:

A verdade sobre a situação nacional não deriva da inspeção externa feita por um clínico social, historiador, sociólogo ou político, mesmo supondo-se geniais esses homens. Essa verdade só será dita pela própria massa, pois não existe fora do sentir do povo, como proposição abstrata, lógica, fria. Não é uma verdade enunciada sobre o povo mas pelo povo. É função da consciência que já atingiu, e da representação que faz dos seus problemas. O que compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhe-la nas suas legítimas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorcê-la, sem violentá-la, sem mistificá-la. (PINTO 1960(a), p.34)

O trecho acima é apenas uma amostra de uma concepção que permeia todo o texto, que a ideologia do desenvolvimento deve provir das massas e jamais ser imposta por uma elite intelectual, e isto parece ser uma característica original em relação à idéia de uma tradição que se pode chamar de liberal-aristocrática, expressada, por exemplo, no pensamento de Gasset que acredita que há um perigo em as massas serem portadoras da verdade, pois estas massacram a diferença e põe em risco a diversidade, que deve imperar em sistemas democráticos.¹⁰

Mesmo nos escritos posteriores de Vieira Pinto, em décadas subseqüentes e no ocaso da vida, uma visão na contramão do formulado pela tradição de pensamento crítica das massas, na qual Gasset não deixa de ser um expoente, continuou vigorando com intensidade na obra do filósofo ex-isebiano.

Ainda quando Pinto se propõe a analisar outro tema que não o desenvolvimento, mesmo ali está contida uma visão diferenciada em relação às massas e o processo de massificação. Ao se propor por exemplo, discutir a questão da tecnologia, Vieira Pinto reafirmará as antigas teses de valorização das massas.

⁹ Sobre o quadro de acusações aos isebianos ver PECUAT (1990) e TOLEDO (1978).

¹⁰ Sobre a expressão liberal-aristocrática e sua caracterização ver BARBOSA (1978).

Em *O conceito de tecnologia*, Pinto demonstrará novamente ser pretensiosa a tese de que as massas são um bando inerte, sem consciência, que precisa ser iluminadamente dirigidas pelo pensador, o sábio, o artista, etc.

Em oposição à idéia de que as massas representam a quantidade sem a qualidade, e, portanto, deveriam se conformar em aceitar pacificamente, o movimento e o caminho histórico que lhes é indicado, o filósofo nos indica, que o agregado de pessoas pode constituir-se em uma consciência dos seus reais interesses e impulsioná-los se portarem como condutores do processo história.

Para clarificar esta questão nada melhor que dar voz ao próprio autor que escreve no sentido de dizer que a verdade vai ao sentido oposto dos pseudos iluminados e guias geniais, ao reverso da visão dos ditadores, as massas teriam consciência e ao invés de comandadas poderiam comandar. Diz Vieira Pinto:

A verdade, porém situa-se na compreensão diametralmente oposta à dos iluminados, dos ditadores, dos “guias geniais” de todos os tempos. O autêntico significado do fato social chamado “massa” consiste no valor humano adquirido pelo agregado de consciências individuais, cada qual dotada de uma compreensão da realidade, de finalidades que movem a luta para obter as condições de existência que vislumbram poder conquistar e na coesão desse feixe de forças sociais no movimento por um objetivo comum, que transforma o suposto rebanho inerte e na dependência de caudilhos ou empresários que lhe usurpam a direção em uma formidável unidade de ação histórica. Em certos momentos, com a infabilidade de uma lei do processo social as massas, ou seja, a esmagadora maioria dos contingentes da humanidade em determinada área política da distribuição da espécie, manifestam a qualidade real de sua consciência geral, assumem o papel predominante que lhes é imanente e se impõem pela prática de ações “dirigentes” aos dominadores que, cândida ou violentamente, imaginavam conduzir o processo. É a consciência das massas, por obscura como á primeira vista possa parecer, que num só ato fornece a força de impulsão e a direção manifestada em sua progressão histórica (PINTO, 2005 p.483 V2)

Gasset, retomando o que já foi expresso anteriormente, via na massificação um sistema para além de democrático, hiperdemocrático caracterizado por perdas na liberdade, existente na possibilidade da expressão de idéias divergentes. A massa tudo equaliza e acabrunha as diferenças.

Para Vieira Pinto, em contrapartida a Ortega y Gasset, as massas expressam o contexto real de determinada sociedade e sua expressividade em termos de

participação pública, ainda que equivocada muitas vezes, conteria sempre um componente pedagógico e possibilitaria um aprendizado capaz de provocar melhoras na própria autoconsciência de nação.

Ora, importante mencionar que a crença na capacidade de expressão da verdade pela consciência das massas e portanto, o papel não preponderante do analista da sociedade, contraria não só toda uma tradição no pensamento político em geral, como também e principalmente, toda uma tradição de pensamento brasileiro.

Quando se faz referência a uma tradição de pensamento brasileiro, esta referência diz respeito a uma tradição calcada na idéia de que caberia ao homem esclarecido conduzir os destinos da nação, pois a partir da idéia de que havia um povo em formação ainda imaturo para conduzir o seu próprio destino, seria necessário um estado forte, tutelar e autoritário, conduzido por esclarecidos e preparados.

Cabe aqui situar um pouco a discussão sobre a tradição autoritária no pensamento social brasileiro, para na seqüência se retomar o pensamento de Vieira Pinto, podendo-se assim fazer a comparação e por contraste perceber-se todas suas características originais.

Nos anos vinte e trinta, no cenário teórico brasileiro, resplandece uma geração talentosa que percebendo as mazelas advindas de uma arquitetura política calcada em um artificialismo altissonante, pois imitativo de modelos exógenos ao país, passam a propor um outro modelo sob égide de um estado forte e reorganizador das instituições.

Wanderley Guilherme dos Santos (1978) cria a categoria de “autoritarismo instrumental” para explicar essa corrente de pensamento dos anos 20 e 30. Santos toma como parâmetro de suas análises a obra de Oliveira Vianna.

De forma sintética a idéia desenvolvida por Santos é que Oliveira Vianna percebeu que no Brasil existia um dilema liberal, pois o liberalismo não poderia ser implementado adotando-se simplesmente uma constituição liberal. Não existia uma

sociedade liberal, mas sim uma sociedade parental e clânica a impedir o liberalismo institucional de frutificar.

Nas palavras do próprio Wanderley Guilherme dos Santos ao interpretar o pensamento de Oliveira Vianna:

Não existe um sistema político liberal dirá ele, sem uma sociedade liberal. O Brasil continua, não possui uma sociedade liberal, mas ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em conseqüência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina (SANTOS 1978, p.93).

Neste caso, para se chegar ao liberalismo seria necessário a adoção de outra prática, a qual Santos denomina de autoritarismo instrumental.

Este autoritarismo não se constitui um fim em si mesmo, mas um mecanismo de transformação da sociedade parental e clânica, para se criar finalmente as condições para adoção de um sistema político liberal. Assim sendo, para Oliveira Vianna e os pensadores que se vinculam a esta corrente:

O Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um *sistema político autoritário* para que se pudesse construir uma sociedade liberal. (SANTOS, 1978, p.93).

Portanto, para se chegar a uma situação de liberalismo é necessário a ação dinâmica do Estado, como agente educador e civilizatório, que seria um promotor das liberdades individuais.

Por outro lado, a classificação de “autoritários instrumentais” ou de “autoritários esclarecidos”, pois possuidores de uma visão realista da sociedade brasileira, desprendidos do juridicismo – formal e conhecedores dos verdadeiros problemas nacionais é recusada por Bolívar Lamounieur, que propõe um outro modelo explicativo para corrente de pensamento que se contrapõe ao modelo institucional de 1891.

Para Lamounieur a obra dos mais notáveis pensadores autoritários como a de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

[...] deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade de Estado como princípio tutelar da sociedade”. (LAMOUNIER, 1985, p.356).

Neste caso, esses pensadores longe de buscarem instaurar uma ordem liberal burguesa, desejam responder a problemas específicos de organização do

poder; se afastando das respostas dadas pelos liberais clássicos e diferenciando-se das orientações autoritárias “importadas”:

O modelo da ideologia de Estado, (...) pretende apreender a inflexão do pensamento brasileiro no início deste século como uma resposta bastante específica aos problemas da organização do poder no país. Entendida desta maneira, não necessitamos diluir a problemática numa ‘ordem liberal burguesa’ abstrata, pois a questão se torna exatamente a de compreender a específica dissociação que a ideologia então nascente opera no pensamento liberal clássico, tanto quanto nas orientações autoritárias importadas nas primeiras décadas deste século.(LAMOUNIER, 1985, p.385).

Sucintamente, as características do modelo da ideologia de Estado seriam: 1) “predomínio do princípio estatal” sobre o princípio de “mercado” (no que se refere às relações políticas e não econômicas); 2 “visão orgânica – corporativa da sociedade” (sociedade análogo aos organismos necessitando de centro condutor, no caso das sociedades o Estado; 3) objetivismo tecnocrático (os pensadores defensores do autoritarismo observariam a realidade do país de forma realista e saberiam quais instituições se adequariam melhor a nossa realidade, crítica explícita às instituições de 1889 como resultante de um dedutivismo jurídico – formal); 4) visão autoritária do conflito social (em virtude das características do povo e do país o conflito social deverá se manter baixo, desde que o Estado saiba agir com precisão); 5) não organização da “sociedade civil” (resulta da característica anterior, em que os conflitos devem ser resolvidos dentro do Estado, pois fora dele não existiriam instituições tradicionais importantes); 6) não mobilização política (a ideologia de Estado visa à integração política – social sobre a égide tutelar do Estado sendo contrária a uma integração mobilizadora); 7) elitismo (cabe a uma elite esclarecida organizar a sociedade) e 8) Leviatã benevolente (o Estado é a força vital da sociedade). (LAMONIEUR 1985).

Ao propor tal caracterização Lamounieur se atém em um arcabouço de idéias comuns entre esses pensadores, principalmente de maiores expressão: Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

Realmente não é difícil perceber a semelhança de pensamento entre esses intelectuais, fundamentalmente por terem se colocado na corrente oposta aos que defendiam o modelo institucional de 1891.

Estes pensadores alertavam para a oligarquização da política que o modelo de 1891 nos estava legando:

Estavam, acima de tudo, desiludidos com a República, não por ela ter arruinado a influência das oligarquias, mas, ao contrário, por ter permitido que essa influência se prolongasse indefinidamente no quadro das transações regionais. Aspirando a organização da nação pelo poder, reagiram contra “oligarquização” das instituições.(PECAUT, 1990, p.21).

Ademais, criticavam a constituição de 1891, enquanto obra ficcional, incapaz de colocar no mesmo compasso realidade e teoria¹¹.

Alberto Torres, em 1914 já denuncia a artificialidade da nova ordenação política. Em “O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional”, publicado naquele ano, consta uma crítica áspera da separação entre a política e a vida social. Para o autor:

A separação da política e da vida social atingiu em nossa Pátria, o máximo da distância. A força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre e com maior boa fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação de posições. (TORRES, 1933, p.182).

Também Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, criticavam a inadequação das instâncias jurídico-políticas com a realidade do país. Basta nesse caso, lembrar que Campos como teórico da Constituição de 1937 pretendia colocar no mesmo compasso o “país legal” e o “país real”. (MEDEIROS, 1978).

¹¹ É interessante que o alerta para que a constituição americana não fosse transplantada para a realidade de povos que não tivessem interesses comuns e laços viscerais de coesão já tivesse sido dado por Alexis de Tocqueville em 1840 com a publicação da Segunda parte da *Democracia na América*: “Quando se examina a Constituição dos Estados Unidos, a mais perfeita de todas as Constituições federais conhecidas, causa admiração, entretanto, a imensidão de conhecimentos diversos e de discernimento que ela supõe naqueles que ela rege. O governo da união repousa quase todo em ficções legais. A união é uma nação ideal que só existe, por assim dizer, nos espíritos, e da qual só a inteligência descobre a extensão e os limites. (...) Tudo é convencional e artificial nesse tipo de governo, e só pode convir a um povo a muito tempo habituado a dirigir, por si só, seus negócios e no qual a ciência política desceu até os derradeiros extratos da sociedade (...). A Constituição dos Estado Unidos assemelha-se a essas belas criações da indústria humana, que cobrem de glória e bens os que a inventam, mas restam estéreis em outras mãos. (...) O pacto federal não poderia ter existência longa se não encontrasse nos povos a que se aplica certo número de condições que lhes tornem fácil a vida comum, simplificando a tarefa do governo. Desse modo, o sistema federal não tem somente necessidade de boas leis para ser bem sucedido, é preciso ainda que as circunstâncias o favoreça. Todos os povos que vimos confederar-se tinha um certo número de interesses comuns, que formavam como que laços intelectuais de associação”. (TOCQUEVILLE, 1973, p. 217,218)

Se se empreender uma análise isolada e comparativa da obra de cada um desses autores, chegaremos a vários denominadores comum, que em grande medida foram competentemente ressaltados por Bolívar Lamounieur.

Autoritários instrumentais ou autoritários doutrinários, neste momento não importa, mas sim a pecha de autoritários, ou seja, por um motivo ou por outro não acreditavam em mudanças da sociedade por uma via democrática com participação popular.

Manifesto é, portanto, que em Vieira Pinto estão presentes outras concepções de política, mas a pergunta que se pode fazer é a do por que retomar uma tradição de pensamento dos anos vinte e trinta, se os isebianos estão inseridos em outro contexto político e social, e seria claro portanto, que Vieira Pinto, não se escoraria no mesmo arcabouço dos chamados autoritários.

Primeiramente, foi naquela tradição inegavelmente, que a maioria dos futuros isebianos iniciaram a sua formação teórica, basta lembrar o dado de que Rolando Corbisier, Guerreiro Ramos , Vieira Pinto e outros foram integrantes da ação brasileira integralista (ABI), que sem exagero fundamentam muitas de suas teses naqueles autores e em toda aquela tradição.

Somente com o intuito de confirmar esta hipótese, pode –se usar as palavras de Marcos Cezar de Freitas, em seu livro sobre Álvaro Vieira Pinto, que em nota afirma :

Embora não haja nenhuma citação que confirme isso em sua obra, após entrevistar vários interlocutores de Vieira Pinto, não é exagero supor que ele- assim como vários integralistas- tenha sido leitor de Alberto Torres. Torres marcou profundamente o debate cultural brasileiro do início do século até os anos 40. Sua obra foi citada por inúmeros autores e recolhida por tendências políticas variadas. Era inegavelmente um pensador autoritário (...) e consumido a granel na Aliança Integralista, chamou a atenção de Vieira Pinto. Torres defendia a “vocação agrária do país”(…) e o papel relevante da pequena propriedade rural. Contudo, dois de seus postulados permaneceram no debate intelectual até os anos 50: a construção da Nação brasileira dar-se-ia pela combinação da rejeição ao imperialismo e da dependência externa, com um desenvolvimento pautado na idéia de cultura autóctone. Se Vieira Pinto jamais defendeu qualquer vocação agrária para o país, por outro lado, a rejeição ao imperialismo e a questão da dependência marcaram toda sua obra. (FREITAS , 1998 P 46).

Além do mais, é sabido que se até os anos trinta, a questão que estava posta era da organização da nação, após quarenta e cinco o que se coloca é o desenvolvimento da nação e da soberania nacional.

Se antes de trinta, muitos pensadores justificavam o viés autoritário pela ausência de povo, os teóricos de quarenta e cinco em diante, terão que lidar com o advento do povo, enquanto sujeito político.

Deixando claro estas diferenças Pécaut escreve sobre o período pós quarenta e cinco:

Ninguém mais duvidava da existência de uma nação brasileira, e não era mais preciso buscar seus sinais no “caráter” ou no “temperamento” da população, nem apelar ao estado para forjar a sociedade. A nação estava ali, constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional [...] (PECAUT, 1990, p 99).

No que pese, as novidades teóricas presente na geração pós quarenta e cinco e, portanto também nos isebianos, em virtude de mudanças na estrutura social e econômica da nação, não é desmedido se afirmar que há algumas concepções que enlaçam as concepções dos anos trinta e dos anos cinquenta, principalmente a aspiração de se pensar a nação a partir de um modelo próprio e autônomo e na pretensão de criar um modelo de desenvolvimento eminentemente nacional.

Além disso, ainda que tenha findado o Estado Novo e conseqüentemente tenha ocorrido uma desvalorização do pensamento eminentemente autoritário, a cultura política de determinada corrente não se esvai totalmente apenas pela mudança de governo e ainda após a democratização do país, em quarenta e seis, outro período autoritário seria vivenciado e bem mais extensa seria sua duração, e neste caso ao menos a influência de um teórico dos anos trinta se faz notar, no caso Francisco Campos, vivo ainda em sessenta e quatro.

Mas para além da cultura política e do pensamento político, não se deve desprezar a presença de uma concepção autoritária nas próprias instituições que perduraram no pós estado novo. Sobre isto nos chama a atenção Boris Fausto:

[...] Deixando de lado as marcas de uma cultura política autoritária, anterior e posterior ao regime de 37, podemos dizer que a permanência das instituições nascidas ou consolidadas durante o Estado Novo ocorreu principalmente no campo da organização sindical e das relações entre capital e trabalho. Apesar do caráter democrático-liberal da Constituição de 1946, a estrutura corporativa manteve-se nessa área, chegando em parte a nossos dias. Os legisladores mantiveram as características do sindicato, como um organismo representativo, ao mesmo tempo, de trabalhadores e empresários, e como auxiliar do estado. Perduraram também o regime de sindicato único e o imposto sindical - um instrumento destinado a sustentar o sindicato sem depender fundamentalmente da contribuição de seus associados (FAUSTO, 2001, p 69).

Sobre o ISEB especificamente, críticas não faltaram a uma tendência continuísta em relação ao pensamento autoritário, sendo que muitos não pouparam críticas ao instituto ser uma espécie de departamento elitista que pretendia falar em nome do povo.

Em geral, há uma série de acusações feita pelas gerações de intelectuais que emergem no cenário intelectual nas décadas posteriores contra os isebianos, e a da acusação de certo elitismo-autoritário é uma das mais marcantes. Daniel Pécaut (1990) sintetiza o rol de acusações e chama atenção para esta última acusação:

Última peça do auto de acusação: foram considerados suspeitos de reivindicar, como intelectuais, um direito natural de falar em “nome das massas” e, por isso mesmo, de se incluírem na linha dos pensadores autoritários. Não é preciso remontar muito longe para encontrar, nos escritos de alguns deles, os vestígios do elitismo à moda de 1930 e à maneira do integralismo (PECAUT, 2000 p.122).

Existem críticos das idéias de Álvaro Vieira, que enxergam em sua obra, expressivos elementos de certo “autoritarismo esclarecido” e que por mais que o filósofo afirmasse que a ideologia do desenvolvimento deveria advir da consciência das massas, na verdade ele apenas estava corroborando uma espécie de populismo teórico ou indutivista, pois de antemão sabia que a massa acertava, desde que acatasse o projeto de desenvolvimento em curso.

Como o projeto de desenvolvimento no país estava sendo levado por um governo democraticamente eleito, as “massas” estavam servindo para confirmar a tese desenvolvimentista do autor de *ideologia e desenvolvimento nacional*.

Ademais, por mais que tentasse dar uma coloração mais a esquerda da maioria dos isebianos, acusado por isto de confeccionar uma obra carregada de ambigüidades e ecletismo, as tese são as mesmas dos primeiros isebianos e dos autoritários dos anos trinta, os intelectuais romanticamente tem um papel preponderante na organização do futuro da nação, e eles, acima de todos os interesses, entendem verdadeiramente a sociedade.

Para se ter a dimensão da espécie de crítica feita a obra de Viera Pinto, recorre-se as palavras de Vanilda Paiva, que na obra :*Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*, aproxima a obra de Freire da do autor de *Consciência e realidade nacional*, fazendo das críticas a Pinto as mesmas que faz a Freire.

Vê-se a seguir, a impressão que se tem da obra do filosofo isebiano:

Embora CRN possa ser vista como um desdobramento de IDN, esta obra foi mais que mera justificação do “autoritarismo esclarecido” ofertado à burguesia industrial nacional, com forte apelo indutivista. Ao passar um texto de pouco mais de quarenta páginas como o que encontramos em IDN para as mais de mil páginas de CRN, Vieira Pinto se verá preso nas malhas do seu ecletismo e da ambigüidade própria de quem, em pleno período de revisão de suas posições políticas, realizando em razão delas novas leituras, pretendia ainda justificar teoricamente as idéias antigas sem abdicar da incorporação de novas e pouco digeridas influências. As teses de CRN são as teses do isebianismo dos anos 50, tratadas de forma análoga à de IDN. Mas se aquela cumpre a tarefa de justificar o populismo tradicional, como o conjunto das obras dos isebianos, ela abre também caminho para o que podemos designar como um “populismo indutivista”, ou seja, para um tipo de posição em que o apelo ao povo se libera da função de legitimar a dominação da burguesia e deixa entrever um conteúdo progressista e radical como o que estava presente na idéia de soberania popular na Europa no começo do século XIX e que sobreviveu durante boa parte daquele século em pensadores ligados ao romantismo. Na obra de Vieira pinto, parece que o circuito se completa: ela começa por apelar para o povo com uma perspectiva “indutivista”, que é absorvida da direita européia, que foi utilizada no movimento através do qual se degradou a idéia de soberania popular e que, na Europa, aos poucos assumiu um caráter mítico- irracional e se associou a argumentos biológicos até desembocar no fascismo¹² (PAIVA 2000 , p.229-230)

Uma crítica que faz ao caráter da filosofia de Vieira Pinto, no sentido de ser indutivista, ou seja, extrair da própria realidade a verdade e não de projetos abstratos desenraizado da sociedade, e que pode ocorrer certa tendência a encaixar o real na teoria.

¹² A autora se refere à *Consciência e realidade nacional* com a sigla CRN e a *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* com a sigla IDN.

Em outras palavras, se existe um pressuposto de que é necessário fomentar uma ideologia do desenvolvimento entre os isebianos, levado ao extremo por Vieira Pinto, isto quer dizer que o real, tem que se manifestar nesta tendência. Vale a questão : como se determina a verdade, como se sabe se o que se induziu de fato é a verdade, se aqui nem ao menos é feita a distinção entre ideologia e ciência?

Os isebianos defendem a idéia de que a ideologia do desenvolvimento é autêntica e isto gera a seguinte questão levantada por TOLEDO:

Para Vieira Pinto, o que se busca alcançar através da aplicação dos “esquemas formais aos fatos” é a correta interpretação destes. Ninguém poderia discordar de tal empresa. Mas aqui são os critérios que irão nos convencer e persuadir de que se chegou a tal intento? Aqui não se vacila: se as conclusões da pesquisa são favoráveis à sorte dos subdesenvolvidos, então acolha-se a interpretação da realidade e, conseqüentemente , ficam legitimadas as categorias induzidas do processo histórico. Porém, se as conclusões forem impróprias-impliquem a manutenção da dominação e da “posição servil” da comunidade- reneguem-se as categorias e busquem-se outras mais “convinientes”[...]

A objetividade científica fica, assim, na inteira dependência de um projeto que determinará se o conhecimento produzido contribuirá (ou não) para a libertação nacional...

Para o autor, e para os demais isebianos, esta determinação do científico pelo ideológico não se constitui em problema ou em qualquer espécie de objeção. Afinal, a ideologia do desenvolvimento nacional é autêntica (verdadeira, na sinonímia isebiana), na medida em que exprime os interesses gerais da nação...(TOLEDO 1978 p.68-69)

Em relação à obra do filósofo Álvaro Vieira Pinto, pode-se afirmar, após uma análise atenta que o tipo de qualificação de elitista ou antidemocrático, no mínimo se constitui um grande mal entendido.

Ao se ler as obras de Vieira Pinto o que se percebe são fortes argumentações em sentido oposto, ou seja, está colocada explicitamente uma crítica a pretensão de intelectuais se comportarem como porta vozes do povo, e também está posto uma profunda crença na democracia.

Um primeiro ponto que talvez coloque as idéias do filósofo no sentido da democracia e da valorização das massas em detrimento da especulação muitas vezes descolada da realidade feita pelos acadêmicos, pode ser toda uma formação

e influência teórica de correntes de pensamentos que buscam suprimir ou pelo menos diminuir a distância entre o mundo das idéias e o mundo real.

No momento não irá se explorar as influências teóricas do pensador fluminense, mas é importante ressaltar que os seus prediletos na filosofia são os teóricos que propõe a análise a partir dos fenômenos concretos da vida. Correntes como do existencialismo de Karl Jasper ou a fenomenologia Husserl são identificadas com um pouco de atenção em suas obras cruciais como *Consciência e realidade nacional*. Além de Jasper, e Husserl alguns comentadores da obra de Vieira Pinto chamam a atenção para a influência de Sartre, Heidegger do “Ser e o tempo” e outros.¹³

No sentido de aproximar idéias e prática, percebe-se que Vieira Pinto acreditava que não somente era possível ao homem comum que estava acolá à existência universitária poder pensar a realidade de seu país, e não só poder pensar, como a partir dessa impressão da realidade feita pela pessoa leiga é que poderia se construir uma ideologia do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, ao confeccionar a obra marcante de sua produção, *Consciência e realidade nacional*, Vieira Pinto procurou escrever - lá de forma acessível ao trabalhador manual e não destinada apenas ao trabalhador intelectual.

Aliás, Vieira Pinto alertava que uma das características da consciência ingênua que se opõe a uma consciência crítica era justamente o pedantismo intelectual, ou seja, uma forma de expor as idéias de modo a excluir o entendimento do homem comum.

Evidente que o autor de *Consciência e realidade nacional* sabia da impossibilidade de atingir toda a massa de população com suas palavras, mas achava possível atingir um tipo de leitor medianamente esclarecido. Norma Cortez

¹³ Sobre as influências teóricas de Vieira Pinto ver CÔRTEZ (2003) principalmente à segunda parte do livro e Freitas (1998) especificamente o CAP. V. Também sobre as influências teóricas sobre Álvaro Vieira e os isebianos em geral ver PAIVA (2000) que diz que a influência sobre Vieira Pinto vem de uma tríade: fenomenologia-existencialismo-culturalismo e TOLEDO (1978).

(2003) nos chama atenção para o público que Vieira Pinto queria atingir com *Consciência e realidade nacional*:

[...] CRN não se dirigia apenas aos pares intelectuais de Álvaro Vieira Pinto. Ele queria se dirigir a um grande número de leitores, mesmo que fossem pouco familiarizados com a linguagem técnica do discurso filosófico. Pode-se afirmar, em um sentido geral, que CRN foi escrito e destinado para o grande público. Isto não significa, naturalmente, ter sido orientado para a leitura de lazer das grandes parcelas da população, as ditas massas incultas. O texto se destinava a um público composto por um tipo de homem comum e difusamente espalhado pela sociedade cujos amplos e imprecisos interesses intelectuais denotariam algum nível de aprimoramento cultural. (CORTEZ, 2003, p.74)

Deve se supor que a pretensão principal de *Consciência e realidade* era, em um primeiro plano, tentar a superação entre o “artificialismo” acadêmico e a vida concreta do dia –a – dia da população brasileira, e mais do que isso a consciência filosófica deveria ser extraída da própria realidade concreta.

Aqui cabe um importante parêntese para lembrar-se da incursão do filósofo do desenvolvimento no campo pedagógico. No mínimo houve um intenso diálogo entre o pensador isebiano e o pedagogo Paulo Freire, e indubitavelmente verifica-se uma contribuição do primeiro, no sentido de se criar um método pedagógico menos formalista e mais próximo da realidade concreta do trabalhador brasileiro.¹⁴

Da mesma forma que procede teoricamente na interpretação do campo pedagógico, procede interpretação da esfera política e social, em outras palavras, também o modelo de desenvolvimento do país deveria ser extraído da consciência das massas, pois são estas que no dia –a-dia sentem os efeitos das determinações dos poderes públicos, e falar em nome das mesmas pressupondo suas necessidades, ocorreria o mesmo que com o professor que pretende passar um conteúdo ao aluno como se este fosse uma espécie de papel em branco, a ser preenchido pela sabedoria do docente.

¹⁴ Sobre a relação de Vieira Pinto com o método Paulo Freire, PAIVA (1986) tem um enfático estudo. Vale lembrar também que Paulo Freire se referia ao filósofo isebiano como “meu Mestre”. FREITAS (2005)

Em síntese uma postura formalista não seria capaz de ser eficiente no campo educacional, como não seria capaz de formular precisamente uma ideologia do desenvolvimento no campo econômico-político.

Vale ouvir Vieira Pinto para clarificar melhor esta questão:

No país subdesenvolvido em esforço de desenvolvimento, são as massas que detém o critério da práxis social. O risco mais grave que correm estes países é que suas elites intelectuais, quase sempre privilegiadas, ou clientes e beneficiárias delas, se arroguem o direito exclusivo de pensar a tarefa de transformação da realidade em termos da prática que é sua, e na qual a dos outros, a das classes desfavorecidas, entra apenas como dado de percepção ou motivo de compaixão moral. [...] Com efeito, é admissível que seus representantes sejam capazes de se inclinar intelectualmente sobre o estado das populações atrasadas, de se transferir a elas em espírito, mas sempre lhes faltará alguma coisa, aquilo que transmuda a simples comunhão simpática em verdadeira identificação ontológica porque a prática é intransferível (PINTO 1960(b) p.56-57).

Com estas palavras, impossível não se desfazer o equívoco da crítica de elitista aos teóricos do ISEB, pelo menos no que diz respeito Álvaro Vieira Pinto, a proposta é justamente a de criticar uma postura elitista, não existe vestígio do elitismo à moda da geração de vinte e trinta que clamavam por um grande líder para conduzir a organização da nação. No final da década de sessenta o que está em pauta é o desenvolvimento da nação, mas o projeto de desenvolvimento não deve ser obra de uma elite que não leve em conta as circunstâncias reais em que vive a população.

O anti-elitismo de Vieira Pinto não é obra de uma espécie de boa vontade do filósofo, não se trata de verborragia populista de exaltação da qualidade das massas e do povo, Vieira Pinto vislumbrou que os grandes arcabouços teóricos eram fruto de uma realidade oposta as nossas e por mais que “bebesse” em diversos mananciais teóricos nenhum era capaz de se enquadrar completamente na nossa conjuntura.¹⁵

¹⁵ A originalidade do pensamento de Álvaro Vieira Pinto vem em boa medida da sua capacidade de mesclar o repertório filosófico de diversas matrizes, usando-o de acordo com que achava viável para análise do país . Como mostra Marcos Cezar Freitas : Na circunstância em que se encontrava, Vieira Pinto proclamava estar à vontade para “misturar” o repertório de Heidegger e Husserl com o de Marx, afirmando ser isso uma decorrência e uma necessidade de quem “fala de outro lugar” que não a Europa. Esse outro lugar é o mundo subdesenvolvido. (FREITAS, 2006).

O filósofo brasileiro não tinha direito ao tédio, a náusea, mas deveria se ater a tarefa do tudo ainda por fazer. Não por acaso alguns o acusam de disfarçar o marxismo e outros de utilizar-se erroneamente das categorias marxistas.¹⁶

Por exemplo, a categoria de consciência alienada, que é o mesmo que consciência ingênua têm uma concepção original e procura designar aquela forma de pensamento que não leva em conta a verdadeira situação da realidade de um país desenvolvido.¹⁷

Em oposição ao conceito de consciência ingênua ou consciência alienada, Álvaro Viera Pinto desenvolve o conceito de consciência crítica. Para melhor delinear o termo o isebiano utilizou-se da caracterização a partir de sete elementos : 1) objetividade, 2) historicidade, 3) racionalidade, 4) totalidade, 5) atividade, 6) liberdade, 7) nacionalidade.

A primeira característica a objetividade, desempenharia um papel preponderante na atividade intelectual do pensador crítico, pois o exercício da objetividade o impediria de acreditar que o real, o objetivo é mera extensão do intelectual, ou seja, do subjetivo.

Exercer a objetividade seria reconhecer a anterioridade da realidade exterior, cabendo assim uma relação de “docilidade como real”, em outros termos, não cabe ao pensador “ditar” regras ao real, mas compreende-lo como espaço concreto, e só assim transformá-lo.

¹⁶ Sobre o mal uso do marxismo ou sobre uma crítica marxista aos isebianos ver TOLEDO (1978). Sobre o disfarce de o marxismo ver MELO (1963) Diz Vieira de Melo: “São teses facilmente reconhecíveis e identificáveis em toda uma literatura de inspiração marxista e são igualmente teorias essenciais ao sistema de idéias do grupo desenvolvimentista. Colonialismo econômico é a expressão que as consagra. Associadas a elas, encontraremos ainda uma outra idéia, a que queremos dar relevo especial porque se trata de uma noção chave e que nos deixa perceber mais do que qualquer outra as origens marxistas da concepção desenvolvimentista da cultura. Quero referir-me à noção de consciência alienada.”

¹⁷ Não se deve desconsiderar a hipótese da utilização da linguagem marxista por muitos isebianos em virtude da adesão que estes termos tinham nos meios intelectuais. Assim este uso pode ser entendido com forma de ganhar adesão e respaldo de determinado público. Mas não são usados no seu sentido original. Sobre o estreitamento da terminologia marxista com a obra de Álvaro Vieira Pinto , ver PEREIRA 2002.

Em síntese a consciência crítica, por ser, sobretudo objetiva, não pode se contentar com proposições idealizadoras da realidade.

Em vez de conceber-se como processo de autopercepção, a consciência crítica é referencial ao existente exterior a ela, sua conduta natural é a docilidade ao real. Não procede assim por mera convicção teórica, mas porque, sendo crítica, não vê a realidade externa com exclusivo objeto de representação, mas como espaço concreto, onde, além da possibilidade de conhecer, se lhe impõe a necessidade de agir, a fim de modificá-lo de maneira a fazê-lo mais propício à satisfação das exigências humanas. Não poderia, porém, ter esta conduta se partisse do suposto de que lhe compete ditar leis à realidade, ou pelo menos oferecer a esta algo que a completa, para torná-la inteligível. As leis do mundo não são as leis da consciência, quem a elas obedece são os próprios fenômenos, não o nosso pensamento, que apenas as descobre e representa. (PINTO 1960b, v.2 p 16)

A segunda noção ou característica a fundamentar a perspectiva intelectual embasada em uma postura de consciência crítica é a noção de historicidade. Utilizar-se da historicidade significa pensar a realidade como processo, entender que a realidade é sempre transição e mudança.

Entender a realidade como processo implica uma atitude de não resistência à novidade, e assim o desenvolvimento do real é que deve condicionar o método de análise e não ao contrário como se o estudioso da realidade pudesse “enquadrar” esta realidade em sua metodologia aprioristicamente.

Portanto, cabe ao pesquisador social propor o melhor método tendo como referencia o real existente, pois o que é válido para se entender o presente, não necessariamente é válido para compreensão do futuro e nem do passado.

É bom que se esclareça que a proposta de Álvaro Vieira Pinto, não caminha no sentido da abolição e uso de referências teóricas, mas alerta para validade relativa de referenciais.

Utilizando-se das palavras do autor de *consciência e realidade nacional* é possível clarificar melhor este conceito de historicidade, quesito tão necessário para o estabelecimento da consciência crítica :

O processo, no seu movimento real, deve condicionar o método que, em cada período, permite formar as idéias necessárias a compreendê-lo. Como proposição constantemente válida há apenas esta, de ordem metalógica, suprametodológica: a que o método é variável; aquele que se mostrou útil no passado nem por isso tem assegurada a vigência futura. Cabe aos filósofos e aos sociólogos, interpretando o real do momento, propor o melhor método para chegar às idéias que apreendam as transformações correntes de que são observadores interessados. A prática social dirá se a proposta feita era correta. (PINTO 1960b, p29)

Na seqüência o filósofo isebiano nos apresenta outro predicado da consciência crítica, a racionalidade. Racionalidade aqui não significa entender o mundo apenas a partir da inteligência racional, significa também tentar entender as motivações emocionais de nossas condutas, sem desconsiderá-las, mas tentando abranger os seu motivos causadores.

Em um panorama de realidade “atrasada”, como o vivenciado por Vieira Pinto, seriam inevitáveis atitudes apaixonadas em sentido contrário a situação de miséria de país subdesenvolvido.

A lamentação contra a situação dada de subdesenvolvimento e atitudes de sensibilidade social, não seriam sintomas de irracionalidade, mas pelo contrário resultaria, já de certo desenvolvimento das condições materiais objetivas que permitiria vislumbrar uma mudança em curso, que entretanto ainda estava incompleta, por isto geraria indignação e lamúrias.

A racionalidade da consciência consistiria em ver o mundo a partir daquele conteúdo de objetividade, descrito anteriormente, como a primeira característica da consciência crítica, sendo não o produto da própria mente, mas como a situação real.

Assim, a consciência racional, estaria possibilitando se pensar o real em suas possibilidades de transformação, em sentido contrário da consciência ingênua que não seria pro positiva para a transformações da realidade.

A racionalidade obrigaria o pensador a examinar o mundo, a sociedade, pelo prisma da sua realidade circundante. Neste caso, pelo prisma racional seria inevitável a tarefa de entendimento da conjuntura do local em que se vive, ou em outros termos seria preciso se entender como membro de uma totalidade chamada nação.

Portanto, Álvaro Vieira Pinto, propõe o uso de um método dialético, que não o incentiva a ver a realidade por uma dialética que concebe a contradição maior da realidade a luta de classes. Na realidade brasileira a contradição maior adviria da oposição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Sabe-se que esta interpretação que resulta na presunção de um clamor de união nacional frente à ameaça imperialista, é uma tese crucial para o entendimento das opções políticas nos anos cinqüenta e sessenta. Diz Vieira Pinto :

O desenvolvimento brasileiro atravessa a etapa em que se evidencia ser a oposição entre fatores econômicos de origem autóctones e os de procedência exterior, ou seja, entre capital nacional nascente e o capital estrangeiro dominante, em uma palavra, o imperialismo, a contradição principal que o entrava. Patenteteando-se à consciência pública, sem sombra de dúvida, ser essa a oposição culminante, é claro que os setores oprimidos, no caso, a indústria nacional legítima e as massas obreiras, que necessariamente só podem ter interesses coincidentes com os interesses gerais do país, se convertem em forças objetivas, atuando no sentido de romper a contradição predominante. Constitui-se, assim, uma imensa atividade prática, uma práxis social, visando superar a contradição principal da realidade e nessa práxis é que tem origem a reflexão intelectual onde se delinea o conceito de razão que atende às necessidades dessa mesma práxis, justifica-a e encoraja-a. (PINTO 1960b, 79 v.2)

Com o clamor de se colocar a análise da realidade nacional como categoria fundamental de sua análise pelo predicado de racionalidade, fica nítido e é admitido por Vieira Pinto, que sua teoria substitui o princípio dialético do “tudo que é real é racional”, pelo princípio “tudo que é nacional é racional”.

Uma outra categoria que distingue a consciência crítica da consciência ingênua e o atributo da totalidade.

Este quarto atributo em essência e síntese para não adentrar-se em todos os pormenores que o autor ressalta e sobretudo para não apenas reproduzir o que já escreveu, parte do princípio que é preciso na apreensão do real não fragmentá-lo e sim tenta-lo entender como um todo articulado as partes.

Para Vieira Pinto o engano da consciência ingênua é crer que propondo soluções específicas para um problema específico sem contextualizá-lo em uma esfera mais global, bastaria, chegando –se a soluções condensadas para problemas que seriam mais abrangentes que o aparente. Na realidade utilizando-se o prisma ingênuo apenas no máximo se atenuaria o problema.

Para clarificar mais o atributo de totalidade, deve-se perceber que na óptica de Álvaro Vieira Pinto esta resvala sempre para o âmbito da nação. Nesta lógica é a nação que deve ser encarada como totalidade para a resolução de problemas específicos do país, por exemplo, as desigualdades regionais só serão resolvidas tomadas pelo prisma nacional e nunca pelo seu aspecto regional. Só há desenvolvimento regional atrelado ao nacional.

Os problemas brasileiros deste momento são em essência um só: a superação do subdesenvolvimento. Se não aparecem imediatamente na sua unidade real, é porque corresponde ao estágio primário do curso histórico dar a impressão de serem múltiplas e desconexas as dificuldades da existência. Havendo largas diferenças de riqueza, regime de trabalho educação, acrescidas, em nosso caso, de falta de comunicações entre populações distantes, cada círculo sente a sua dificuldades como peculiares à sua área e não é levado a perceber o entrelaçamento delas com os outros. Seria grave erro de julgamento sociológico confundir a consideração parcelada dos problemas nacionais, necessária enquanto exigência prática, com um princípio metódico..(PINTO 1960b 128).

Elevando as questões específicas e regionais para o âmbito nacional, Vieira Pinto conseguiu perceber que havia um processo histórico em curso, A que o autor chamou de tempo histórico unificado.

Se se quiser ser mais ousado pode-se admitir que Vieira Pinto vislumbrou no final dos anos cinqüenta o inexorável processo de globalização, onde cada nação começa a perceber que participa de um processo da humanidade como um todo.

A grande circulação de informações deste processo faz despertar o sentimento de disparidade entre diversas regiões e nações do planeta.

Sem quere abusar das citações, mas apenas com o intuito de evidenciar a percepção do autor, pode-se recorrer a suas palavras:

Estamos vivendo o que já se chamou a fase do tempo histórico unificado. Quer isto dizer que cada nação começa a ter consciência mais viva da sua existência histórica e por isso se sente, mais intensamente do que nunca, participa do processo da humanidade como um todo. Desperta para a compreensão da sua existência enquanto membro de uma totalidade de comunidades, o que a conduz a se comparar às demais e se avaliar tendo em conta o conhecimento do estado das outras. A tendência à unidade da história, cujas causas materiais não é o momento de analisar, conduz à consciência, surgida em país pobre, que faz perceber os níveis a que chegaram outros e a meditar sobre a condição de marginalidade onde se encontra. A circulação das informações põe aos olhos de todos os povos da terra o espetáculo dos modos de vida das regiões mais adiantadas (PINTO 1960b p164)

Após as considerações feitas sobre o atributo da totalidade chega-se imediatamente para as considerações acerca do quinto atributo que é o da *atividade*.

Este atributo parte do preceito que de que “pensar é agir”. A formula “pensar é agir”significa exatamente o oposto da crença da consciência ingênua, que acredita que a verdadeira maneira de compreender o real é meramente sobre a forma de contemplação intelectual, assim mais perfeito será o conhecimento quanto mais inativo for o sujeito pensante.

A não atividade ou a passividade para o pensar ingênuo seria a forma perfeita de conhecimento. Pela ótica ingênua a submissão do ser pensante ao dado concreto é a lei de ferro da postura filosófica.

O Princípio da submissão simples e pura do ser pensante ao dado concreto é rejeitado com veemência pela consciência crítica, a partir do seu atributo da atividade, pois a postura crítica encara a consciência como fundamentalmente ativa e o processo cognoscitivo só se completa pela ação do sujeito.

Assim a realidade só é compreendida porque o homem atua sobre as coisas exteriores e sua consciência, além do mais é pela ação por parte do sujeito que o mundo, fora dele se abre para a possibilidade de ser compreendido.

Só existe, portanto, uma representação excelente do real pela atuação sobre ele, e isto é importante até para o entendimento da valorização das massas no pensamento de Vieira Pinto, pois quem atua sobre o real e aquele que o trabalha, é o agente principal da transformação do real.

Quando Vieira Pinto se refere à ação, não está se referindo a uma ação voluntarista, quixotesca, mas a uma ação decorrente inevitavelmente da elaboração teórica, que se traduz na ação cotidiana, nas modificações quase imperceptíveis que só o olhar atento do cientista pode perceber e desencadear na elaboração de projetos.

Assim vaticina Álvaro Vieira:

O pensamento crítico não se deixa iludir pela aparente estabilidade do real. Sabe, ao contrário, que este, por essência, é correnteza, onde a novidade se produz a todo instante como consequência do estado anterior, e onde, se nem sempre é perceptível o surgimento do original, é porque vivemos habitualmente na pauta da consciência desatenta. Só nos emocionamos com os saltos catastróficos, quando devíamos considerar os pequenos impulsos que os determinam. O novo de cada dia só se torna visível algum dia.

Desta forma, o conceito de revolução e o verídico espírito revolucionário nada têm de comum com a impetuosidade, a indignação, o protesto, o quixotismo, próprios da consciência ingênua. São, no seu sentido severo, fruto de rigorosa compreensão do processo da realidade, decorrem da posse exata da teoria revolucionária, induzida da história. (PINTO 1960b p251)

A sexta categoria atrelada ao pensar crítico, é a categoria de *liberdade*. A liberdade é entendida não somente como a possibilidade de praticar atos livres, mas também atos libertadores, liberdade assim sendo está relacionado ao poder de libertar.

A liberdade não constitui-se apenas em conceito de ordem teórica, mas, sobretudo ato relacionado a prática. O comportamento em relação a determinada situação concreta é que nos possibilita o exercício da liberdade ou não.

Segundo Álvaro Viera é a descrição dos comportamentos humanos em face da realidade, que conduz as pessoas à convicção da liberdade mais que as teorias abstratas do conhecimento.

Seguindo esta linha de raciocínio Viera Pinto nos alerta, que o ato livre está relacionado a determinada prática imposta, e neste caso relaciona-se a uma característica comentada anteriormente, que é a historicidade. É no contexto histórico real que o ato livre se concretiza, como elucida o próprio Álvaro Viera Pinto:

O ato livre é um ato público, social, e como tal deve ser definido por critério que a prática social impõe. Deste modo, o conceito de liberdade deixa de ser o mistério ontológico diante do qual se esfalfa a literatura existencialista contemporânea, para se revelar como noção de ordem sociológica, política e histórica, que compete à reflexão filosófica estabelecer e dilucidar. Se a liberdade é concreta está ligada a determinada situação, aquela que permite a prática de atos livres. Logo, só se pode pensar a liberdade a partir de dado contexto histórico; do contrário, a via especulativa levaria a constituir à liberdade à parte de atos livres reais.(PINTO 1960b, p266-267)

Assim o ato de liberdade é primeiramente reconhecer “ estar no mundo”, estar inserido em determinada realidade,e admitir estar inserido nesta determinada realidade, para o pensador brasileiro, nada mais é que admitir estar no Brasil e pensar o mundo a partir deste pressuposto. Por isto mesmo o exercício da liberdade coincide para o filosofo de consciência e realidade nacional,com uma decisão existencial em favor do Brasil.

Para ser mais explícito, só são atos livres os atos praticados que atuem sobre o curso do processo histórico nacional e que contribuem para uma intervenção modificadora da realidade nacional.

Dito isto, Álvaro Viera Pinto vai desenvolvendo sua teoria em um dos sentidos mais cruciais da sua obra, que o aproxima de outros isebianos que é a necessidade de o pensador ajudar a fomentar o desenvolvimento nacional, pois não existe liberdade política individual em um país não desenvolvido e atrelado economicamente e culturalmente a outros países

[...]a condição suprema para a possibilidade de exercício da liberdade é iniciar-se o processo libertador do País, é desenvolvê-lo. É lícito, pois, dizer que não há liberdade sem desenvolvimento. Este se produz pela série de atos libertadores das pressões que acorrentam a economia e a cultura da nação, os atos que chamamos livres, cuja execução transfere e outorga ao sujeito o predicado de livre. Compreendemos, agora, porque dizíamos que o homem se faz livre ao praticar atos livres; é porque estes são libertadores do seu país, e portanto criadores de situações históricas superiores, nas quais se tornam reais os modos e os direitos legítimos e superiores, que em conjunto formam a a sociedade democrática.(PINTO 1960b, p272)

Neste sentido, toda vez que o governo pratica um ato que contribui para fraturar determinada situação de dependência, esse ato repercute consideravelmente na consciência das massas, alavancando nestas, idéias e práticas libertadoras.

O desenvolvimento desperta no povo uma situação de esclarecimento das reais condições de desenvolvimento, contribuindo para um processo multiplicador da consciência de liberdade.

De acordo com a concepção de liberdade, desenvolvida por Álvaro Vieira Pinto, é nas massas que a necessidade de liberdade se impõe com mais rapidez, uma vez que em virtude dos privilégios sociais e econômicos das classes abastadas, estas tendem a participar com menos afinco do projeto libertador da nação.

Em outras palavras, as massas obreiras têm menos a perder ou nada a perder no processo de desenvolvimento, enquanto as abastada podem perder determinadas situações de privilégios.

Na direção de que o existir autêntico, segundo as concepções do filosofo está na capacidade de alteração do mundo, uma vez que a realidade precede a consciência, são as massas que possuem um existir autêntico que mais se afasta do idealismo, em comparação as elites e classes abastadas.

O último predicado que caracteriza o pensar crítico é o da nacionalidade. Para além da aparente tautologia da afirmação de que a realidade nacional é por definição nacional, esta afirmação decorre para a categorização do significado de nacionalidade como elemento que demonstra que a consciência do mundo não pode ser meramente individual.

Utilizando-se a categoria de nacionalidade, se percebe, a necessidade de um pensar conjunto, isto é, será necessário e desejável pela nacionalidade o estabelecimento de um convívio humano intelectual que desfaça a armadilha dos equívocos do pensar solitário, quando este acredita poder ter com o mundo uma relação íntima entre o mundo e a própria consciência, entretanto para os pressupostos da consciência crítica só é possível pensar o mundo de forma pública.

A partir deste pressuposto Vieira Pinto faz uma análise do nacionalismo como fenômeno histórico, dividindo a sua interpretação em dois momentos ou duas fases.

A primeira relativa ao período colonial, no sentido puro (no próprio período colonial) ou de forma disfarçada após a independência. O outro momento, aquele que estava escrevendo denominado pelo autor de período inicial de autonomia.

Em virtude da conjunção histórica, o primeiro momento é caracterizado por uma luta nacionalista que se concentra mais nos aspectos jurídicos, é a fase em que o beletismo dos advogados desempenha papel preponderante na configuração do pensamento nacional.

Naquele momento o juridicismo não deixou de exercer um papel positivo, entretanto no momento inicial de autonomia, vivenciado pelo autor, tal atitude passaria a ser anacrônica e nociva.

A atitude da consciência crítica deveria naquele momento concentrar-se em torno dos aspectos econômicos, e questão determinante que seria a dialética países explorados versus país exploradores.

O primeiro momento do nacionalismo é marcadamente emocional e este segundo nacional. Era preciso desarmar-se dos predicados emocionais e lançar-se em um plano nacionalista estratégico, plano este que deveria ter como traço determinante o aspecto lógico, técnico e objetivo.

Ademais o suporte do nacionalismo na primeira fase era feito pela elite e o suporte deste segundo momento seria feito pelas massas que como visto anteriormente, representam agora o “real” interesse da nação.

Enquanto os suportes econômicos do pensar nacionalista são fracos, permitindo apenas subsistir a título de projeto ideal, o número daqueles a cuja consciência se incorpora é por natureza pequeno. É a fase do nacionalismo como fenômeno de elite. Em tal fase, não só o nacionalismo se apresenta como manifestação de elite, mas, reciprocamente, a elite se define, então, pelo nacionalismo que professa. As

elites autênticas, nessa época, são aquelas que revelam consciência nacionalista. Hoje, porém, mudados os suportes objetivos, a situação é inversa. Na fase atual, o nacionalismo é, e não pode deixar de ser, fenômeno de massa. Exatamente por isso o nacionalismo define agora a massa e não as elites. Atualmente estas, enquanto grupo social que a si próprio se define como tal, são constituídas por quantos se demonstram incapazes de assumir o ponto-de-vista nacionalista, se rebelam contra ele, criticam-no, ridicularizam-no (PINTO 1960b p.323-324)

As motivações para a inversão histórica dos agentes encarregados de suportar o ideário nacionalista foram às transformações do processo histórico da realidade nacional. No período anterior os articuladores de um pensar nacional eram exíguos, pois a maioria da massa trabalhadora com certa qualificação estava sob a égide do capital estrangeiro.

Naquele contexto tinham aqueles primeiros empresários de lutar pelo reconhecimento do direito de exercerem as suas atividades e nacionalizarem o capital. Travando uma disputa com o capital externo, não previam que no momento posterior seriam as massas despertadas pelo processo de desenvolvimento e tornar-se-iam as condutoras do processo nacionalista.

Segue Vieira Pinto alertando que a teoria do nacionalismo, seguindo a lógica de uma das características anteriores de que “pensamento é ação”, não é uma teoria pronta e acabada que se deve impor a realidade, mas uma teoria que emerge da própria prática.

Não é possível pensar o desenvolvimento nacionalista do país sem uma teoria para tanto, mas tal teoria não deve estar pronta e acabada, pois deve ser um processo oriundo da prática, pois se estivesse “acabada” estaria no limiar de iniciar o seu processo de declínio histórico.

Um elemento importante na concepção crítica ao utilizar-se o conceito de nacionalidade é a percepção da educação como instrumento de dominação internacional..

Vieira Pinto demonstra como não passa de mistificação, a propalada idéia de que o problema maior dos países não desenvolvidos deve-se a ausência de educação formal ou analfabetismo.

A idéia para a consciência ingênua é que somente depois de educar o povo e que seria possível empreender melhorias materiais para a população, ou seja, quando o povo alcançar um patamar aceitável de educação segundo a mente

ingênua, os países desenvolvidos seriam solícitos com os subdesenvolvidos e todas as questões sociais e econômicas seriam resolvidas.

O ideal de tal discurso político é uniformizar a educação de todos os países e a missão dos povos inseridos em determinado patamar de progresso seria ensinar os povos retardatários a pensar, acreditando que se os atrasados compartilharem das mesmas idéias científicas, sociais, políticas e culturais, o mundo se tornará um mundo sem conflito.

Esquecem-se, lembra Álvaro Vieira que o trabalho estafante, dolorido do povo sem educação formal é tão educativo quanto à escola, pois o faz aprender a situação de sua própria realidade, em que o sofrimento é uma constante.

Viera Pinto chama atenção para o fato de que a escola segundo a concepção de nacionalismo não pode estar descolada da situação real do trabalhador¹⁸, e mesmo o analfabetismo não deixa de ser uma forma de educação. Sobre o analfabetismo alerta Vieira Pinto:

O pedagogo alienado jamais compreenderá que o analfabetismo é um grau do processo de educação, e não ausência de educação, grau que é preciso evidentemente superar, sendo para isso o primeiro requisito entendê-lo na sua verdade. O analfabeto é um indivíduo educado nas condições que a realidade nacional lhe oferece. Sabe numerosas coisas de que necessita para subsistir, e só não sabe ler e escrever porque nas condições de trabalho estas não são exigências de subsistência(...) Na verdade, porém, tais indivíduos estão de posse de uma educação suficiente para as condições de vida que levam, e portanto se quisermos alterar-lhes a educação, o que há de fazer não é simplesmente infundir-lhes conhecimentos, mas transformar-lhes as circunstâncias gerais da vida, o modo de trabalho, para que em nova situação tenham necessidade do saber que a instrução superior lhes deve conferir (PINTO 1960b p.383)

Outra contribuição do predicado de nacionalismo é a superação da alienação, pois é fato muito comum nos países subdesenvolvidos se tomar como verdade idéias produzidas em situações reais oposta destes países. Nas condições de subdesenvolvimento o nacionalismo serve para quebrar o espelho que toma como sua própria imagem, que é apenas imagem alheia a esta realidade.

Por fim tomando-se ainda a concepção de nacionalismo, o autor de *consciência e realidade nacional* irá discutir densamente o desenvolvimento e os problemas regionais.

¹⁸ Sobre a relação Pinto-Freire ver PAIVA (2000)

Com uma afirmação consistente, Vieira Pinto nos mostra como os problemas regionais não podem ser pensados desligados do problema nacional. Entender que existe soluções específicas para regiões específicas sem entendimento do processo histórico nacional contribui para um falseamento da questão que favorece somente uma parcela da população, as classes abastadas.

Nada melhor do que dar voz as contundentes afirmações do autor, para entender-se em que nível ele coloca o problema regional:

É corrente a afirmação de existirem em nossa realidade nacional “dois Brasis”. Há de fato dois Brasis, mas não no sentido em que pretendem apresenta-los os portadores da consciência simplista. Não são dois Brasis separados no espaço, um no centro sul, supostamente desenvolvido, e outro atrasado, no norte –nordeste. Os dois Brasis estão separados no tempo social e não no espaço geográfico. Estão ambos no sul como na região nordestina. São grupos sociais corporificando fases diferentes de um só processo histórico, e de fato coexistem, um ao lado do outro, separados pelos respectivos fundamentos no processo da realidade, embora unidos na composição da mesma nação.

Os dois Brasis acham-se tanto nas metrópoles do sul como nas regiões pobres do norte, e não formam dois pedaços do corpo nacional, divididos por fronteiras regionais, mas dois momentos do processo nacional em toda parte. O Brasil atrasado está tanto no sul como no norte, está onde existem forças sociais retrógradas, grupos empenhados em manter a velha estrutura de produção. (PINTO 1960b p.419)

Ou ainda bastante enfaticamente:

Não há consciência regional senão como aspecto e componente de uma só consciência nacional. É justamente porque a última constitui um fundamento unitário que dentro dela se distinguem modalidades regionais. Estas só se caracterizam como tais porque representam diversamente, em virtude dos condicionamentos locais, a mesma consciência nacional. Não há, portanto, oposição entre consciência regional e nacional; entre elas existe somente mediação dialética. A consciência nacional só se define mediante uma manifestação regional, e esta por sua vez só reconhecida com esse caráter se, através dele, exprime a totalidade da consciência da nação. (PINTO 1960b p 430)

Na realidade o que muitos dos isebianos no geral e Álvaro Vieira Pinto especificamente faziam, era se apropriar de categorias sociológicas e filosóficas conceituais em determinados aspectos que servissem pontualmente para explicar a realidade brasileira, ou seja, a situação do Brasil em seu aspecto de subdesenvolvimentismo, não utilizando –se destas categorias em sua totalidade metodológica.

Assim, ainda que se utilizasse de categorias marxistas outras matrizes ideológicas estruturavam a obra e o pensamento de Álvaro Vieira Pinto. Como mostra Pereira:

É curioso como a relação de alguns intelectuais do ISEB com o marxismo é próxima e, ao mesmo tempo, distante. Eles se utilizam de categorias marxistas, como totalidade, contradição, alienação e práxis para citar algumas delas. Suas conclusões e posições estavam próximas das teses revolucionárias. Mas como a matriz continuava a ser a filosofia da existência, a proximidade com o marxismo permanecia presa àquelas categorias (PEREIRA 2002, p.179-180)

Parece que, quando Álvaro Vieira Pinto usa expressões aparentemente extraídas do marxismo, ele sabe deliberadamente que não as está usando no mesmo sentido que seus autores originais. Não se trata talvez nem de ingenuidade e nem de mistificação proposital. Apenas e simplesmente o autor não quis empreender uma análise exclusivamente marxista da realidade nacional. Ora, passados quase cinquenta anos da produção de suas principais obras, no debate do dia ainda não se coloca com tanta contundência a questão nacional?

Não se debate a todo o momento hoje nos meios acadêmicos e intelectuais como se dará a inserção de países em desenvolvimento como Brasil, México e Índia dentre outros no concerto das nações desenvolvidas?

Examinando com acurada observação a realidade das sociedades naquele instante e hoje, o que induz o pensador a acreditar que a análise da luta de classes seja discussão mais pertinente, verdadeira, cientificamente mais correta que a questão das nações? Há de fato elementos que confirmem a tese da união internacional dos proletários, sejam eles alemães, brasileiros ou japoneses?¹⁹

Usar os termos filosóficos, com o mesmo sentido que é usado nos países desenvolvidos não constituiria em tarefa filosófica e neste caso o pensador nacional constituir-se-ia apenas em reprodutor de um ideário que serviria apenas para destilar

¹⁹ O texto de CARVALHO FRANCO, MARIA SYLVIA (1978) *O tempo das ilusões* é exemplo contundente de uma crítica marxista a uma obra que não é marxista. O texto é muito importante e relevante em várias questões colocadas mas quando a autora levanta hipótese da falta de rigor de Álvaro Vieira Pinto na leitura de Marx, de deslocamento dos conceitos do seu campo específico, incompreensão dos fundamentos filosóficos do marxismo, ou principalmente a crítica que se distrai da exploração sobre a classe operária ao ressaltar a questão nacional, pode estar deixando de perceber que Vieira Pinto tentava colocar a discussão para outro patamar teórico.

erudição, ou melhor, dizendo ganhar o reconhecimento dos meios acadêmicos e eruditos, mas sem de fato desvendar ou contribuir para o desvendamento de nossa própria realidade.

O pensador nativo que se propõe a tarefa de apenas reproduzir o que os de fora criaram seria apenas portador de uma grife filosófica respeitada, mas improfícuo para a realidade nacional.

O apelo para que o filósofo ou o pensador do mundo subdesenvolvido tivesse um comportamento diferenciado do mundo desenvolvido acompanhou Vieira Pinto por toda a vida acadêmica, até nos livros publicados após sua morte o apelo está presente.

No ocaso da vida, em plena maturidade o autor se torna mais enfático e seu texto é carregado de belas metáforas e expressões bastante sugestivas. Nos dois extensos volumes de *O conceito de tecnologia* (2005), publicado recentemente após a descoberta de suas 1.410 laudas datilografadas em máquina de escrever por seus familiares o tema é muitas vezes repostado, apesar desta questão não ser a principal do livro, pois este trata profundamente da questão da técnica e da tecnologia não do ponto de vista da economia, como é usual, mas a partir de uma interpretação filosófica.

No tratado, o velho apelo ao papel do pensador no subdesenvolvimento está presente. Nada melhor do que ler o próprio Álvaro Vieira Pinto, ainda que o trecho escolhido seja longo:

No mundo subdesenvolvido e na maior extensão analfabeto, o filósofo, para pensar autenticamente a realidade, precisa ser analfabeto. Não que, evidentemente, ignore a habilidade de ler e escrever – mas, sabemos bem não ser exclusivamente esta falta que constitui o analfabetismo-, e sim porque coloca em primeiro lugar, na tentativa de conceber e interpretar o mundo as condições reais dele, entre as quais se inclui a de ser um mundo de analfabetos [...] terá de aprender muito mais com o que vê do que com o que lê. A consciência filosófica só será legítima se explicar o estado do seu meio, não por um reflexo passivo exterior, mesmo verídico, mas pela apreensão da essência do ser social do qual o pensador é parte. O filósofo tem de identificar-se com as massas analfabetas, constituir a figura aparentemente paradoxal do analfabeto alfabetizado, para alcançar as bases nas quais fundar seu pensamento com máximas possibilidades de legitimidade. Tal como têm sido redigidos até hoje os poucos, confusos e

irrelevantes ensaios designados no país atrasado pelo nome de “filosofia”, são uma modalidade de alienação cultural em forma praticamente pura. O filósofo, não tendo nada de próprio a pensar, satisfaz-se em respirar os zéfiros divinos provenientes das regiões ocidentais cultas, ricas, pensantes por direito natural. Algumas conseqüências bizarras, e até cômicas, derivam desta situação. No país subdesenvolvido, o filósofo, como só registra o que foi pensado e dito nos centros metropolitanos, pode ser chamado de tabelião de idéias (PINTO 2005, p.45-46).

A inadequação entre as teorias dos centros desenvolvidos e a realidade dos centros não desenvolvidos, não se circunscreve apenas às questões da filosofia, mas valem também para questões de economia, política, demografia²⁰, etc. Por exemplo, a “fria” análise científica da questão demográfica feita por um analista de país exógeno a um país subdesenvolvido, concluiria que deve haver certo controle da população, principalmente na reprodução das pessoas pobres. O clínico social do país desenvolvido costuma levar em conta parâmetros que seriam universais, tais como a relação entre renda familiar e quantidade de filhos.

A partir de um outro prisma, Vieira Pinto tentando cumprir sua tarefa de pensador de uma realidade específica de país subdesenvolvido alerta que no contexto do subdesenvolvimento:

As famílias miseráveis são mais fecundas em virtude de um mecanismo natural de defesa contra a inclemência do ambiente social, que explora sem piedade o trabalho humano. Em tal ambiente, ter muitos filhos, ainda sabendo que grande número ou a maior parte deles vão perecer por falta de recursos de subsistência, constitui uma inversão existencial positiva, é, poderíamos dizer quase com crueldade, se não fosse uma tristíssima verdade, um ‘bom negócio’, toda vez que os filhos sobrevivem se empregam desde a mais tenra idade como mão-de-obra nos labores domésticos, e, em seguida, como fonte de recursos e força de trabalho assalariado. Quando uma mãe famélica toma nos braços uma criatura de meses de idade e vai mendigar, é porque sabe que por este expediente despertará mais vivamente a piedade pública, está convertendo o recém-nascido num trabalhador [...] a procriação indiscriminada representa uma aposta existencial feita sobre a alternativa que apresenta possibilidades mais favoráveis: a rigor, é a única inversão de capital que a família na miséria pode realizar. (PINTO apud ROUX, 1990 p.222).

²⁰ Por força das circunstâncias, Vieira Pinto teve que se aventurar por outras “áreas” do conhecimento, isto se deveu ao fato de o golpe militar ter interrompido sua trajetória acadêmica. Primeiramente Vieira Pinto migrou para Iugoslávia, país em que não conseguiu adaptar-se. Posteriormente a estada no leste europeu foi para o Chile por sugestão de seu amigo Paulo Freire, nos primeiros meses a adaptação também foi difícil e Vieira Pinto esteve isolado no ostracismo. O quadro só se altera quando é convidado pelo Centro Latino-Americano de Demografia, órgão da ONU, para escrever um trabalho sobre o tema da demografia, publica então *El pensamiento crítico em demografia*, obra que se constitui em paradigma sobre o assunto na América Latina. (CORTEZ, 2003).

Pois bem, clarificado está, portanto, que não há como por parte do intelectual qualquer possibilidade de pretensão de se falar em nome das massas, pois o mesmo não pode ter pelos motivos expostos, uma conduta de viés oligarquizante.

Não há como supunham autores dos centros europeus como Gasset, Mannheim, Pareto, Mosca e outros, uma preparação específica para quem deve exercer o poder, não há porque temer as massas, porque estas se manifestam segundo a lógica que as circunstâncias objetivas possibilitam se manifestar. Assim, propor a ação de intelectual livre de vínculos que por sua sabedoria sabe o que é mais profícuo à sociedade, seria um grande disparate teórico.

O que restaria, portanto ao intelectual possuidor de uma consciência crítica seria uma crença profunda nas democracias que podem expressar à vontade popular. Neste sentido, Vieira Pinto propõe também uma trilha diferente daquela proposta pelos chamados pensadores autoritários brasileiros.

A apologia da democracia na obra de Álvaro Vieira Pinto constitui-se num aspecto bastante original do seu pensamento, não por sua defesa da democracia, mas pelos motivos pelos quais a defende. Vemos em sua arquitetura teórica a exaltação do sistema democrático por motivos que extrapolam meramente as questões da política e que invadem o campo da filosofia.

Pelo método filosófico que emprega, o autor de *ideologia e desenvolvimento nacional* (1960) se vê entusiasmado com o fenômeno democrático como mecanismo a possibilitar despertar a autoconsciência da nação, ou como gostava de utilizar a consciência crítica.

Explicando melhor, a consciência crítica é aquela que é capaz de fazer os nexos relacionais entre teoria e prática, entre o mundo das idéias e o mundo concreto, em oposição à consciência ingênua que utiliza-se de uma parafernália filosófica completamente descolada do real.

Aproximação dos dois níveis seria fundamental para o fomento de um projeto de desenvolvimento, que deveria estar atrelado à realidade da nação, realidade está

pautada por uma caracterização de subdesenvolvimento. Assim as idéias deveriam exprimir exatamente aquilo que os homens sentem.

Como seria possível saber qual era a expressão real da nossa verdadeira condição de país? A resposta é dando voz ao homem comum, ao homem que trabalha, e que é capaz de modificar a realidade ao seu redor com o suor de seu trabalho. É este quem de fato está inserido nas reais condições do país.²¹

O jogo democrático e o seu ganhadores expressariam de fato todo o sentido das massas, ou seja, representariam as reais condições da nação, ou expressariam as verdadeiras acepções do homem comum trabalhador.

Neste caso, é mais do que importante frisar que o filósofo isebiano, não defendia a democracia, pelo motivo de que os melhores, ou mais bem preparados seriam os escolhidos, mas pelo sentido oposto, porque os vencedores expressariam aquilo que realmente somos, uma elite “preparada” não deveria estar no poder se não fosse o espelho daquilo que é determinada sociedade.

Ainda que não fossem eleitos “os melhores” do ponto de vista de uma racionalidade do homem letrado, era importante a ascensão dos não melhores ao poder, pois serviriam para mostrar as massas à responsabilidade que tinham em suas escolhas. Como vaticina Norma Cortez:

[...] ainda que os debates partidários pudessem favorecer a ascensão de demagogos, líderes carismáticos, pelegos populistas e retóricos em geral – todos sempre prontos a manipular a ingênua credulidade do povo –, seu caráter transformador residia no fato de as massas se tornarem verdadeiramente responsáveis pelos efeitos públicos dos seus próprios atos políticos e escolhas eleitorais. (CORTEZ 2005, p 158-159).

Em outros termos, como o pensamento de Vieira Pinto e sua proposição metodológica, está em voltar-se para a realidade em si mesma, não seria salutar nenhuma espécie de proposição política, ou mesmo em outras esferas, como a econômica, a demográfica e até cultural, que não fosse expressão da realidade em si mesma.

²¹ Escreveu Vieira Pinto: “O modo pelo qual o homem vê o mundo tem como uma das causas condicionadoras, a natureza do trabalho que executa e a qualidade dos instrumentos que emprega (PINTO, 1960b).”

Neste caso, certamente os intelectuais vivenciariam uma contradição, se a eles não cabem serem os propositores de projetos vanguardistas, se não modificam a realidade a partir do mundo das idéias, então a eles qual a tarefa que restaria realizar? Seriam seres supérfluos cuja existência seria desnecessária?

Evidentemente que para Álvaro Viera Pinto, ao intelectual está posta uma missão, e tal missão justamente é de se colocar como porta voz da realidade, pois quando o homem estudioso se coloca em consonância com a realidade, expressando o que de fato a realidade é, este está empreendendo uma atitude segundo os parâmetros de uma consciência crítica, e assim já está ajudando a transformar a realidade.

Vieira Pinto, não deixou de acreditar nas forças pedagógicas da razão, mesmo porque suas obras são modelos de esforço teóricos de grande fôlego, somente o seu *Consciência e realidade nacional* (1960b) constitui-se em tratado de mais de mil páginas.

Em *ideologia e desenvolvimento nacional* está explícita logo de início a primeira tese do texto de que: “Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional.”(PINTO,1960a) O que de fato Viera Pinto desprezava eram os sistemas teóricos encastelados em uma torre de marfim, completamente desconectados da realidade.

Para Álvaro Vieira Pinto a realidade é pedagógica, expressar o real é função do intelectual, e quem de fato está em contato com o real e pode expressá-lo melhor são as próprias massas, e é por isso que a tese decisiva de *Ideologia e desenvolvimento nacional* é a de que: “a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas”(PINTO 1960a). O intelectual pode neste caso ser um fio condutor do processo de desenvolvimento, porém que de fato constitua-se em protagonista sejam as próprias massas.

Vieira Pinto é um crente no poder pedagógico da realidade, e neste caso não poderia deixar de ser um crente esperançoso em relação ao poder educativo da democracia e das próprias massas, pois são mais que sintomas da realidade é a

própria realidade, ainda que não sejam a realidade ideal, só se chegará a uma outra circunstância de realidade ideal no caso de desenvolvimento, a partir não de projetos mirabolantes de futuro, mas do patamar atual de nossa realidade.

Em conclusão, existe toda uma tradição de pensamento que desvaloriza ou teme o papel a ser desempenhado pelas massas e ao mesmo tempo por conseqüência se inquieta contra os possíveis excessos das democracias.

Para Álvaro Vieira Pinto, entretanto, a democracia como expressão da vontade da maioria não deve ser jamais temida, ela é necessária como verdadeira consciência do real e pelos aprendizados que pode despertar na população que participa da sua construção.

Enfim, pode-se arrematar tais considerações com o poder explicativo das palavras de Norma Cortez, ao tratar da questão democrática em Álvaro Vieira Pinto:

O principal aspecto da democracia residia no fato de ela oferecer ao povo uma experiência verdadeira, absolutamente real -isto é, uma vivência – capaz de conformar e constituir modos de inteligência e de percepção sobre a realidade nacional. O filósofo não previu a necessidade de uma paidéia especialmente orientada para esclarecer as massas incultas porque acreditava que só a experiência ensina. São os fatos reais (e não os modelos idealizados por uma elite bem intencionada) que transformam a consciência e a realidade. Com efeito, as eleições ofereciam ‘as massas uma experiência política que em si mesma desencadeava um processo de alteração da consciência cãndida – o estatuto discursivo de CRN, e não por coincidência, pretendia oferecer exatamente isso. Em suma, os mecanismos institucionais da democracia eram os caminhos do aprendizado e do esclarecimento político das massas. Uma vez que a inteligência nasce do ativo enfrentamento com o real, caso se retire do povo o exercício e a prática da escolha política, alienando-o dos seus direitos de autodeterminação, então jamais estariam dadas as possibilidades de se alterarem os traços irrefletidos e inseqüentes da mentalidade ingênua. A política dispensa qualquer pré-requisito intelectual (CORTEZ 2003, p.195-196).

II - O nacionalismo no Brasil : as peculiaridades do pensamento de Álvaro Viera Pinto.

Na história do pensamento social, não existe uma definição reluzente sobre o conceito de nacionalismo, embora quando se mencione tal conceito automaticamente os iniciados ou não nas ciências sociais, imaginam mais ou menos do que se trata.

Entretanto, o nacionalismo pode apresentar múltiplos significados, e ao longo do século XX, serviu de embasamento para atuação de movimentos que foram classificados da esquerda à direita, no rol de opções políticas.

Neste capítulo se pretendeu discutir e qualificar um pouco mais o conceito de nacionalismo, ainda que não se apontando para uma definição conclusiva sobre o tema.

Foi feita uma discussão do nacionalismo em geral com o intuito de ao adentrar-se na caracterização do nacionalismo brasileiro, perceber-se as idiossincrasias que permearam sua defesa teórica nestas plagas.

Assim sendo, o capítulo estruturou-se em dois itens, sendo o primeiro intitulado : *Nacionalismo, um termo de múltiplas determinações*, no qual se realiza uma discussão conceitual do termo, ainda que de forma a não esgotar o problema.

O segundo item (*O nacionalismo no Pensamento social Brasileiro, e o inusitado caso de Álvaro Vieira Pinto*), traz a discussão para uma tradição de pensamento nacionalista no Brasil.

O segundo item irá desembocar na análise do nacionalismo apregoado por Vieira Pinto, com o intuito de ressaltar a originalidade do nacionalismo do autor, que têm uma proposição valorativa das massas e de unidade de trilhas a serem seguidas pelos países naquele momento, qualificados como de terceiro mundo.

2.1 - Nacionalismo, um termo de múltiplas determinações.

Poucos conceitos apresentam tanta dificuldade para definição, como os de nação ou nacionalismo. Além disso, nenhum outro termo sofreu tantas variações como este, no decorrer do tempo. Muitos obstáculos atalham e obscurecem o apropriado entendimento do termo.

Primeiramente, na literatura sociológica clássica não existe uma definição exata do termo, como a existente, por exemplo, para algumas categorias como classes sociais, divisão do trabalho, racionalização e muitas outras.

Isto se deve, em parte, ao impacto provocado pela emergência da sociedade industrial observada de perto pelos construtores da sociologia clássica como Marx, Weber e Durkheim, ficando relegadas para segundo plano, noções como pátria, língua, patriotismo e outras que se constituíam elementos estruturantes do conceito de nacionalismo.²²

Em segundo lugar, na prática em nome do nacionalismo e das nações, ocorreu uma gama tão grande de acontecimentos históricos em pelo menos no último século e meio, que o termo quando mencionado pode atingir uma significação extremamente negativa ou inversamente positiva.

Episódios históricos de libertação de países que viviam sob o julgo colonial, bem como a arquitetura de regimes altamente autoritários, a exemplo do nazismo alemão escoraram-se totalmente num ideário nacionalista. Percebe-se, assim, que em nome da “questão nacional” pode-se implementar tanto práticas imperialistas, como defender-se do próprio imperialismo.

No consagrado *Dicionário de Política*, organizado por Bobbio, Mateucci e Pasquino, define-se o termo nacionalismo da seguinte maneira:

²² Sobre a ausência de uma sistematização do nacionalismo pela sociologia clássica ver Guibernau (1997).

Em seu sentido mais abrangente o termo nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional, que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva. O Estado nacional gera o Nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação, isto é a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições. (LEVI, 1986, p 779).

É inegável que esses conceitos ganham contornos mais definidos após os acontecimentos que Hobsbawm (1989) classifica de “Dupla Revolução”. Sobre a consequência da revolução industrial para o fortalecimento do papel do estado, assim escreve o historiador:

a Revolução Industrial quebra as pequenas unidades produtivas agrícola-artesanal e as limitadas comunidades quase naturais e tradicionais, que representam os horizontes de vida da grandíssima maioria da população, e amplia enormemente o contexto econômico – social a que o indivíduo pertence. Consequentemente ligou-se ao Estado um número crescente de comportamentos, uma vez que os indivíduos passaram a exigir a intervenção deste a fim de garantir a evolução ordenada das relações sociais no âmbito nacional.(LEVI, 1986, p 802).

Se em termos econômicos e sociais a revolução industrial rompe com as unidades tradicionais de produção local, elevando-as para o âmbito nacional, em termos políticos o princípio nacional foi se afirmando durante a Revolução Francesa, na medida em que o objetivo daquela luta era entregar o poder de Estado ao controle popular nos moldes propostos por Rousseau, isto é, a idéia de que o Estado pertence ao povo substitui a idéia de que o Estado é domínio pessoal do Rei. Assim se substituiria a visão do povo como súditos pela de povo como cidadãos.

A princípio, o conjunto de idéias que embasam o conceito de nação se reúne em dois enfoques. Um dos enfoques toma como elemento fundamental na constituição da nação a “cultura”. Nesta perspectiva, entende-se o nacionalismo como continuidade do passado, no sentido do nacionalismo visar fundamentalmente a construção simbólica da nação.

Assim, a nação seria o resultado do seu próprio desdobramento interno, ou seja, a nação seria o produto natural de determinada comunidade. Neste sentido, se valoriza o papel desempenhado pelas crenças, raça e língua na formação da nacionalidade. (OLIVEIRA 1990).

Aliás, parece inegável que estes fatores, principalmente o lingüístico, são de crucial importância, bastando verificar que a “revolução nacionalista” do século XIX, foi acompanhada de uma revolução filológica, sendo um povo coeso que se entende e se identifica por determinada língua, daí o surgimento dos idiomas nacionais em substituição ao latim como língua oficial; sendo este o exemplo do Estado da Austria-Hungria, que substituiu o latim na década de 40, do século XIX, pelo alemão. (ANDERSON 1990). Como corrobora Duroselle, esta seria:

Uma primeira escola, principalmente alemã, considera a nacionalidade como um produto dos fenômenos inconscientes e involuntários: essencialmente a língua materna e as tradições populares. A língua é a única que se aprende “involuntariamente”. Se a nação se define pela língua, todos os que falam francês devem pertencer à França, os que falam alemão à Alemanha, quer queiram ou não. (DUROSELLE, 1976, p. 23)

Se por um lado temos, portanto, a valorização dos elementos culturais em relação à constituição da nacionalidade, do outro, temos o enfoque político, entendendo que na constituição da nação, o Estado e seu conjunto de leis devem desempenhar papel preponderante, valorizando, assim, a ação do legislador (OLIVEIRA 1990).

Além da valorização do papel do legislador, essa segunda vertente, composta basicamente de pensadores franceses, acredita que a nacionalidade é um fenômeno consciente e voluntário:

A Segunda escola é francesa. “Considera que a nacionalidade se funda sobre um fenômeno consciente e voluntário: o desejo de pertencer a tal nação e não a outra, desejo expresso em diversas formas: plebiscitos, eleições, votos dos representantes da população”. (DUROSELLE, 1976, p. 23)

Torna-se importante ressaltar que, apesar das diferenças desses dois enfoques sobre os quais o nacionalismo se assenta, ambos se filiam a uma tradição Iluminista de pensamento. No caso do nacionalismo de enfoque cultural, podemos citar os Iluministas alemães, como Goethe e Herder, e no que privilegia a ação do legislador, temos os franceses, Rousseau, Voltaire, Montesquieu, entre outros.

No final do século XIX, mais especificamente após 1870, e nas primeiras décadas do século XX, começou-se a verificar uma acentuada mudança no

entendimento do termo nacionalismo. Até então, apesar das diferenças de matrizes (cultural e política), o termo se filiava à concepção Iluminista.

O projeto de modernidade Iluminista trabalhava com a concepção de que:

[...]o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

O pensamento Iluminista [...] abraçou a idéia do progresso que buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões (HARVEY, 1993, p 23).

O sonho Iluminista de libertar os seres humanos de seus grilhões a partir de uma razão universal, transforma-se em pesadelo kafkaniano com a racionalização e a burocratização da vida capitalista. Desperta totalmente do devaneio otimista do iluminismo com a entrada em cena do militarismo, e com o turbilhão em que as cidades se transformam e, principalmente, em virtude da percepção de que um capitalismo benevolente que se organizaria pela mão invisível do mercado como queria o “iluminista” Adam Smith não era capaz de incorporar as classes sociais prontas para a luta, como vaticinava o Manifesto Comunista de 1848.

A concepção Iluminista começou a ser contraposta com a entrada em cena de idéias que entendem que nem tudo pode ser explicado totalmente de forma racional. É o caso do darwinismo social, que entende que a hereditariedade e o meio são variáveis mais importantes da conduta humana do que a escolha racional.

Além disso, como mostra Mayer:

O darwinismo social se adequava à mentalidade elitista, onde a idéia de desigualdade estava profundamente enraizada. Em sua concepção, os homens eram desiguais por natureza, e o mesmo ocorria quanto a estrutura da sociedade, para sempre destinada a ser dirigida pela minoria dos mais aptos a governá-la (MAYER, 1987, p 276).

Também se enquadra nesta linha de pensamento, a psicologia social de Le Bon com seu pavor das multidões, o qual acaba levando a exacerbado elitismo. A esse respeito, Boris Fausto observa que Le Bon:

Sustentava, em síntese, que em decorrência da natureza humana o homem isolado pode ser civilizado, mas em multidão retorna à barbárie, caracterizado pela espontaneidade, pela ferocidade e pelo heroísmo. Diante desse quadro, Le Bon enfatizava o papel das elites na organização da sociedade, tanto mais que as massas combinavam a irracionalidade com uma grande e perigosa capacidade de ação. (FAUSTO, 2001, p 50)

Compartilham da idéia de irracionalidade das massas e do papel das elites, outros influentes teóricos como Taine, Mosca e Pareto. Além destes, temos outros pensadores que criaram sistemas de idéias bastante preponderantes, no período em questão.

São idéias que fogem à “razão iluminista”, como as que advêm da filosofia “nieztcheniana”. No caso de Nietzsche:

Não obstante as contradições e elipses propositadamente provocadoras em seus textos, seu pensamento era coerente e consistentemente antiliberal, antidemocrático e anti - socialista, e isto se intensificou ainda mais com o correr do tempo. Embora viesse a desprezar o progresso, em particular no delírio trágico de seus últimos anos, não foi menos crítico quanto a ele nos anos de extraordinária sanidade. Nietzsche de certo recuou em relação a Darwin, no sentido de que rejeitou os postulados progressistas da teoria da evolução. Mas era um social- darwinista inveterado, e do tipo pessimista e brutal (MAYER, 1987, p 276)

As influências teóricas do período, advindas do cientificismo levam os autores a valorizarem as questões relativas tanto ao plano biológico abrangendo aí o aspecto racial quanto ao econômico onde problematizam a questão do imperialismo.

2.2 - O nacionalismo no Pensamento social Brasileiro, e o inusitado caso de Álvaro Vieira Pinto.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, começa a tomar feição um vigoroso pensamento nacionalista que se centra, sobretudo, na questão econômica, mas também, que reclama da nossa artificialidade cultural pautada em modelos imitativos da Europa.

Dentre os pensadores brasileiros, Alberto Torres pode ser tomado como exemplar genuíno desta tradição, uma vez que em sua obra, existe uma pujante crítica à situação cultural e econômica do país.

Verifica-se no nacionalismo apregoado por Torres, um viés fortemente econômico como tentativa de impedir o domínio das riquezas naturais do país por “sindicatos estrangeiros”, expressão que bem pode ser trocada pela atual “empresas multinacionais”.

Nas palavras iniciais do autor, no capítulo intitulado Nacionalismo, do livro *Problema Nacional Brasileiro*, fica nítida essa preocupação:

Neste caso de renúncia nacional, agravado pela apropriação, por empresas e sindicatos estrangeiros, por estrangeiros recentemente imigrados, por um comércio sem sede no país, e estrangeiros em trânsito ou com estabelecimento passageiro pelo tempo preciso para enriquecer, de vastas regiões do nosso solo, das melhores das nossas estradas de ferro, das nossas fontes naturais de riqueza, de grande número de propriedades privadas, dos mais importantes instrumentos de crédito, de comércio e de indústria, levada até ao projeto de uma rede continental de estradas de ferro, que deve talhar o país em zonas de influência estrangeira; - é impossível dissimular espanto que provoca o contraste entre a gravidade dos fatos e a singular atitude dos que têm governado o país e dirigido a sua opinião (TORRES, 1933, p 235).

Para além das discussões conceituais sobre o nacionalismo, este termo - conforme a concepção que dele tinha Alberto Torres - deve ser entendido no simples sentido de defender a nação contra a impossibilidade de dirigir o seu próprio destino.

A situação político-econômica internacional incentivava manifestações de oposição ao que vinha do estrangeiro. É bem verdade que este nacionalismo em parte é resultado de um momento histórico específico, o qual é caracterizado por transformações na dinâmica capitalista internacional, acompanhada por um processo de industrialização e urbanização no interior da sociedade brasileira e de uma intensificação das relações capitalistas de produção na agricultura agro-exportadora.

Assim sendo, o objetivo da manifestação nacionalista nas regiões dependentes, ocorre no sentido de romper um estado de tensão, criado no interior das relações internas - externas, ou seja, torna-se importante pensar o nacionalismo brasileiro relacionando à estrutura capitalista da economia internacional.

Especificamente no Brasil, como mostra Carone (1970), entre 1889 e 1910, são fundadas 41 sociedades anônimas brasileiras e 160 firmas estrangeiras que retiram imensos lucros. Isto em consequência de uma associação entre o capital estrangeiro e as classes dirigentes, da qual a política econômica do Presidente Rodrigues Alves é exemplo, ao priorizar moeda e câmbio estável como estímulo à entrada de capitais e braços estrangeiros²³.

Do começo da República até 1919 se estabelecem no Brasil 15 bancos estrangeiros:

A função deste ramo do capitalismo estrangeiro é a de intermediário entre as praças comerciais estrangeiras e o Brasil, numa época em que a correspondência e as comunicações são lentas e demoradas, em que os bancos brasileiros não tinham filiais fora do país; assim, todo controle da exportação está nas mãos daqueles bancos. Também recebem os depósitos feitos pelas colônias estrangeiras, além de servirem como intermediários para os empréstimos federais e estaduais. Porém é o câmbio um dos elementos que lhe dão maior margem de lucros. Desde o Império eles se servem deste tipo de especulação (CARONE, 1970, p 132).

Também os empréstimos estrangeiros aumentam significativamente durante a Primeira República:

De 1889 a 1930, as dívidas crescem e se estendem do campo federal para o estadual, e até municipal. A Constituição de 1891 regulamenta esta possibilidade, que se torna tanto uma fórmula financeira como uma arma política. Os empréstimos federais somam 127 264 334 libras, 325 000 000 de francos e 176 500 000 dólares; as dívidas estaduais são de quase todos os Estados, exceção do Acre, Mato Grosso, Goiás e Piauí, e totalizam 43 578 711 libras, 196 195 000 dólares e 438 663 465 francos. Os empréstimos municipais, como os das cidades de Salvador, Belém, São Paulo, Santos, etc., perfazem uma quantia menor. (CARONE, 1970, p 136).

A característica internacional na economia a partir de 1870, corresponde a uma série de transformações, caracterizada por um processo de concentração de capitais. Esta concentração de capitais que caminha junto a transformações na esfera da circulação e investimentos, tende a se restringir aos grandes centros mundiais em

²³ - Sobre o assunto: MELLO (1991) PRADO JÚNIOR (1973).

detrimento das regiões periféricas. Este aspecto é realçado pelo próprio Alberto Torres no prefácio de “A Organização Nacional”:

Em sua última expressão, a vida do nosso país está apresentando, em grande escala e em crise aguda, o problema mundial da nossa época: o problema do desequilíbrio da circulação. Paris, Londres, Nova York, Berlim e algumas outras cidades tendem a formar bacias de concentração da vida mental e da riqueza econômica do mundo. É a pletera do espírito e da Fortuna em meia dúzia de grandes centros. O Rio de Janeiro não é mais que um órgão secundário, por onde a riqueza passa – e muito mais rápido que se Presume – para acumular-se nos grandes empórios do mundo. (TORRES 1933, p 56)

Estas transformações representam à dinamização das áreas desenvolvidas economicamente, como também das áreas dependentes, acompanhada da transferência de contingentes populacionais e aparelhos institucionais para garantir a efetivação dos investimentos, marcando a passagem do capitalismo da etapa livre concorrencial para a etapa monopolista.

Desta maneira, é solapada a idéia de um desenvolvimento econômico, como previsto pelos economistas clássicos, em moldes liberais competitivos. As práticas monopolistas acabaram por abalar a fé na capacidade auto-reguladora do mercado, o que levou muitos teóricos a se preocuparem com as conseqüências que aquele tipo de capitalismo estava levando, tais como: corridas armamentistas, rivalidades internacionais, colonialismo, exploração de trabalho nas áreas imperialistas, entre outras.

Muitos teóricos passam a defender a ação do Estado, no plano interno, no sentido do alargamento das questões sociais e no plano externo com os *Tribunais de Arbitragem* e *Conferências de Paz*. Não faltaram, portanto, teorias que tentavam contrabalancear o poder das grandes empresas com o apelo a um Estado regulador.

No país, sabe-se que na década de trinta ascenderá uma nova forma de organização política e administrativa que atribuirá ao estado um papel muito mais ativo e centralizador. Um papel que este organismo ainda não tinha assumido após a independência e a proclamação da República.

A questão nacional a partir de então estará posta na ordem do dia, e após a era Vargas estará ecoando com mais vigor nas mentes intelectualizadas do país, uma vez

que na década de cinquenta a discussão do nacionalismo ganhará o centro de todas as discussões políticas, sendo o objeto principal das polarizações partidárias.

Como resultado disto, muitas dessas mentes pensantes do país se empenharão, com uma intensidade progressiva, na formulação de planos para se criar um desenvolvimento em bases verdadeiramente autônomas.

Seduzidos por estas aspirações um vasto grupo de intelectuais buscará institucionalizar tal projeto. Em 1955, levando adiante a idéia de se entender o país em bases realmente concretas e não se tomando como referencial teorias importadas, cria-se por decreto presidencial do Presidente Juscelino Kubitchek o Instituto Brasileiro de Estudos Superiores (ISEB), justamente com o objetivo de lançar as bases de um pensamento brasileiro autêntico ou não alienado²⁴.

Nunca é demais ressaltar, que a proposição de se entender o país em bases autênticas ou concretas não é uma aspiração institucional do instituto e nem mesmo, pode-se dizer que havia um consenso neste sentido, mas para que a afirmação do parágrafo acima não transpareça um exagero, é fato que esta preposição já estava em germe nas inquietações de muitos isebianos, dentre eles pode-se citar tranquilamente, Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier e o próprio Álvaro Viera Pinto.²⁵

Cabe neste momento, se fazer uma menção a natureza do agrupamento intelectual denominado ISEB. Como poderíamos caracterizar tal grupo ?

Em primeiro lugar, até obviamente, deve-se admitir que o fator aglutinador das personalidades do instituto eram os problemas de seu tempo e esta constatação pode ser remetida ao conceito de geração de Karl Mannheim.

²⁴ O conceito de alienação não corresponde aqui ao conceito marxista relativo à exploração de classes, diz respeito no caso do ISEB à idéia de um pensamento que não corresponde a bases sociais e concretas da realidade do país. Todavia é necessário avaliar até que ponto foi uma adaptação de um conceito marxista.

²⁵ Indo a origem e formação teórica dos três mencionados vê-se em comum um passado integralista, que certamente advém do interesse pela compreensão do país, e a leitura e incorporação atenta de autores como Alberto Torres.

Segundo Mannheim (1982) indivíduos da mesma época estariam condicionados a vivenciarem uma situação histórica em comum e isto acabaria por definir uma geração, na medida em que compartilhariam, por assim dizer, os problemas e questões de sua época, e portanto isto lhes proporcionaria possuir uma determinada identidade como grupo social.

A definição de geração é diferente por exemplo da definição de classe social que está atrelada a uma dada condição econômica e social, enquanto a de geração é mais universalizante uma vez que congrega indivíduos de uma época independente da condição econômica e social.

Entretanto o conceito de geração ainda é tênue para definir o ISEB, uma vez que nem todos intelectuais ou pessoas daquele período histórico faziam parte do ISEB ou compartilhavam das mesmas proposições oriundas do grupo.

Neste caso, um outro conceito desenvolvido pelo autor alemão em seu texto clássico sobre *O problema sociológico das gerações* , auxilia muito mais para o entendimento do significado do ISEB.

O conceito em questão é o de “unidade de geração” que se distingue de geração a partir das motivações que congregam ou afastam os indivíduos que vivenciam o mesmo período histórico.

Nada melhor que as próprias palavras do sociólogo alemão para clarificar a diferença de geração e unidade de geração:

A unidade de geração representa um vínculo muito mais concreto que a geração real enquanto tal. Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas.(MANNHEIM 1982, p 87)

Pode-se admitir portanto, que o ISEB se constituiu em uma unidade de geração na medida da existência de uma afinidade de pensamento em relação aos problemas do país no período. Esta afinidade passava necessariamente pela

elaboração de um projeto nacional, ou pelo menos se afirmava no sentido de pensar e estudar o país.

É bem verdade, que a unidade neste caso se dava pelo prisma de se colocar o país como objeto principal das inquietações dos integrantes do ISEB, mas não se deve deixar de perceber que as motivações pessoais dos integrantes do instituto podem ter sido bem particulares, configurando cisões e divergências no instituto.

É inegável assinalar também, que em sua curta trajetória 1955-1964 de existência o ISEB não conheceu uma linha teórica retilínea de pensamento e ação.²⁶ Todavia os temas que se colocavam como mais relevante no cenário intelectual do instituto, dizia respeito à questão nacional, o desenvolvimentismo, nacionalismo, cultura, ideologia do desenvolvimento, e toda uma série de inquietações que acabavam por desembocar na “ideologia’ do nacional- desenvolvimentismo.

Em síntese, havia alguns elementos que unia o pessoal do ISEB, mas que não servia para unir todos aqueles que vivenciaram o mesmo momento histórico, afinal não se pode deixar de reconhecer as afinidades e motivações individuais dos pensadores, e indubitavelmente pelo menos em seus momentos iniciais, cabe notar grande amplitude conceitual no interior do instituto. Provavelmente as inquietações de um Roberto Campos mais se desencontrava do que confluía com um Werneck Sodré.

Cabe aqui fazer um ligeiro parênteses, para o reconhecimento de que nos anos 50, ha uma inflexão acentuada no pensamento social brasileiro, como foi dito acima, ao introduzir-se o tema do desenvolvimento por exemplo, mais ao mesmos tempo, revigorando-se alguns temas postos em décadas anteriores como a

²⁶ IANNI (2004) por exemplo, divide em duas fases a história do instituto : de 1954 -1958 da criação até a cisão com a polêmica entre Jaguaribe e Guerreiro Ramos sobre o caráter do nacionalismo, Ianni denomina como fase mais homogênea, caracterizada por aquilo que ele denomina de neobismarckismo em referência a OTTO VON BISMARCK primeiro-ministro do governo prussiano entre 1862-1890. Neste período a Alemanha consolida sua unificação graças ao intenso desenvolvimento industrial. Segundo Ianni o primeiro momento do ISEB tem como figura central Hélio Jaguaribe e o projeto de nacionalismo desenvolvimentista. O segundo momento seria mais heterogêneo e teria como figuras de destaque : Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Veira Pinto.

(re)descoberta do Brasil, com a temática da questão nacional ou a busca de identidade nacional, em vários campos do saber como o econômico e o cultural.

Dando fecho ao parêntese, o que fica claro é que os anos 50 são sim anos de mudanças na forma de compreender o país, cristalizando pretéritas raízes de pensamento social e político, mas também inaugurando novos olhares e novas dimensões.²⁷

Outro aspecto relevante sobre a natureza do ISEB, pode ser remetido ao próprio desenvolvimento das ciências sociais no Brasil²⁸.

Em São Paulo, os intelectuais da sociologia e áreas afins encontram na universidade espaço para a atuação, pois desde a década de trinta foi se consolidando tanto no departamento de ciências sociais da USP como na Escola livre de Sociologia e Política um time de intelectuais de primeira estirpe.

Vale lembrar que no início da década de sessenta o departamento de ciências sociais da USP, já está mais do que firmado com a presença de trabalhos determinantes para as ciências sociais brasileira como os de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros.

²⁷ É interessante perceber que no crucial trabalho de BRANDÃO (2007) ao competente mente tentar entender as linhagens do pensamento político brasileiro, reconhece que os anos cinquenta foram anos de inflexão no pensamento político e após reconstruir uma constelação de pensamento reconhece o autor: "Estabelecidas tais hipóteses principais, convém reconhecer não apenas que tais constelações predominaram ou decaíram alternativamente ao longo do tempo, mas sobretudo que os anos 1950 representam um notável ponto de inflexão nesse processo de gestação, ou cristalização, das formas de pensar. Neles ocorre tanto a rotinização das "inovações tecnológicas" do pensamento social dos anos 1930 (redescoberta do Brasil, absorção da sociologia como método de abordagem da realidade, reflexão sobre a natureza e a estrutura do Estado, reconhecimento da questão social, etc.), como uma mudança de ênfase, estilo e problemáticas intelectuais, derivada em parte da consolidação da universidade como principal *locus* da produção intelectual, e marcada dessa vez não apenas pela construção do Estado, mas pela emergência da sociedade e de sua transformação como problema. Nesses termos, a idéia-força, organizadora do campo intelectual, é a do desenvolvimento, e a questão subjacente é a democracia. Prefigurado quanto a necessidade de modernização do Estado ocupava o primeiro palmo, o problema teórico da estrutura e dinâmica da sociedade tal como se está constituindo torna-se determinante e logo, projetos distintos, aliados e opostos de "superação do atraso" lutam para imprimir à mudança social, direção. Este é um momento que não apenas novos sujeitos sociais e políticos emergem como é mais discernível a relação – continuidade e descontinuidade – entre novos e velhos atores (intelectuais tanto quanto políticos) p. 36

²⁸ Sobre o desenvolvimento das ciências no Brasil existe uma ampla bibliografia, ver principalmente: (MICELLI (Org) 1995) e (MICELLI (org) 2001).

No Rio de Janeiro o caso é bem outro, a primeira pós graduação em ciências sociais é criada fora dos marcos universitários (no Museu Nacional) e somente em 1968, o que não contribuiu para a formação de uma intelectualidade que atuasse intra-muros acadêmicos e que pautasse a sua atuação por uma atitude exclusivamente de pesquisa científica.

Não se está afirmando aqui que a intelectualidade paulista se desinteressasse da atuação política, mas somente que o caso do Rio de Janeiro na história da institucionalização das ciências sociais no Brasil, favoreceu muito mais a formação de uma intelectualidade que vislumbrava, por via de elaboração de projetos para o Estado, contribuir para um papel de transformação da sociedade.

Caberia, segundo a perspectiva fluminense, aos intelectuais um papel marcante de influência decisiva na esfera pública. Como sugere Luiz Werneck Vianna :

Sem escoras institucionais na sociedade civil, com uma ligação superficial com a vida universitária, com um departamento de Ciências Sociais dedicado quase que exclusivamente ao ensino, sem pesquisa e estudos pós-graduados, no Rio de Janeiro, a Sociologia não tem como credenciar um ator que, a partir de sua posição no campo da ciência institucionalizada, interpele a arena pública. Ela se torna a expressão de uma *intelligentzia* mannheimiana, que, consciente de que porta uma síntese nova para a divisão da sociedade entre o atraso e o moderno, assume a representação em geral dos temas da modernização e da mudança social. Sem a mediação da academia, propões-se a intervir diretamente como estrato social na vida pública, quer em instituições extra-universitárias, quer em instituições para universitárias, como foi o caso do ISEB, provalvemente a sua melhor e mais consistente manifestação (VIANNA1997, p195)

Também neste sentido, de argumentar que o ISEB possuía uma concepção que caminhava para além dos moldes institucionais e universitários, e portanto se aproximando bastante da atuação dos intelectuais no Rio de Janeiro, lócus em que a atividade teórica e a atividade política possuíam um grau forte de vinculação, está à proposição de Aleksandro Eugenio Pereira em tese de doutorado sobre o ISEB :

Uma análise da experiência isebiana parece indicar que os intelectuais que participaram dela propuseram um modelo diferente de institucionalização, adaptado às condições de atuação dos praticantes das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, fortemente marcado pela proximidade com a política e com o Estado. Esse modelo institucional para as Ciências Sociais, proposto pelo

ISEB, escapa dos padrões universitários e desvincula-se, também, da idéia de pesquisa e de investigação. Ou seja, no cerne do modelo institucional consubstanciado no ISEB está contida uma vinculação entre problemas de natureza política e problemas de natureza intelectual. Tal vinculação é produto de uma opção deliberada dos intelectuais pelo seu envolvimento nos problemas concretos (PEREIRA 2002, P.168)

Ao mencionar a polêmica entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, o primeiro defendendo uma sociologia mais “aplicada” e segundo um padrão científico mais acentuado para esta, Ortiz (2006) também entende, que de uma forma ou de outra no Rio de Janeiro acabou se criando uma escola política mais engajada. Ao tratar da sociologia em São Paulo, o autor de *A moderna tradição brasileira*, lembra:

A Sociologia, particularmente em São Paulo (USP e Escola de Sociologia e Política), ao se definir como uma esfera de bens restritos, marcada por uma “ideologia acadêmica”, se afastado destino que o pensamento sociológico teve no Rio de Janeiro com uma escola engajada como o ISEB. É portanto, nos anos 40 que ela se torna propriamente científica, saber racional que se volta para a interpretação e a pesquisa da sociedade, distanciando-se da forma ensaística que a havia caracterizado no passado, e das demandas políticas que lhes eram exigidas pelo presente (Ortiz 2006, p.27)

A proposta de Florestan era de constituir um padrão científico, próximo ao modelo norte-americano de pesquisa científica, e parece ter encontrado ressonância, no contexto paulista, estado da federação que no âmbito da inteligência não comprou o pacote de medidas modernizantes, proposta, pelo estado novo. Em São Paulo, o desejo parecia ser a profissionalização e a formação de quadros políticos, mas para a atuação na esfera regional.

Nada parece mais distante da visão paulista de ciências sociais do que a fluminense, ainda caudatária dos resquícios de capital do Brasil, em que a esfera pública e os serviços públicos que esta pode oferecer, motivam a figura do intelectual a buscar seu espaço de intervenção na realidade por via da esfera estatal.²⁹

²⁹ Na linha de raciocínio dos autores anteriormente citados CARVALHO (2007) corrobora a percepção de um espaço diferenciado de atuação do cientista social no Rio de Janeiro: “Sem a mediação da academia, pensadores sociais no Rio de Janeiro conhecerão, então, lugares de intervenção política e de animação da esfera pública em instituições extra-universitárias, para-universitárias, das quais o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) foi a melhor e mais consistente experiência, ou, ainda, em movimentos influenciados pelo Iseb, como o Centro Popular de Cultura da União dos Estudantes (CPC-UNE) ou o movimento de alfabetização popular idealizado por Paulo Freire (Paiva, 1986).”

Neste sentido, não se pode deixar de refletir sobre o denso espírito público que paira sobre os isebianos, animados com a possibilidade que a esfera estatal pudesse colaborar para a construção de uma sociedade com alma nacional e moderna, para além dos interesses específicos das classes.

Aos intelectuais que se propuseram integrar o ISEB, estava colocado um sentido de missão. Tal missão caracterizava-se, sobretudo, pela tentativa de elaborar argumentação teórica com o objetivo de se desvendar e descobrir o país. A teoria seria posta a serviço de levar a conscientização de nossa realidade e a partir daí, pode-se constituir as bases de um país emancipado. As palavras do isebiano Roland Corbisier bem expressam a natureza do pensamento dessa instituição:

Compreendemos que o problema da cultura brasileira é um problema nosso, um problema pessoal, e que a nossa existência será dependente e inautêntica enquanto for dependente e inautêntica a existência do País. Não nos parece ser outra a missão das novas gerações brasileiras. Descobrir o País, tomar consciência de sua realidade, de seus problemas, e forjar a ideologia capaz de configurar o seu futuro, promovendo o seu desenvolvimento e a sua emancipação. Não temos outra coisa a fazer, senão inventar o nosso destino, construindo uma cultura que seja a expressão, a forma adequada do novo Brasil que devemos criar. (CORBISIER, 1956, p 217).

Parece certo que o desejo de emancipar o país economicamente e culturalmente, era um desejo que vinha de tempos pretéritos, desde o Visconde do Uruguay (1807-1866), passando por Silvio Romero (1851-1914), Alberto Torres (1855-1917), Euclides da Cunha (1866-1909) e outros.

A ressalva que faziam os isebianos, era a de que no momento que homens como Torres, Euclides da Cunha e outros escreveram, o país se encontrava em fase semicolonial e a tarefa de inventar e conduzir o destino do país se tornava irrealizável, não só objetivamente como subjetivamente, no sentido de extinguir a influência de culturas inautênticas.

Somente após o surto industrial que os isebianos vivenciavam, ocorrido principalmente no segundo governo Vargas, é que teria se tornado possível

Concebidos sob a cultura do nacional-desenvolvimentismo, nada estranho que esses movimentos tivessem seu início ou seu desfecho em alguma agência do estado, como ocorreu com a alfabetização popular e o CPC, cujos principais dirigentes ocupavam posições destacadas no Ministério da Educação quando do golpe militar de 1964." CARVALHO (2007) p. 8

desvencilhar-se da transplantação de modelos e agir sob uma ótica de uma ideologia autêntica e genuína: a ideologia do desenvolvimento nacional.

Para falar como um isebiano, a percepção de aspectos negativos da sociedade brasileira já existia esporadicamente, mas não se formava uma consciência crítica porque o momento histórico não era favorável:

A percepção dos aspectos negativos da atual sociedade brasileira é indício positivo, é sintoma de que nela já existem os suportes objetivos de uma consciência crítica. Na verdade essa consciência crítica da realidade nacional, de longa data, vinha sendo assinalada em manifestações isoladas. O visconde do Uruguay (1807-1866), o Barão de Mauá (1813-1889), Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866- 1909), Alberto Torres (1865-1917), Pandiá Calógeras (1870- 1934) são momentos esporádicos dessa crítica.

Mas em nossos dias começa a generalizar-se. É que a consciência crítica de uma nação é também produto histórico. Só surge quando é historicamente necessária. Quando a nação já possui as condições que lhe permitem apoderar-se do seu destino. (RAMOS, 1956: 30-31).

Neste caso, para Guerreiro Ramos e os isebianos, era no momento histórico em que escreviam que se poderia propor a constituição de uma teoria autêntica, não alienada. Esta teoria autêntica visava dar suporte aos intelectuais que passavam a ter uma importante missão de superar o subdesenvolvimento ou fomentar o desenvolvimento.

A partir desse momento histórico, a despeito das nuances diferenciais existente entre as idéias dos pensadores do ISEB, todos tem no foco de suas análises o conceito de dependência da nação em relação aos países desenvolvidos. Dependência esta, vista como responsável pelos principais problemas estruturais do país. Por conseguinte, com raras exceções, estes intelectuais podem, de início, ser adjetivados pelo rótulo de intelectuais que defendem o nacionalismo.

É conveniente aqui lembrar que o caráter nacionalista do instituto foi sendo construído ao longo dos anos, pois em sua gênese, ele reunia intelectuais das mais diversas tendências, como é o caso de Roberto Campos, notório defensor da abertura econômica e da utilização do capital estrangeiro.

Pode-se ousar dizer ainda que a publicação do livro intitulado *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958) de Hélio Jaguaribe concretiza de fato uma tendência

que estava em germe no ISEB desde o seu nascimento, desfraldar a bandeira do nacionalismo, não só como parâmetro para se pensar o país, mas também para posicionamento em relação às questões políticas mais relevantes.³⁰

Cabe aqui se fazer ressalvas sobre dois aspectos relativos à ideologia desenvolvimentista explícita nos principais autores integrantes do ISEB, que na prática, ou seja no momento de aplicação da política econômica pelo principal governo “desenvolvimentista”, o de JK, se verificou destoante do que propugnavam os autores isebianos.

Como foi visto, aqueles autores defendem o nacionalismo por entenderem ser contraditórias as relações entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, fazendo uma analogia entre a exploração de classes para com a de exploração entre os países.

Também os ideólogos do desenvolvimentismo acreditam que no geral a maioria das classes sociais se beneficia de um projeto de desenvolvimento, sendo prejudicadas, apenas aquelas que se beneficiam do subdesenvolvimento como o setor exportador de produtos de primeira necessidade. Haveria, como já ressaltado portanto, uma convergência de interesses de diversas camadas sociais na possibilidade de desenvolvimento do país.

Primeiramente, a implementação de uma política econômica dita desenvolvimentista, principalmente no governo JK, jamais se propôs a fomentar uma política de confronto ou de defesa dos interesses do país subdesenvolvido contra os desenvolvidos, mas pelo contrário, entendeu-se que o desenvolvimento nacional, dependia da manutenção de uma ordem internacional capitalista, cabendo ao Brasil se inserir, da melhor maneira possível dentro dessa ordem.

Como Mostra Miriam Limoeiro Cardoso :

³⁰ É bem verdade que o livro de Jaguaribe foi bastante polêmico e gerou até mesmo certa cisão dentro do ISEB. Entre outros pontos polêmicos, levantados pelo autor está o fato de não achar necessário para a política nacionalista do país que o petróleo fosse explorado monopolisticamente pela Petrobrás, poderia segundo Jaguaribe ser explorado por companhia estrangeira, desde que servindo aos interesses do país. Jaguaribe também pondera no livro sobre a viabilidade de se manter uma política internacional de “terceira opção” para os países subdesenvolvidos distante do bloco socialista e capitalista. Segundo os questionamentos do autor poder-se-ia até pensar em alinhamento com os americanos. Estes pontos polêmicos inclusive levou a sérios questionamentos pela união nacional dos estudantes, entidade até então bastante afinada com o Instituto. Sobre a polêmica UNE x Jaguaribe ver FREITAS (1998)

O que Juscelino pretende é aumentar a parcela de vantagens que a economia do Brasil possa auferir. Como dado o beneficiamento diferencial, parece que áreas com economias mais dinâmicas podem aproveitar mais com a expansão do sistema, decorre a necessidade de impulsionar a economia do Brasil, com o objetivo de aumentar a sua participação no sistema, ou ampliar os benefícios da sua participação. Fundamentalmente, o desenvolvimentismo visa uma integração mais dinâmica no sistema capitalista. (CARDOSO , 1978,p.410)

Em segundo lugar, em relação ao desenvolvimento favorecer todas as classes ou camadas, tal concepção deve ser observada e estudada, levando-se em conta uma análise do período em que se implementou uma dita política do desenvolvimento no governo JK. Deve-se levantar a hipótese do beneficiamento maior de apenas alguns setores do grande capital e da grande indústria, ou seja, o desenvolvimentismo pode ter beneficiado apenas setores das camadas dominantes que desalojaram da hegemonia econômica do país, outros setores privilegiados.

Como sugere Miriam Limoeiro Cardoso :

O desenvolvimento se propõe como fortalecimento de uma mudança de hegemonia, mas apenas interclasse dominante. De acordo com o que se pode depreender de suas proposições mesmas, esta ideologia representa as frações ascendentes das classes dominantes e as representa no seu núcleo mais representativo; inclusive em termos de tendência : o grande capital e a grande indústria, trabalhando juntos para tornar viável num tempo não muito distante a sua capacidade de reprodução no próprio país – o que Juscelino entende como autonomia econômica. (CARDOSO , 1978, p.429)

Muitos outros estudiosos perceberam as contradições do discurso nacionalista quando aplicado a prática no país. Octávio Ianni, por exemplo, não exclusivamente com preocupações no âmbito econômico , mas sobretudo com as consequências advindas do discurso e prática dos isebianos na área da configuração do pensamento social brasileiro naquele período, sugere algumas questões.

Assentando –se principalmente nas propostas de Helio Jaguaribe, Ianni demonstra como se cria uma espécie de “partido do desenvolvimento”, que fala em nome de todos os estratos , mas na verdade é liderado pelo estado, visando favorecer sobretudo a burguesia industrial.

Ao referir-se ao modelo de desenvolvimento proposto pelo ISEB, que seria levado a cabo por um verdadeiro estado autoritário, diz Ianni, fazendo menção as propostas de Jaguaribe :

Essas características do modelo isebrino de desenvolvimento político e econômico estão bastante explícitas e articuladas em alguns escritos de Hélio Jaguaribe. Nesse modelo, que ele denomina às vezes neobismarckiano, outras vezes nacional-desenvolvimentista, ou nacionalismo desenvolvimentista, o que sobressai é o Estado, forte e ativo, a serviço da burguesia empresarial, isto é , industrial; ou a serviço do capital monopolista. Ao mesmo tempo, os termos do modelo mostram como se compreendem os outros estratos sociais, ou as massas, e as suas reivindicações, sempre em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico capitalista, sob liderança do estado. Para articular-ou submeter-os interesses das massas aos da burguesia, cabe organizar, ou instituir, um “partido do desenvolvimento” (IANNI, 2004 p. 256).

Feitas estas ressalvas, cabe fazer outra de maior relevância. Inversamente do que usualmente tende-se a compreender a estratégia nacionalista não é unívoca, entre os pensadores isebrinos, e se é fato que o nacionalismo tende sempre a desconsiderar as especificidades de classes, “unido-as” em um projeto de nação, sendo um fator de convergência de interesses tanto da burguesia, como dos trabalhadores e das classes médias, não é menos verídico que existem peculiaridades acentuadas no conceito de nacionalismo dos pensadores do instituto.

No sentido das peculiaridades e nuances, chamam a atenção às concepções nacionalista do filosofo fluminense Álvaro Vieira Pinto. Se for incontestado para os isebrinos haver uma convergência de interesse entre as classes na questão do desenvolvimento nacional, para Vieira Pinto sem negar que haja o interesse comum entre as classes, demonstra que a ideologia autêntica ou ideologia do desenvolvimento nacional se encontra na “consciência” das massas, cabendo ao intelectual extrair dessa referida consciência das massas a ideologia autêntica.

Para Álvaro Vieira Pinto, compete ao estudioso da realidade, extrair da consciência das massas a verdade, sem distorcê-la ou mistificá-la.

Segundo as palavras do próprio Vieira Pinto:

[...] a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas. [...] É à medida que a consciência do povo vai esclarecendo em

número crescente de indivíduos, que se manifesta de forma nítida a realidade social. A verdade sobre a situação nacional não deriva da inspeção externa feita por um clínico social, historiador, sociólogo ou político, mesmo supondo-se geniais esses homens. Essa verdade só será dita pela própria massa, pois não existe fora do sentir do povo, como proposição abstrata, lógica, fria. Não é uma verdade enunciada sobre o povo, mas pelo o povo. É função da consciência que já atingiu, e da representação que faz dos seus problemas. O que compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhê-la nas suas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorcê-la, sem violentá-la, sem mistificá-la. Assim, estarão construindo precisamente o projeto de desenvolvimento requerido pelo estado social do momento, o único viável na execução e autêntico na ideologia. (PINTO 1960a: 34).

Posteriormente à publicação do texto acima, Álvaro Vieira Pinto retomará e embasará a idéia de que a consciência autêntica ou consciência do desenvolvimento encontra o seu principal vetor na expressão ideológica das camadas populares, pois seria as massas resultante principal do momento histórico vivenciado, momento este, propício para a tomada de consciência da necessidade de transformação econômica e social do país.

Ouçamos Vieira Pinto em suas próprias palavras escritas em *Consciência e Realidade Nacional*:

De fato, somente a coincidência com os motivos existenciais das camadas populares dará autenticidade ao pensamento que visa transformar a realidade. São numerosas, no seio de uma comunidade, as possibilidades de constituição de um pensamento ideológico. Muitos grupos ou pensadores isolados chegam, pela meditação sobre a realidade, a elaborar uma visão do processo nacional e a apontar soluções para as indagações que sugere; mas, para que seja reconhecida como verdadeira teoria do desenvolvimento, e desencadeie as ações eficazes, é preciso que tal elaboração ideológica traga o selo da derivação popular[...] é no seio das massas populares que encontram seu ponto de aplicação os vetores do desenvolvimento. Por isso, a elas compete a tarefa de exprimir ideologicamente o pensamento do país em sua empresa de superação do estado econômico atrasado. (PINTO 1960b, 134-135).

Neste sentido, o pensamento de Vieira Pinto destoa em relação aos outros isebianos, principalmente de Jaguaribe, que insiste em um caminho inverso para fomentar a ideologia do desenvolvimento, não sendo das massas ou de sua “consciência” que se deve extrair tal ideologia, pois estas devem ser conquistadas para o projeto desenvolvimentista a partir de um empenho de educação e organização feitas pelos intelectuais, em sintonia com os interesses da burguesia

industrial. Como mostra Caio Navarro de Toledo ao comparar as propostas de Vieira Pinto e de outros isebianos:

Para H. Jaguaribe, G. Ramos, C. Mendes (...) Não são as massas que comandam, mas são comandadas; não detêm o conhecimento de seus próprios interesses, devem, isto sim, ser “conscientizadas” através da “política ideológica” conduzida por outros grupos “mais esclarecidos”. (NAVARRO 1978, p. 48).

Outro ingrediente para apimentar a reflexão sobre o nacionalismo de Álvaro Vieira Pinto, que quase que consensualmente é considerado um dos maiores representantes do nacionalismo do instituto, é que este pode ser pensado e proposto a partir de uma conjuntura internacional que não vislumbra uma saída nacional para o país isoladamente, mas somente em associação com outros países que se encontrariam na mesma fase de desenvolvimento.

Após a segunda guerra mundial, entre outros motivos, pelo enfraquecimento das “antigas” potências europeias que haviam partilhado quase toda a extensão do continente africano e grande parte do continente asiático, inicia-se um processo de descolonização, em alguns casos por guerras de libertação, em outros, por negociações pacíficas de inúmeros países da África e da Ásia.

Tal processo que se desenvolve em uma conjuntura de guerra fria, resultante da divisão política do globo em dois blocos que procuram aumentar e consolidar suas áreas de influência, acaba criando um caldo de cultura de não alinhamento ou neutralismo.

Este neutralismo, longe de significar um não desejo de participação das tomadas de decisões no cenário internacional, significa justamente o oposto, o desejo de afirmação de uma identidade própria dos países que estão emergindo no cenário internacional e não se contentam com as propostas das duas vias impostas por americanos ou soviéticos.

Neste sentido, condensando uma atmosfera pró integridade e independência de povos e nações e ante emprego da força e coação sobre países não considerados potências militares é realizada, em 1955, a Conferência de Bandung na

Indonésia, constituindo-se um primeiro passo na direção de delinear uma proposta própria e em conjunto dos países não desenvolvidos, que integrariam o grupo do terceiro mundo, em contraste com o primeiro de países desenvolvidos e capitalistas e do segundo de países socialistas.

Evidentemente que se a luta vai tomando uma configuração anticolonial e antiimperialista, o socialismo pôde também no pós Bandug se consolidar como bandeira de luta, haja vista que este possui um viés antiimperialista tendo inclusive que moldar suas concepções internacionalistas às questões nacionais específicas.

Na realidade para os teóricos do ideário terceiro mundista, o caminho para os países subdesenvolvidos seria uma trilha alternativa, entre a proposta capitalista do primeiro mundo e a saída socialista vislumbrada pelos países do chamado segundo mundo.

Ainda que compartilhassem simpatias pela alternativa socialistas, teóricos de respaldo do terceiro Mundo como Franz Fanon, serão incisivo na busca de uma saída autônoma para além do capitalismo versus socialismo:

De modo geral chegou-se a pensar que chegara para o mundo, e particularmente para o Terceiro Mundo, a hora de escolher entre o sistema capitalista e o sistema socialista. Os países subdesenvolvidos, que se valeram da competição feroz existente entre os dois sistemas para garantir o triunfo de sua luta de libertação nacional, devem agora recusar instalar nesta competição. Não deve o Terceiro Mundo contentar-se com definir-se em relação a valores que lhes sejam próprios, métodos e um estilo que lhes sejam específicos. O problema concreto diante do qual nos achamos não é o da escolha custe o que custar entre o socialismo e o capitalismo, nos moldes em que foram definidos por homens de continentes e épocas diferentes. (FANON 1979 p.78)

O que vai neste sentido, para além do capitalismo e socialismo é a questão nacional, questão esta que os teóricos que habitavam países não desenvolvidos deveriam voltar toda sua energia. Olhar para o próprio país e buscar soluções de desenvolvimento e independência nacional.

Totalmente envolvido neste clima do período é que Álvaro Vieira reivindicará a formulação de uma filosofia do subdesenvolvimento. Filosofia esta que sem

desconsiderar os conceitos gastados e consolidados nos centros desenvolvidos, deveria levar em conta o “nosso universal”, oriundo da nossa própria realidade.

A filosofia do subdesenvolvimento que tem como proposta central o desenvolvimento em termos nacionais, leva em conta a situação dos países nas mesmas condições de desenvolvimento, vaticinando uma saída em comum para os países periféricos, o que, de certo modo, ratifica o ideário terceiro mundista.

Tendo em vista portanto esta nossa realidade o surgimento de um novo homem adepto da consciência crítica só iria aparecer em oposição ao homem de mentalidade ingênua –colonizado, também com o desaparecimento do colonizador.

É bem verdade que politicamente o país é independente, mas a circunstância existencial do homem brasileiro é muito próxima do homem africano e asiático, que empreende a sua luta de libertação nacional, naquele momento da história.

A independência brasileira seria para os Isebianos apenas relativa, o que nos aproximaria muito mais nossa circunstância de existência do Homem africano e asiático do que do Homem europeu.

Discutindo a questão da cultura brasileira e o significado da estrutura e da situação colonial, Roland Corbisier demonstra que :

Não somos, pois, a rigor, uma colônia, no sentido em que o Congo é colônia da Bélgica ou Madagascar da França. Todavia, ainda não dispomos da auto-suficiência que caracteriza as nações cuja existência não entraria em colapso na hipótese de se verem privadas do contato com o exterior. Sabemos que a noção de independência é relativa, que comporta toda uma série de gradações e que, em princípio, tomando a palavra com rigor absoluto, nenhuma nação, em todos os planos ou aspectos da existência, se pode bastar plenamente a si mesma. O que chamamos de auto-suficiência é apenas um grau superior de autonomia, e o que chamamos de situação colonial um grau mais acentuado de dependência (CORBISIER 1960 , P.22)

É esta similaridade que acaba aproximando a teoria de Pinto ao de reconhecidos teóricos da descolonização como Fanon.

Talvez sem nunca terem se lido reciprocamente, mas olhando o mundo pelo mesmo prisma e bebendo nos mesmos mananciais teóricos, eles estão bastante próximos. Como percebeu Ortiz :

As convergências de pensamento entre Fanon e Viera Pinto são interessantes. Bons leitores de Hegel, ou de seus comentadores, intérpretes dos movimentos políticos que vivenciam, eles não se limitam a discutir a possibilidade que existe de um "novo" homem brasileiro ou argelino. Pelo menos filosoficamente a superação do colonialismo implica não somente o desaparecimento do senhor, mas abre perspectiva para que uma nova humanidade se concretize. Interessa-lhes assim descobrir o homem por trás do colonizador, este homem que é simultaneamente ordenador e vítima de um sistema de opressão. A superação remete portanto a um universal, à humanidade. Torna-se, assim. Comum dizer que a morte do colonizador é também a morte do colonizado. Fanon leva esta perspectiva às últimas conseqüências e chega inclusive a pensar o Terceiro Mundo como matriz de libertação do homem universal. (ORTIZ 1994 p 61)

Porém é necessário ressaltar que existem acentuadas diferenças entre Fanon e os Isebianos. A principal delas diz respeito à questão da violência.

Enquanto para Fanon o uso da violência é legítimo e necessário para levar a uma situação de não dependência, os pensadores do ISEB propunham a transformação pela conscientização, pela "ideologia do desenvolvimento", e o máximo que isto pode levar foi a uma estética artística-cultural violenta, uma violência traduzida em simbologia para mostrar o grau de subdesenvolvimento de nossa nação.

A partir desta concepção, o nacionalismo proposto, não quer ser um nacionalismo que ressalta as qualidades e a soberania específicas de uma nação, que procurará solitariamente uma inserção soberana no concerto das nações.

Não propomos um nacionalismo de isolamento, mesmo porque o nacionalismo não se confina em considerar o processo histórico particular do país, mas o inclui no processo mais geral, o da totalidade áreas subdesenvolvidas que buscam melhor modo de existência (PINTO, 1960b,p. 123).

Assim o nacionalismo de Vieira Pinto, por mais contraditório que possa parecer, respirando os ares do período, tem como cerne um internacionalismo explícito, como se pode constatar pelo trecho a seguir:

As nações da periferia devem se constituir agora como um único centro de ação. Antes, o boicote econômico era fácil de decretar por parte das potências dominadoras. Na fase em que nos encontramos, nosso conceito de nacionalismo tem de ser interpretado como procedimento pelo qual nos integraremos num internacionalismo autêntico, o das nações em luta pela humanização da vida de suas populações. (PINTO, 1960b: 136).

Neste caso, como se percebe Álvaro Viera Pinto não está propondo jamais um nacionalismo que obrigue a subordinação de outros países, nem vislumbra a excepcionalidade da nação, ressaltando a superioridade nacional, em detrimento a realidade de outros povos.³¹

O nacionalismo aqui é um nacionalismo pacifista que estreita a relação com os outros povos, inversamente de exemplos históricos, como o da Alemanha nazista, que buscava a sobrepujança sobre as outras nações.

Parece ser importante aqui, se fazer uma referência a certa influência econômica que os isebianos receberam, como por exemplo, do economista sueco Gunnar Myrdal, que teve obra publicada pelo ISEB.³²

³¹ Interessante notar que em virtude de ser um nacionalismo, que tem como meta um universalismo ou uma igualdade internacional, pode-se inclusive incluir muitos destes dos adeptos deste nacionalismo como personagens de esquerda ou vinculados a uma trajetória de esquerda. Por isto CHACON (1981) conseguiu incluir Álvaro Vieira Pinto e outros nacionalistas do período em sua *História das idéias socialistas no Brasil*, eis o argumento de Chacon: “pode o Nacionalismo ser uma etapa rumo ao Universalismo-meta, lutando por um Igualitarismo Internacional, e interno dentro de cada Estado. Um não exclui, nem precede, o outro. Eles se completam dialeticamente, incentivando-se de modo recíproco e articulando a Revolução Brasileira com a mais vasta Revolução Mundial, onde todos os povos, raças, classes e religiões se integrarão, num futuro cada vez mais próximo. Daí, podemos abordar, numa História das idéias socialistas, alguns nacionalistas recentes, também preocupados com o igualitarismo “. p. 231

³² Grande parte dos trabalhos sobre o ISEB, desconsidera a obra dos economistas, seja aqueles vinculados ao instituto seja aqueles que mesmo não fazendo parte do instituto tiveram grande ascendência sobre ele. Por exemplo a importante obra de TOLEDO(1978) *Iseb :frábicas de ideologias* não leva em conta os economistas com a seguinte justificativa do autor : “não levamos em conta as publicações de Economia editadas pelo ISEB. Duas razões explicam nosso corte: 1) boa parte dessas obras tem como autores economistas que não pertencem aos quadros oficiais da instituição (caso típico, por exemplo de Celso Furtado e de Gunnar Myrdal); 2) tais estudos, bem como as análises econômicas propriamente “isebianas” (de Ignácio Rangel e de Gilberto Paim), são, em realidade, “trabalhos solitários” . A nosso ver, têm eles uma quase inteira autonomia dentro da produção do ISEB, não se refletindo nem orientando os demais trabalhos onde se formulam as ideologias nacional-desenvolvimentistas.”p.27.Pelo propósito do livro em questão trata-se de um argumento pertinente, entretanto não podemos desconsiderar a influência que os economistas tiveram nas obras dos Isebianos. As idéias econômicas sobre o subdesenvolvimento no mínimo tiveram imensa circulação no período ecoando na obra dos principais autores como Álvaro Viera Pinto.

Myrdal que em outubro de 1955, proferirá no Cairo, a convite do Banco Nacional do Egito, conferência comemorativa do seu aniversário, a publicará em livro com o título: *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, onde em certa altura defenderá um ideário nacionalista bem próximo ao pregado por Pinto, o que nos permite pensar que possivelmente o autor de *Consciência e realidade nacional*, deva ter lido o autor Sueco.

Escreve Myrdal a propósito do nacionalismo dos países subdesenvolvidos:

um país subdesenvolvido procede, acertadamente, ao tomar toda e qualquer medida que, à luz do bom-senso, seja capaz de melhorar seu próprio bem-estar econômico, mas deve evitar, cuidadosamente, medidas políticas que não sejam benéficas à nação em seus efeitos totais e remotos. E, culturalmente, há razões para aprender em todo o mundo. Levantar barreiras contra a civilização e os valores do mundo mais rico é política derrotista que um país pobre, de modo algum, pode adotar.

Dou este conselho ao nacionalismo racional com a consciência tranqüila, porque estou convencido de que o êxito real das políticas econômicas nacionalistas dos países subdesenvolvidos há de deixar-nos mais próximos e não distantes, da etapa em que possa tentar efetivar uma política mundial integrada, que se fundamente na solidariedade internacional (MYRDAL 1972 p108-109)

Segundo esta linha de raciocínio, mas indo além dela, na interpretação de Vieira Pinto, é mais real e salutar a união das diversas nações que estão em um mesmo grau de dominação, do que a união dos proletários de todo o mundo, que se encontra em grau de desenvolvimento dessemelhante.

Segundo o autor de *consciência e realidade nacional*, existem nações em três estágios de desenvolvimento em suas relações internacionais. Tem-se primeiramente as nações completamente subjugadas pelos centros desenvolvidos, as quais não possuem ainda nada que lhes caracterize como nação, são praticamente extensões dos países que a dominam. Não existe aqui pensamento, cultura ou instituições próprias.

Em outra situação, existem aquelas nações que estão em situação de dependência, mas já conheceram certo grau de desenvolvimento, este é o caso do Brasil. Nestas já existe um sentimento nacional, percebendo-se claramente, por parte do estudioso da sociedade que a contradição principal fica aqui entre

elementos que contribuem para a consolidação da nação e os elementos que contribuem para a fragilização da nação, estes últimos são os elementos da anti-nação.

Exemplificando, a cultura e a educação popular contribuiriam para a solidificação da consciência crítica e assim favoreceriam o desenvolvimento, constituindo-se em elementos favoráveis a nação. Em oposição a arte mimetista e a educação elitista contribuiriam para a mistificação, seriam elementos da consciência ingênua, elementos da anti-nação.

Em uma terceira situação estariam as nações desenvolvidas a subjugar as subdesenvolvidas. Ora, é justamente aqui que entra a dialética proposta por Vieira Pinto. A contradição principal no mundo que o autor vivia seria entre as nações que dominam e as que são dominadas.

Sendo assim, o nacionalismo proposto necessariamente tem que ser um antídoto contra a dominação externa, mas que só tem sentido se colocado como forma de solidariedade internacional com todas as nações em luta pela libertação política e econômica³³

Como enfatiza Álvaro Vieira Pinto, demonstrando a espécie de nacionalismo que propõe, ao fazer-se muito solidário entre as nações na mesma situação:

De momento, incumbe-nos compreender que cada vez mais precisamos entrelaçar relações de amizade e ação comum com os povos asiáticos, africanos e os do nosso próprio continente que se encontram em situação semelhante a nossa. Com este movimento quebraremos o esquema de dominação imperialista, que só funciona a contento com o parcelamento da polaridade entre o centro e a periferia como que um único “centro” de ação fortalece-se a tal ponto a área antes dispersa e por isso débil, que fica sem sustento o principal estratagema de que lançava mão a potência exploradora (IDEM p.513)

Ou ainda na seqüência:

Na fase em que nos encontramos, nosso conceito de nacionalismo tem que ser interpretado como o procedimento pelo qual nos integraremos

³³ É aliás **solidariedade internacional com toda as nações em luta pela libertação política e econômica** um subtítulo do capítulo “Princípios de uma política nacionalista” do livro *Consciência e realidade nacional*.

num internacionalismo autêntico, o das nações em luta pela humanização da vida de suas populações (IDEM p. 513)

Para Vieira Pinto qualquer nacionalismo exaltado que proponha a subordinação de outras nações não cabe nas circunstâncias históricas de nossa nação, pois esta precisa adotar práticas nacionalistas com o intuito de se defender da exploração externa e gerar assim o tão desejado desenvolvimento.

Esta necessidade não é única do Brasil sendo, portanto desejável que outras nações também se afirmem no cenário internacional.

Álvaro Vieira Pinto escreve sobre as características do nacionalismo que propõe e sobre ele desmitifica os argumentos que procuram invalidá-lo:

Um (...) argumento que tentaria invalidar o ponto-de-vista nacionalista, seria o de que a partir de um esquema deste tipo estamos obrigados a ver o Brasil como entidade excepcional no conjunto mundial, a representá-lo como nação privilegiada, e de certo modo a pensar implicitamente que todas as demais lhe devam ser subordinadas, existir para atender aos interesses dele. Sendo evidentemente simplória tal suposição, se o nacionalismo a abrigasse seria de fato um argumento para desvalorizá-lo. A excessiva importância por nós atribuída à idéia de nacionalidade ao considerar os problemas sociais introduziria um fator perturbador do julgamento histórico, um dado apto a tomar sempre colorido emocional, restringindo o campo perceptivo, dando em resultado o desconhecimento de numerosas relações de entrelaçamento entre os povos, ocultadas ou sumariamente repudiadas em nome do quimérico conceito de independência nacional (...) O nacionalismo seria o estreitamento do campo visual político ao ponto de vista de uma única nação, fazendo os interesses destas, o que só pode ser levado a cabo no domínio da imaginação, numa comovente amostra de ingenuidade. O nacionalismo seria a doença infantil da nacionalidade. (PINTO 1960b p.366-367)

Destarte, em conclusão evidenciam-se no nacionalismo de Vieira Pinto, elementos totalmente inusitados em relação ao paradigma em questão, pois se em geral o nacionalismo tende a “mascarar” as diferenças de classes, uma vez que é posta a questão da unidade nacional para o autor de Consciência e realidade nacional, isto não está validado, uma vez que clama pela atuação das massas.

Por outro lado, se no modelo do nacionalismo existe uma tendência política do país a se ensimesmar, em Vieira Pinto há o clamor por um internacionalismo que unisse os países de similares situações econômicas, o que caracteriza um nacionalismo no mínimo bastante original.

III- Álvaro Vieira Pinto e a Cultura na realidade Nacional.

A finalidade do presente capítulo é de empreender uma análise da relação estabelecida entre os intelectuais do ISEB e a cultura. O capítulo centra as análises nomeadamente na concepção de Álvaro Vieira Pinto sobre a cultura, personagem que sem desprezar a influência que o intelectual poderia desempenhar ao exercer atividade relacionada a cargo público, parece ter vislumbrado naquela esfera um dos principais difusores da consciência crítica.

Entendendo que a cultura no sentido de um conjunto de manifestações artística, conjuntamente com a atividade educacional, pudesse aproximar a massa da população a realidade do país, esta esfera passou a ser paulatinamente realçada e estimulada por vários isebianos e centralmente por Viera Pinto.

Nunca é demais lembrar, que o próprio ISEB foi gestado como instituto no interior do ministério da cultura, e nesse sentido sem desconsiderar a atividade política como necessário como mecanismo eficiente e necessário na implementação do desenvolvimentista, o pensamento hegemônico entre os isebianos, parece ter sido em uma aposta que o instituto pudesse desempenhar um papel de bastante autonomia em relação ao Estado.

Inegavelmente entre indas e vindas no Instituto, entre cisões e disputas, mudanças de rumo, o Instituto funcionou autonomamente até ser fechado pelo governo autoritário dos militares em 1964.

Sintomático em relação à natureza do instituto, é o fato de que no que pese muitos dos seus integrantes, terem flertado com a política, e engrossado a fileira de partidos políticos, o Instituto nunca assumiu de fato uma relação dependente com a política, e na opção entre o exercício público e a atividade intelectual, a escolha sempre pendeu para o lado da segunda opção.

Como fato ilustrativo da opção dos isebianos pela cultura, cita-se episódio ocorrido, ainda no governo JK, quando este se sentindo em débito com os isebianos, procura abrir as portas para atuação daqueles estudiosos componentes do instituto:

É certo que JK se considerava em débito com os isebianos, especialmente pelo apoio dado a ele na campanha presidencial e na posse. Isso fez com que ele fosse receptivo às demandas colocadas por Roland Corbisier, por exemplo: o presidente endossa as mudanças realizadas nos estatutos do ISEB por esse intelectual. Além disso, JK concede ao ISEB uma existência concreta ao alugar e reformar a mansão da rua das Palmeiras que abrigaria as atividades do instituto. Por razões de natureza política, portanto, os intelectuais do ISEB, devido ao apoio dado a JK, poderiam ocupar funções políticas, mas eles rejeitaram: em nome (i) da sua manutenção dentro de um espaço construído por eles na esfera da cultura ou (ii) por defenderem uma atuação mais autônoma em relação ao Estado. (PEREIRA , 2002 p 210)

Pertinente parece ser se fazer uma discussão sobre a importância da esfera da cultura para os isebianos e especificamente para Álvaro Vieira Pinto. Evidentemente cultura aqui não é entendida somente em seu sentido antropológico, de toda produção humana de determinada sociedade, mas principalmente em seus aspectos que engloba também as manifestações artísticas.

Para os intelectuais do ISEB e principalmente para Álvaro Vieira Pinto, a cultura funcionaria como elemento difusor da consciência crítica.

Primeiramente porque o clamor pelo nacionalismo, em muitos isebianos, passa pela crítica ao artificialismo imitativo, característica da consciência ingênua, usando a linguagem de Vieira Pinto.

A dependência do país na dialética fundamental estabelecida por Pinto, entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas não se restringe ao âmbito econômico, se traduzindo como já foi realçado anteriormente, em problemas além do econômico, políticos, culturais e até demográficos.

Especificamente em relação à questão cultural, para os isebianos ela deveria ser encarada como projeto. Um projeto transformador, que não só procura romper com as características imitativas e artificiais da realidade cultural brasileira, mas que ao romper com aquelas características contribuísse também para transformações econômicas e sociais.

Assim os pensadores do ISEB acabam por colocar a cultura brasileira em um novo patamar interpretativo. Aqui a cultura não basta ser expressão autêntica de seu povo, ela precisa ser concebida também como um projeto de transformação. Tem se aqui a idéia de cultura como um vir a ser.³⁴

³⁴ Evidentemente deve-se lembrar que no seu início O ISEB se constitui em um instituto bastante heterogêneo, e provavelmente nem todos os seus membros voltavam suas preocupações para a

Inegavelmente serão os isebianos que introduzirão no debate cultural brasileiro conceitos como de “autenticidade cultural” versus “cultura alienada”, ou colonialismo cultural versus nacionalismo.

Somente para mencionar um exemplo neste instante, o que seria a estética da fome proposta pelo movimento cinema-novista, senão uma contundente tentativa de mostrar a situação de colonialismo e cultura alienada que vivenciava o país naquele momento.

Na concepção do cinema novo está posta toda uma tradição de pensamento, que opõe colonizado a colonizadores, no estilo mais contundente da proposta da violência como forma de libertação nacional nos moldes proposto, por exemplo, por Franz Fanon (1979) ou Albert Memmi (1977).³⁵

Em 1965 em congresso cinematográfico em Genova, criticando o paternalismo do europeu em relação ao terceiro mundo e mostrando que o europeu só se interessava pela arte do subdesenvolvimento, quando esta satisfazia a nostalgia do primitivismo do homem de país desenvolvido, Glauber Rocha propõe uma estética da fome.³⁶

Em oposição ao primitivismo idealizado e nostálgico do primeiro mundo, destacam-se alguns trechos do texto manifesto de Glauber:

A fome latina (...) não é somente um sintoma alarmante: é o nervo de sua própria sociedade. Aí reside a trágica originalidade do cinema novo diante do cinema mundial: nossa originalidade é nossa fome e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida.

De *Aruandas a Vidas Secas*, o *cinema novo* narrou, descreveu, poetizou, discursou, analisou, excitou os temas da fome: personagens comendo terra, personagens comendo raízes, personagens roubando para comer, personagens sujas, feias, desencardas, morando em casas sujas,

“cultura”, mas é inegável que pelo menos em sua última fase, a questão cultural passa a ser focada de forma hegemônica no seu interior. Uns mais outros menos resvalam para esta questão, e como deve ficar nítido neste trabalho, Álvaro Vieira Pinto se enquadra entre aqueles que mais se preocupam, se não for de fato o que mais “mergulha” na discussão.

³⁵ O livro de Fanon (1979) *Os condenados da terra*, bem como o livro de Albert Memmi (1977) *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador* animaram corações e mentes de toda uma geração na luta contra o colonialismo, inclusive vale lembrar que o livro de Memmi tem como tradutor e prefaciador o isebiano Roland Corbisier

³⁶ Como se introduz aqui como um elemento a mais de discussão a questão cinematográfica, Glauber Rocha e o movimento do cinema novo é importante entendê-lo como um movimento mais amplo no interior da sociedade brasileira: “O cinema novo é parte de uma corrente mais larga e profunda que se expressou igualmente através da música, do teatro, das ciências sociais e da literatura. Essa corrente- composta de espíritos chegados a uma luminosa maturidade e enriquecida pela explosão ininterrupta de jovens talentos – foi por sua vez expressão cultural mais requintada de um amplíssimo fenômeno histórico nacional” (GOMES 1996 p 100).

feias, escuras; foi esta galeria de famintos que identificou o cinema novo com o miserabilismo tão condenado pelo Governo, pela crítica a serviço dos interesses antinacionais, pelos produtores e pelo público- este último não suportando as imagens da própria miséria (...) O que faz do cinema novo um fenômeno de importância internacional foi justamente seu alto nível de compromisso com a verdade; foi seu próprio miserabilismo, que, antes escrito pela literatura de 30, foi agora fotografado pelo cinema de 60; e , se antes era escrito como denúncia social, hoje passou a ser discutido como problema político...

Nós compreendemos esta fome que o europeu e o brasileiro na maioria não entende. Para o europeu é um estranho surrealismo tropical. Para o brasileiro é uma vergonha nacional. Ele não come mas tem vergonha de dizer isto; e sobretudo, não sabe de onde vem esta fome. Sabemos nós- que fizemos estes filmes feios e tristes, estes filmes gritados e desesperados onde nem sempre a razão falou mais alto- que a fome não será curada pelos planejamentos de gabinete e que os remendos do technicolor não escondem mas agravam seus tumores. Assim, somente uma cultura da fome, minando suas próprias estruturas, pode superar-se qualitativamente : e a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência. (Rocha, 2004 p 65-66)

Ora, esta concepção da arte tal como posto pelo longo trecho acima, que entretanto é apenas uma parte do manifesto, está centrado na necessidade de induzir a arte da própria realidade, portanto buscando uma autenticidade, em oposição a uma arte alienada, como também opõe colonizadores a colonizados.

Todos estes elementos não deixam de ser elementos presentes na concepção Isebiana sobre o problema da cultura, que não fica para os Isebianos somente restrito ao campo da cultura, mas permeia a discussão sobre economia, sociedade, política e outros elementos da realidade.

Não se pode afirmar categoricamente que todos os artistas “engajados” tenham tido uma relação intrínseca com o Instituto, nem mesmo que, por exemplo, Glauber tenha travado diálogos com os pensadores do Iseb, hipótese que também não pode ser desconsiderada, porém inquestionavelmente as idéias estavam em circulação e o ISEB era certamente um grande reproduzidor de ideais, senão um próprio fabricante, ainda que muitos o considerassem fabricante de ideologias ou de mistificações.³⁷

Compartilhando o argumento de que os Isebianos refundam a discussão cultural no Brasil e passam a desempenhar papel balizador neste quesito, escreve Ortiz:

³⁷ Sobre a crítica aos Isebianos como fabricantes de “ideologias” ou de “ilusões” ver: TOLEDO (1978) e CARVALHO FRANCO (1978)

Quando, nos artigos de jornais, nas discussões políticas ou acadêmicas, deparamos com conceitos como “cultura alienada”, “colonialismo” ou “autenticidade cultural”, agimos com uma naturalidade espantosa, esquecendo-se de que eles foram forjados em um determinado momento histórico, e creio eu, produzido pela *intelligentsia* do ISEB. Penso que não seria exagero considerar o ISEB como matriz de um tipo de pensamento que baliza a discussão cultural no Brasil dos anos 60 até hoje (ORTIZ 1994 p.46)

Foi Vieira Pinto indiscutivelmente uns dos intelectuais do período dos anos cinqüenta-sessenta a mais apostar na luta “cultural”.

Quando Vieira Pinto está elencando os predicados da consciência crítica e discorre sobre o último e talvez o mais forte deles o de nacionalidade, estabelece um sub-item intitulado: *a nação como origem de significações e a fundação da cultura brasileira* (PINTO1960b, p.404).

Naquele sub-item se mostra como o desenvolvimento econômico pode alcançar o país em um plano do universal, e que sua arte também pode se colocar de igual para igual a outros países, por que caso contrário a arte nativa é encarada como pitoresca e exótica e o país subdesenvolvido só acaba se reconhecendo na arte dos outros países:

Enquanto a sociedade não tem recursos materiais que lhe sirvam de fundamento para elaborar a sua percepção geral da realidade, não se pensa a si própria como ser universal, e por isso não dispõe de perspectiva sobre a totalidade, não tem meios para alçar os produtos da sua criação primitiva, os estilos originais dos artistas nativos, à condição de modalidade de arte diferenciada e independente. Nesse período tudo o que o seu gênio nacional cria constitui mero objeto de curiosidade para o gosto metropolitano. Para existir cultura nacional em grau superior é preciso haver consciência configuradora da totalidade da realidade. Só assim cada objeto, cada fato natural ou produto da invenção artística recebe dessa fonte sentido e intenção (PINTO 1960 b p.406-407).

Vieira Pinto continua o raciocínio mostrando que tão logo a nação hegemônica perde o seu domínio econômico sobre a dominada passa a reconhecer também nela uma “maioridade” cultural que ainda não reconhecia.

De alguma forma, portanto a autonomia cultural parece estar relacionada a certo nível de desenvolvimento econômico, pois em momento de extrema dependência econômica, acaba-se por ter-se uma ânsia imitativa mais acentuada, ou seja, quanto maior o grau de dependência econômica maior também é grau de “dependência” cultural.

Por este motivo, o de associar desenvolvimento econômico e independência cultural, é que um isebiano como Rolando Corbisier ao proferir conferência sobre *Formação e problema da Cultura Brasileira*, vai afirmar categoricamente que antes da semana de arte moderna de 22, tínhamos no Brasil uma pré-história, não nos vendo com nossos próprios olhos, mas com o olhar do estrangeiro.

Acentuando nossa condição de subalternidade até 22, enfatiza Corbisier:

Permanecemos assim até 22, nessa posição subalterna, de colonos, de meros consumidores dos produtos industriais e culturais estrangeiros, na condição de “proletário externo”, para usar a expressão de Toynbee. A partir de 22, porém, e especialmente a partir de 30, que também foi prolongamento de 22 no plano político, o Brasil começou a despertar e a tomar consciência dele próprio. Ao processo de industrialização e de criação do mercado interno, que se deveria intensificar especialmente durante a última guerra mundial, acrescentou-se, paralela e simultaneamente, todo um trabalho de pesquisa e de conhecimento da realidade e dos problemas brasileiros. E também o que temos de autêntico, em arquitetura, em pintura, em romance, em poesia, data de 30, da crise e da revolução de 30. (CORBISIER 1960 p.46-47)

Para falar de nossa “maioridade” cultural que acompanha certo desenvolvimento econômico do país, não se pode deixar de mencionar, vários movimentos culturais que emergem no país nos anos cinqüenta, como o teatro oficina e o teatro de arena, o cinema novo, os centros populares de cultura (CPCs) ligados a UNE, o MPC, movimento de cultura popular em Pernambuco. Estes, só para não mencionar os movimentos musicais como a bossa nova e posteriormente o Tropicalismo.³⁸

Estes movimentos parecem estar relacionados de uma forma ou de outra a um processo de industrialização no país acompanhados de uma crítica ao poder das oligarquias e escorado em uma esperança em um movimento de massas que ao menos se coloca o país em outro patamar econômico.

Não se pode deixar de perceber que existe em todos eles um conteúdo acentuadamente crítico ao sistema ainda vigente no país coroado pelo ainda domínio de velhas oligarquias, e de alguma maneira estava colocado certo engajamento do artista e a arte encarada como instrumento de politização.

³⁸ Pereira (2002) mostra a partir de depoimento de Carlos Estevam Martins, como se gestou a relação do CPCs com o ISEB. O desejo maior dos cpcs era estabelecer uma relação direta com as massas populares por meio do teatro. Quando resolveram montar um espetáculo mostrando de forma didática como funcionava a exploração capitalista intitulado “*A mais valia vai acabar, seu Edgar*” resolveram consultar alguém do ISEB para obter explicações necessárias para a montagem da peça. A partir deste episódio houve uma troca dinâmica ente CPC e ISEB.

Em alguns movimentos emergentes nos anos cinqüenta existia uma proposta muito próxima dos Isebianos, no sentido de propor uma independência em relação ao Imperialismo, principalmente ao Imperialismo “cultural”.

No caso dos movimentos artísticos relacionados ao movimento estético do nacional e do popular, o qual podemos tranquilamente incluir o movimento dos CPCs e o teatro de Arena nos mostra Ridenti:

Certos críticos, já distanciados muitos da ebulição cultural brasileira da década de 60, entendem que o movimento estético do nacional e do popular, que se autoproclamava revolucionário, na verdade não propunha a ruptura com o capitalismo, mas a independência do “imperialismo cultural”. Isto é propunha-se o desenvolvimento autônomo da tradição do “povo” brasileiro, o que implicaria, ao menos num primeiro momento, o funcionamento au tóctone do capitalismo brasileiro, sustentado por um mercado interno em que a riqueza tivesse uma distribuição eqüitativa. (RIDENTI, 1993)

Haveria, naquilo que se convencionou chamar de nacional-popular uma opção “realista” por mostrar as reais condições da gente mais desfavorecida, que retrata o homem do interior, o camponês, o trabalhador urbano, o favelado, e muitas outras figuras representativas do povo brasileiro.

As formas das manifestações artísticas relacionadas ao nacional-popular eram muitas vezes afrontosa e direta como forma de esclarecer o público classe média a verdadeira situação do homem brasileiro, e ao esclarecer a verdadeira situação do povo, poderia pelo menos levar ao homem da classe média a sair de sua condição de cúmplice daquele sistema e o levar a atitudes mais críticas.

A concepção dos movimentos de características engajadas era de que o artista, não seria um ser vivente fora da sociedade, ou pairando acima dela, mas uma pessoa que vivia no interior da sociedade e que portanto, deveria produzir e se orientar pela realidade daquela sociedade da qual fazia parte.

Neste sentido para o homem das artes caberia a opção de alguma forma tentar interferir nesta realidade e contribuir para sua transformação ou conformar-se em ser existencialmente amorfo, distante da possibilidade da transformação histórica e social, que poderia estar em curso.

Não bastava, para os que radicalizavam esta concepção popular somente mostrar a realidade da sociedade se não fosse de forma explícita e de alguma forma convidando o espectador à ação.

Assim sendo, o intelectual engajado na arte popular deve tomar uma posição ao invés de manter-se a distância. Mesmo que a obra artística esteja cumprindo um papel desalienante e mostre a realidade como é, seria preciso ir além, ser o mais didático possível, afim de que as classes menos abastadas tenham compreensão do que está sendo retratado.

O jovem intelectual na época, Carlos Estevam Martins, parece ter sido um dos que mais acreditaram nesta empreitada, valendo lembrar que Martins juntamente com Wanderley Guilherme dos Santos, foram assistente de Álvaro Vieira Pinto no ISEB, a convite do próprio Vieira Pinto e certamente influenciaram o filósofo nesta discussão.

É importante ressaltar as boas relações que Carlos Estevam tinha com o movimento estudantil, principalmente com a edificação do CPC da UNE. Da mesma forma Vieira Pinto, não deixou de ter uma grande influência e respeito de parte do público universitário.

Lembrando o que escreveu Martins, mostrando que apesar dos méritos da arte desalienada, ou seja, aquela que mostra o real, ela ainda era limitada, pois não caminhava no sentido do engajamento e muitas vezes apenas insinuava ao invés de ser explícita:

A atitude que estamos condenando e que é um vício de uma posição em princípio correta, freqüentemente leva à idéia de que a cultura só pode exercer a função de testemunho dos males sociais, a ela competindo, portanto o papel passivo de contemplar o que se passa na sociedade e de registrar suas impressões num livro de ocorrências à disposição dos interessados. Esse equívoco é ainda levado ao extremo quando o artista e o intelectual resolvem superestimar a lei segundo a qual a infra-estrutura da sociedade não pode ser reproduzida em termos culturais sem sofrer um processo de tradução que transplante para uma outra linguagem, o modo como os fenômenos materiais se apresentam em sua realidade crua. Nesta recriação cultural de processos materiais o artista e o intelectual, que exageram sua fidelidade aos princípios que regem seu "métier", procuram ocultar o mais que podem sua própria posição diante do contexto que estão traduzindo. Acreditam que é preferível manter-se à maior distância possível e se esforçam por atingir uma imparcialidade tão absoluta que apague da obra qualquer vestígio capaz de denunciar a existência do autor. (MARTINS 1963 p 22-23)

A cultura popular, segundo Carlos Estevam, tem que ir muito além de mostrar os fatos, deve contribuir para a conscientização política, que deságua na própria

ação política, feita pelo próprio povo, no movimento de tomada do poder na sociedade de classes. Como explicita o autor :

A cultura popular, essencialmente, diz respeito a uma forma particularíssima de consciência: a consciência política, a consciência que imediatamente deságua na ação política. Ainda assim, não a ação política em geral, mas a ação política do povo. Ela é o conjunto teórico-prático que co-determina, juntamente com a totalidade das condições materiais objetivas, o movimento ascensional das massas em direção à conquista do poder na sociedade de classes (IDEM p 28-29)

Para os artistas adeptos dos movimentos populares, que talvez tenham nos CPC seu maior representante enquanto movimento estético, só tem sentido se falar em arte se esta, de alguma maneira, se relaciona diretamente com a estrutura da sociedade.

O artista livre de fato seria aquele que consegue se posicionar sobre as questões sociais da sociedade a que pertence. É um ser livre e ativo, pois, esclarecido sobre o mundo que vive consegue esclarecer a outrem. Por mostrar as pessoas à verdadeira realidade, estes artistas se consideram construtores de uma arte revolucionária.

Este ideário artístico está contundentemente demonstrado no Anteprojeto do manifesto do Centro Popular de cultura de 1962. No trecho, transcrito abaixo, se percebe o grau da necessidade de tomar posição, e mostrar as reais condições de existência do povo além da crítica que se faz ao artista que adota perspectivas estéticas sem conexão com sua realidade:

A arte revolucionária desqualifica toda e qualquer arte que leva ao público o desentendimento dos quadros reais da existência, que em lugar de fornecer a definição das verdadeiras forças motrizes que põem em movimento os povos e sua história, que em lugar de detectar tudo que é ação decisiva operando no sentido de transformações globais, só tem a oferecer, como sucedâneo da própria perplexidade em que está afundada, a mentira vital e as alucinações da imaginação que não têm suas raízes fincadas em solo concreto. Para esta arte, fora do inconseqüente borboletear em torno do efêmero e do irrelevante, não existe outra porta além daquela que abre para fora do mundo e oferece uma saída à custa da voluntária renúncia ávida, da reclusão do artista no interior do seu próprio eu, condenado daí por diante a só saber dizer o que se passa em um outro mundo transcendente ao nosso, menos importante ainda que seu mundo interior. (Manifesto do Centro Popular de Cultura /N HOLLANDA 2004 P.165)

Existia a idéia, para muitos intelectuais e artistas, que o desenvolvimento e a independência econômica trariam condições melhores de vida para os brasileiros.

Entretanto, este desenvolvimento não ocorreria por acaso, mas incluía um grandioso esforço, por parte das camadas intelectualizadas, para fomentar-se um ideário que contribuísse para tal empreitada.

Neste sentido não são casuais as relações entre estes movimentos culturais e os isebianos. Na realidade alguns movimentos são decorrência direta de propostas isebianas. Especificamente os CPCs da Une, e o movimento de Cultura popular, no Recife beberam muitas de suas propostas no manancial isebiano, sem mencionar a influência direta, que algumas personalidades do ISEB, tiveram sobre estes movimentos. A relação entre o ISEB e estes movimentos culturais é ressaltada categoricamente por Ortiz:

No início dos anos 60 dois movimentos realizam, de maneira diferenciada, é claro, os ideais políticos tratados teoricamente pelo ISEB. Refiro-me ao Movimento de Cultura Popular no Recife e ao CPC da UNE. Se tomarmos, a título de referência, dois intelectuais proeminentes desses movimentos, Paulo Freire e Carlos Estevam Martins, observamos que as relações co o ISEB são substanciais. Carlos Estevam foi assistente de Álvaro Vieira Pinto e trabalhava no ISEB no momento em que assume a direção do CPC. As filiações do pensamento de Paulo Freire e o ISEB são conhecidas.(ORTIZ , 1994 p 48)

A influência do ISEB extrapola os movimentos para o público específico dos CPCs e da Cultura Popular, em Recife. Pode-se dizer, sem exagerar que a influência isebiana envereda para todas as áreas da cultura brasileira.

A partir do momento em que, por exemplo, as áreas do teatro ou do cinema brasileiro buscam ter um componente mais crítico ou engajado, em contraposição a uma arte mais alienada ou não crítica, no teatro se traduzindo a uma oposição a teatro de comédia e no cinema na proposta de um cinema novo, que se opõem a um cinema acrítico sobre a situação de subdesenvolvimento, o diálogo com a teoria do ISEB se torna inevitável. Recorrendo-se novamente a Ortiz, vê-se que:

[...]a influência isebiana ultrapassa o terreno da chamada cultura popular, ela se insinua em duas áreas que são palco permanente de debate sobre a cultura brasileira: o teatro e o cinema. É suficiente ler os textos de Guarnieri e de Boal sobre o teatro nacional para se perceber o quanto eles devem aos conceitos de cultura alienada, de popular e de nacional (...) em algumas passagens, figuras de expressão do ISEB, como Guerreiro Ramos, são explicitamente citadas nos textos. Não se deve esquecer que esses textos analíticos formaram a base de um pensamento que informa toda uma dramaturgia que se desenvolve na época. Na área cinematográfica dois documentos situam de maneira exemplar a influência isebiana: *Uma situação Colonial*, de Paulo Emílio Salles Gomes, e uma *Estética da Fome*, de Glauber Rocha. O diagnóstico de Paulo Emílio sobre a alienação do cinema brasileiro marca toda uma série de análises sobre a problemática do

cinema nacional. Ele ressurgiu, por exemplo, na proposta de realização de um cinema novo. (IDEM p.48-49)

Acusados por muitos de estarem do outro lado dos CPCs, Do MCP, do teatro de Guarnieri e Boal ou dos manifestos de cinema *Uma situação colonial e Uma estética da Fome*, estariam os denominados “vanguardistas” ou “formalistas” por esquecerem-se das reais condições de existência do povo e desviarem o foco para o progresso técnico e conseqüentemente com conteúdo social reacionário.

Em um ensaio escrito, mais ou menos, no calor dos acontecimentos em 1969, Roberto SCHWARZ (1978), além de defender a tese de que existia, apesar de ditadura de direita, uma relativa hegemonia cultural de esquerda, vai separar o joio do vanguardismo e sua concepção reacionária do trigo do nacional popular, autêntica expressão das nossas reais condições ou pelo menos com conteúdo mais afinado com o pensamento de esquerda.

Schwarz valoriza movimentos como o M.C.P. (movimento cultura popular de Pernambuco), o Centro de Cultura Popular da UNE, e apesar de algumas críticas o Teatro Opinião. Contrapõe a estes movimentos o Tropicalismo e o Teatro Oficina de Zé Celso Martinez Correa.

O tropicalismo ele acusa de combinação esdrúxula entre modernidade e arcaísmo, síntese e fórmula perfeitas da própria ditadura. O Oficina acusa de parecer libertário, mas no fundo apenas provocar “dessocialização” na platéia e de exercer apenas o cinismo da cultura burguesa.

Sobre o tropicalismo vaticina Schwarz:

O veículo é moderno e o conteúdo é arcaico, mas o passado é nobre e o presente é comercial; por outro lado, o passado é iníquo e o presente é autêntico; etc. Combinaram-se a política e uma espécie de exibicionismo social (SCHWARZ 1978 p 74)

Ou ainda na seqüência:

...para obter o seu efeito artístico e crítico o tropicalismo trabalha a junção esdrúxula de arcaico e moderno que a contra-revolução cristalizou, ou por outra ainda, com o resultado da anterior tentativa fracassada de modernização nacional (IDEM p.76)

Em relação ao Teatro Oficina diz o crítico de Arte:

O espectador é tocado para que mostre o seu medo, não seu desejo. É fixada a sua fraqueza, e não o seu impulso. Se acaso não ficar intimidado e tocar uma atriz por sua vez, causa desarranjo na cena, que não está preparada para isto (...) parte da platéia identifica-se ao agressor, às

expesas do agredido (...) A dessocialização diante do massacre, a deslealdade criada no interior da platéia são absolutos, e repetem o movimento iniciado no palco. Por seu conteúdo, este movimento é desmoralizante ao extremo; mas como estamos no teatro, ele é também imagem, donde sua força crítica. O que nelê se figura, critica e exercita é o cinismo da cultura burguesa diante de si mesma (IDEM p.88)

Para o autor do ensaio Política e Cultura, expressão de movimentos representativos da autêntica intelectualidade de esquerda seria a “Estética da Fome” criada por Glauber Rocha, pois ali esta posta a necessidade de libertação do colonizado perante o colonizador e o romance Quarup de Antonio Callado. Em Quarup está posta a necessidade da integração do intelectual com a luta social do povo. Escreve assim Schwarz ao referir-se a Quarup:

Em Quarup, o romance ideologicamente mais representativo para a intelectualidade de esquerda recente (...) um intelectual, no caso um padre, viaja geográfica e socialmente o país, despe-se de sua profissão e posição social, á procura do povo, em cuja luta irá se integrar- se com sabedoria literária- num capítulo posterior ao último do livro (IDEM p92)

Também Ferreira Gullar procura ser questionador da adoção de posturas vanguardistas em nossa arte, como por exemplo, o concretismo no campo da literatura, uma vez que ao imitar-se o que ocorre demais novo na realidade exterior esqueceriam nossos artistas que não existe uma perfeita equivalência cultural entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e pelo contrário estes podem estar até em situação de antagonismo.

Nada melhor que transcrever o próprio autor para o entendimento do seu argumento:

O concretismo reflete, da parte de seus teóricos e promotores, a ignorância de um fato básico: que não há uma equivalência cultural perfeita entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, uma vez que o processo de formação e desenvolvimento destes países não é idêntico e que suas problemáticas respectivas diferem, não obstante uma série de fatores gerais comuns que definem a atualidade internacional. Essa identidade que pode ser vista como a soma de problemas comuns, é quase sempre a expressão de antagonismos no plano econômico e ideológico. Se é certo que esses antagonismos não se transferem para o plano da literatura e da arte, é certo também que a arte e a literatura-esta mais que aquela- guardam peculiaridades nacionais que estão na origem. Nos países subdesenvolvidos, essas exigências nacionais são particularmente atuantes. Razão por que não tem sentido pretender levar às últimas conseqüências o formalismo vanguardistas europeu, uma vez que se trata de uma problemática alheia à nossa realidade, decorrente de uma visão histórica insubsistente num país como o nosso e que, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos, pertence ao passado. (GULLAR, "2006 p.198)

De alguma maneira parece que ser de esquerda naquele momento, é denunciar o colonialismo e o imperialismo cultural, é tomar partido do nacional e do povo, e estar ao lado da soberania. A arte deve ser engajada, esclarecedora e nunca alheia a realidade nacional.

Em um contexto de descolonização são muitos os autores que vão propor uma conjugação da luta de libertação nacional e uma luta pela soberania cultural.

Autores como Franz Fanon, por exemplo, que olham para as mazelas da colonização sobre a África, e se aproximam muito das propostas de uma arte nacional e de se pensar a realidade a partir da questão nacional, assim estão próximos da proposta dos isebianos, ainda que estes não tenham lido o autor francês, mais interessante ainda se faz aproximação pois seriam personagens distantes geograficamente, mas próximos pelo contexto de suas épocas.

Escreve Fanon no seu celebre *Os condenados da Terra*:

A responsabilidade do homem de cultura colonizado não é uma responsabilidade perante a cultura nacional mas uma responsabilidade global perante a nação global, da qual, no fim das contas, a cultura não é senão um aspecto. Não deve o homem de cultura colonizado preocupar-se com escolher o nível de seu combate, o setor em que resolve travar o combate nacional. Bater-se pela cultura nacional é em primeiro lugar bater-se pela libertação da nação, matriz material a partir da qual a cultura se torna possível. Não há um combate cultural que se desenrole ao lado do combate popular (FANON 1979 p194)

Mas no Brasil será que o “autêntico” nacional-popular, e os movimentos vanguardistas como o concretismo na palavra e o tropicalismo na música estariam assim em campos tão assimetricamente opostos? Não existe entre eles um diálogo que usa como mediação a questão do desenvolvimento?

Afinal saudar o progresso e o avanço industrial pode ser também uma forma de criticar relações sociais pautadas ainda por uma visão de capitalismo dependente que agregou acúmulo de capital com relações pretéritas de dominação, pautadas por personalismo e ausência de competitividade.

Quando Tom Zé, por exemplo, considerado de certa maneira vanguardista por ser uma importante referência no quadro do tropicalismo, compõe *Parque industrial* e canta que: “o avanço industrial vem trazer nossa redenção”, para além da ironia, não há de fato alguma esperança de que a introdução de elementos

“modernos” na realidade brasileira possa mudar de alguma forma, pelo menos o panorama cultural brasileiro?

Parece haver por parte de ambos os lados, vanguardistas ou nacional-popular, uma crença nas possibilidades de mudanças que o desenvolvimento nacional pudesse trazer. Ainda que esta crença pudesse estar equivocada na medida que o subdesenvolvimento aparentava ser uma etapa prestes a ser superada, ambos os movimentos esperavam contribuir para superar o subdesenvolvimento e o atraso.

Heloisa Buarque De Hollanda em trabalho sobre movimentos culturais na década de sessenta nos alerta sobre o concretismo que nitidamente é classificado de vanguardista, mostrando que ali também havia uma certa utopia desenvolvimentista:

A utopia desenvolvimentista marcou profundamente a atuação do concretismo. Seu movimento era o de atualizar a modernização, trazer para o processo cultural brasileiro informações dos grandes centros, divulgar alguns de seus principais teóricos, escritores, poetas. Mas ainda que movida por um equívoco- a suposição de que esta informação estaria atuando para uma atualização do desenvolvimento, para a formação de uma ambiente cultural adequado à realidade de um país prestes a tornar-se desenvolvido -, a ação da vanguarda concretista foi fundamental para o debate cultural brasileiro. O concretismo, como preocupação e produção teórica, abriu um espaço de discussão inédito, interdito, inclusive, pelo populismo. (HOLLANDA 2004 p. 47)

Não fica em campo oposto a visão de Renato Ortiz, ao desmistificar a idéia de que os poetas concretistas tivessem abraçado idéias de internacionalismo sem nenhuma preocupação com o país. Para o autor de *A moderna tradição brasileira*, está presente no movimento a questão nacional, bem como a necessidade de projeto, elementos que na verdade são ressaltados pela primeira vez pelo movimento modernista da década de vinte:

Muitas vezes, a discussão entre os poetas concretistas e os setores ditos nacionalistas é apresentada como se os primeiros fossem realmente os críticos da questão nacional, abraçando a causa da internacionalização. Esquece-se, porém, que a própria idéia de “vanguarda construtiva e planificada” encerra em si a noção de um movimento cultural; como este Plano Piloto da Poesia de Décio Pignatari, que nos lembra tanto as exigências da época, a construção de Brasília e seu Plano Piloto. O próprio Haroldo de Campos, inspirando-se no conceito de redução sociológica de Guerreiro Ramos, propõe um “nacionalismo crítico” no campo da arte, onde seria possível reinterpretar, numa situação nacional, o dão técnico e a informação universal (ORTIZ, 2006 p.109)

Percebe-se assim que existiam muito mais elementos a aproximar, vanguardistas e nacionalistas bem como os pensadores do ISEB do que muitas vezes se ressalta.

Além do mais, nem os nacionalistas populares e nem os vanguardistas estão isentos de críticas em virtude de suas concepções e crenças. Existem equívocos e ingenuidades em ambos os campos.

São bem conhecidas as críticas que se fazem aos nacionalistas, seja no pensamento ou na arte de escamotear as relações de classes, os conflitos sociais e fazerem da questão nacional uma panacéia que resolveria todas as mazelas da sociedade brasileira.

Aos nacionalistas além de se imputar a culpa por esconder as diferenciações sociais sobre o manto do nacional, também se acusa de valorizar qualquer tipo de manifestação desde que fossem realistas e mostrassem a verdade, assim o talento, o sutil e o belo ficam relegados a segundo plano. Também se critica nos nacionalistas o sentimentalismo e o ufanismo em relação à nação.

Mas em relação aos vanguardistas, também não se constituiria enorme ingenuidade crer que as suas descobertas estéticas estão à frente da sociedade? Não haveria aqui entre os vanguardistas uma miopia, ao supervalorizar –se as suas descobertas, como se estas também, de alguma maneira, não estivessem direcionadas a interesses específicos nem que fosse o próprio mercado ?

Cantada em verso e prosa a crítica feita ao pensamento nacionalista de escamotear as relações de classe, e sendo assim muitos artistas que focam esta questão nacional entraram neste rol de acusações. Por outro lado muitos vanguardistas ao substituírem a questão nacional, pelos ícones do mercado, como a propaganda, não estariam fazendo o mesmo de forma ainda mais acentuada ?

Enio Squeff, tomando como exemplo os argumentos do concretista Décio Pignatari em favor da obra-publicidade mostra que:

Compreende-se que Decio Pignatari defendesse a propaganda como uma vendedora de ilusões que pressionariam o sistema. A visão de um produto inacessível, o trabalhador exigiria mais de seu patrão. O raciocínio é, em tudo, igual ao de um ministro da fazenda que, ao descartar a hipótese de agravar o capital, afirmava ser fundamental a existência de uma classe abastada e intocável ao lado dos assalariados cada vez mais

premidos por impostos: a emulação subsistiria na sociedade de mercado pelas diferenças abismais entre as classes; seria a sua razão de ser. O mesmo com a propaganda. Na medida em que colocasse a possibilidade de alcançar o produto a ser consumido, ela também seria democratizante. O poeta Decio Pignatari nunca questionou o fato de que não é preciso a publicidade para desencadear a luta de classes e que, pelo contrário, ao colocar a hipótese da ascensão sem questionar o sistema, a propaganda faz exatamente o inverso: tentar escamotear a realidade de que o acesso a certos bens é impossível a quem ganha o salário mínimo (Squeff & WisniK 2004 p.85)

Ao valorizarem em demasia o papel da propaganda, também poderiam cair em outra armadilha contraditória, que adviria do fato de então estarem não na vanguarda da sociedade, mas caudatária desta, uma vez que a explosão da publicidade seria de uma forma ou de outra, resultado do próprio desenvolvimento econômico da sociedade. Como continua mostrando Squeff:

[...]persistiria o fato de que foi a publicidade, ou antes, o papel que certos intelectuais passaram a desempenhar no processo a razão de sua posição ideológica, e não o contrário. Mas vem daí que o equívoco da vanguarda literária e musical radica precisamente na confusão dos termos de seu próprio papel nas sociedades. Por não questionar sobre sua função no processo desenvolvimentista- o que redundaria certamente numa avaliação do desenvolvimentismo juscelinista em si mesmo- a vanguarda brasileira da década de 50 e inícios de 60 deixou-se levar pelo entusiasmo de sua própria perspectiva algo reducionista. Se a arte acompanhasse *pari passu* o progresso na sua mecânica de inventiva compulsória, Poe este mesmo caminho viria a reboque a sociedade; a verdade da vanguarda não estaria na mensagem nova que lançasse, mas na própria dinâmica da sociedade, que teria sido identificada pela vanguarda e que os países por si mesmos descobririam no instante que trilhassem o caminho do progresso (IDEM p.86)

Colocada esta discussão sobre as concepções artísticas do período, e percebendo que havia elementos de aproximação, mas também de distanciamento entre vanguardistas e adeptos do nacional popular, e por outro lado que ambas correntes carregavam para além daquilo que havia de pertinente e inovador fragilidades no modo de conceber a atividade cultural parece ser claro que Vieira Pinto mais do que qualquer isebiano vislumbrou na cultura popular um caráter emancipatório.

Vieira Pinto compartilhava com outros isebianos, principalmente com Roland Corbisier a concepção de que de traços como a imitação, a transplantação, o desvio das questões relativas ao país, e a incorporação de estéticas metropolitanas, só

foram e continuavam sendo passível de superação com o próprio desenvolvimento econômico.

Assim só é possível se vislumbrar uma cultura e arte autêntica, após alguns graus de desenvolvimento e neste caso, Vieira Pinto provavelmente assinaria em baixo a tese de Corbisier que antes de 22 tínhamos uma pré-história da cultura brasileira. A idéia é de que quanto mais dependente o país é economicamente, mais inautêntica são suas formas de manifestações artísticas e culturais.

A sociedade em desenvolvimento começa a se mostrar ávida por cultura, e se em um primeiro momento passa a buscar inspiração em cenários alienígenas ao seu, logo passa a buscar inspiração dentro de si, e os estilos, literários, arquitetônicos, cinematográficos e até mesmo filosóficos entram em ebulição e assumem um caráter púbere e inédito, olhando e dizendo respeito à nação.

Entretanto, se a própria realidade nacional trata de deixar superada a obra daqueles que praticavam o mimetismo cultural, buscando inspiração no que produziam as classes abastadas das regiões metropolitanas, pois a seleta cultura nacional resulta da realidade nacional, Vieira Pinto nos chama atenção, que é com olhar dialético que se deve enxergar esta questão.

É necessário olhar dialeticamente, pois ao mesmo tempo em que a cultura nacional e resultado da realidade nacional, esta cultura também pode e deve desempenhar um papel ativo sobre o processo de desenvolvimento. Assim como a filosofia do desenvolvimento pode contribuir para o desenvolvimento a arte nacional também tem uma extrema colaboração neste sentido.

Faz-se importante dar voz ao autor ainda que em longo trecho para se perceber quão contundente ele é nesta dialética da cultura:

A cultura nacional não deve ser entendida apenas como expressão resultante das condições da existência nacional, pois constitui fator eminentemente ativo do processo de desenvolvimento pelo qual se engendra essa própria existência. Sendo autêntica, nela se refletem, nas modalidades e estilos que assume, as reivindicações populares, nela se manifestam os projetos de ação social que a comunidade sugere, nela vêm a luz os novos valores, os ideais nascentes que começam a reclamar vigência na consciência coletiva. Neste sentido deflui da cultura um efeito positivo sobre o processo do desenvolvimento, o qual é decisivamente influenciado pelas representações ideológicas, pelas teorias, idéias e exigências artísticas que esse mesmo processo permite se produzirem. Há, pois, uma relação dialética de ação recíproca entre os aspectos espirituais do desenvolvimento, representados pelas idéias e produtos da criação cultural, e os aspectos materiais em que se corporificam as transformações da realidade. Será tanto mais rica, extensa e original a cultura do povo

quanto mais adiantado o desenvolvimento das suas condições materiais de existência; mas, reciprocamente, quanto mais consciência adquirir da sua personalidade cultural, mais identificado se sentir com os objetos da sua criação científica ou artística, melhores recursos terá para compreender a sua realidade, e portanto mais eficazes instrumentos para nela intervir, modificando-a em seu proveito. Com o progresso do desenvolvimento, vai surgindo a consciência crítica mais rigorosa, exigente e exata (PINTO 1960b p. 506)

É justamente a cultura do povo, que exprime e unifica esta consciência crítica. A cultura popular exprimindo a consciência crítica ao mesmo tempo em que resulta do desenvolvimento contribui para que este ocorra em grau mais acentuado, esta é aposta do autor de *Consciência e realidade nacional*.

Enquanto alguns do ISEB, como Roland Corbisier, filiavam-se a partidos políticos (Corbisier disputou eleição pelo PTB) e logo se desiludiam com o partido, ou como outros que criticavam a incapacidade de renovação de métodos no partido trabalhista que o afastava da massa trabalhadora, caso de Guerreiro Ramos, Vieira Pinto ao invés de vislumbrar no partido o agente de transformações aposta e se aproxima da UNE e dos CPCs, defendendo vigorosamente a importância da cultura popular para a “libertação” dos grilhões de dependência, o que, aliás, o levou a experimentar um sentimento que poucas vezes tivera na vida, o sentimento de importância e reconhecimento:

Havia também um aceso debate sobre o caráter, alienante ou emancipatório, da cultura popular. Vieira Pinto tornou-se reconhecido, aliás fato raro em sua vida, como teórico do caráter emancipatório contido na cultura popular. Ganhou as graças da UNE e de seu veículo de intervenção cultural, o Centro Popular de Cultura, O CPC. (FREITAS 1998 p.30-31)

É inegável que a luta “cultural” bem como a “educacional” buscando popularizar a educação tem como finalidade incorporação de parâmetros “ideológicos” (entendendo aqui como arcabouço de idéias e não mistificação) que contribuísse para a aceleração do tempo ou para uma passagem ao desenvolvimento. O empenho e o contexto da luta cultural e educacional são ressaltados por Freitas, ao mostrar como ocorreu a projeção intelectual de Álvaro Viera Pinto:

Isso se deu a partir do seu empenho público em buscar um roteiro cognitivo capaz de historiar e instrumentalizar as idéias necessárias à aceleração do tempo. Naquele contexto, muitos intelectuais supunham que a intensificação das reformas de base haveria de pôr em questão a própria estrutura de poder político montada sobre compromissos locais, através dos quais o

mais atrasado continha o mais moderno. A expressão revolução brasileira, herdada do tenentismo, a partir dos anos 50 foi retomada assumindo outros significados. A mudança de sentido (teórico, político, partidário, etc.) dava-se pela incorporação de novos parâmetros para a análise econômica, o que influenciava o entendimento acerca da expectativa de se fazer uma revolução brasileira (FREITAS 1998 p. 31)

Talvez seja no binômio cultura e educação que se assentam os pilares da consciência crítica de Vieira Pinto. A educação é ressaltada várias vezes por Vieira Pinto, como tendo alta prioridade no tema do desenvolvimento nacional. Educação entendida não como processo formal desligada da realidade do trabalhador, daí sua proximidade com Paulo Freire.

Além de o processo educacional ter sido elaborado a partir da realidade social do educando, este processo deveria focar-se principalmente nas massas trabalhadoras e no setor popular. Denunciando que a escola e principalmente a universidade, naquele momento, em grande medida eram um reprodutor de privilégios, pois continham um viés altamente elitista, Vieira Pinto clama:

[...]a educação, consistindo no processo pelo qual se expande e multiplica a consciência social útil, tem de ser fundamentalmente popular. O desenvolvimento implica o progresso da consciência, e este se acelera pela educação, mas para que isto aconteça faz-se preciso que a educação vise à totalidade das massas trabalhadoras e se descaracterize cada vez mais como privilégio das elites. A elaboração da teoria educacional exigida pelo presente como uma das mais difíceis tarefas das forças de vanguarda do nacionalismo (PINTO 1960b p 502)

E inegável a preocupação de Vieira Pinto com a educação como precipitador da consciência crítica e a insistência em que esta tinha um caráter social e histórico.

Neste sentido, o educador possuía uma missão e esta ao transformar as pessoas trazendo-lhes um conteúdo crítico, tinha também como finalidade transformar a própria nação.

Tal ideário está contido em quase os textos isebianos de Álvaro Vieira Pinto, mas pode ser também comprovada pela elaboração do texto *Sete lições de educação de adultos* (1991). Do Vale nos mostra ao comentar o livro :

Ele insistiu de início, que a educação tinha caráter social e, portanto, histórico; se a sociedade fosse democrática, os interesses dominantes teriam de ser os do povo. Assim educação era um fato humano, encontro entre consciências livres, encontro dos educadores entre si e com os alunos. Em preparação permanente o educador-junto com o filósofo e o sociólogo – necessitava possuir noção crítica do próprio papel, refletir sobre o significado da vida profissional, as circunstâncias que determinavam a sua missão e a finalidade de sua ação. Tal finalidade tinha de ser nacional:

transformar a nação. O educador, como o pedagogo, era chamado a produzir o saber e não a imitar o que em outras nações se produzia. A alienação do mimetismo ou da transplantação não mais se justificava depois de a sociedade ter adquirido suficiente consciência de si

Do ponto de vista antropológico-sociológico, Vieira Pinto falava ainda do educador de adultos: como formador da consciência crítica, e o adulto crítico por sua vez, não aceitaria largar o próprio meio para apenas satisfazer-se em ser técnico. Na verdade, a atividade educadora, eminentemente social, só era válida se o educando admitisse participar dos acontecimentos no seu meio vital.(DO VALE 2006 p.119-120)

IV- Álvaro Viera Pinto e os intelectuais do ISEB

Nesta parte do trabalho, a finalidade é de se chegar a um entendimento do papel desempenhado pelo intelectual Álvaro Viera Pinto em particular, e pelos Isebianos em geral, nas relações que estes travaram no interior da sociedade brasileira, ao utilizarem-se do instituto como centro divulgador de seus ideários.

A pergunta motivadora deste capítulo, talvez diga respeito à tentativa de elucidação do tipo de intelectual que eram aqueles integrantes do ISEB que ousavam refletir sobre a realidade nacional daquele período, ao mesmo tempo em que propugnavam formas de ações que colaborassem para o desenvolvimento e autonomia nacional.

Até este momento do trabalho percebeu-se, que os intelectuais que compunham as hostes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, de uma forma mais contundente ou de maneira mais branda, tinham uma nítida proposição de interferência na realidade nacional, ou dito de outra maneira, acreditavam ser portadores de uma capacidade de colaborar para fomentar o desenvolvimento nacional.

Neste sentido, estes intelectuais não cumpriam meramente um papel de cléricos que se limita a observar a realidade á distância encastelados nos seus postos de pensadores diletantes.

Tal situação acaba por remeter a uma delicada discussão, que diz respeito ao papel que o intelectual deve exercer ao analisar a sociedade. Deve este se manter em um posicionamento de distanciamento, ou deve procurar interferir ao máximo na realidade exercendo inclusive atividade pública, ou mesmo atividade diretamente relacionada as “diabólicas forças da política”?

Ao enveredar-se para esta delicada discussão tomando como parâmetro a questão acima, logo pode vir à mente uma tradição crítica a postura do intelectual que estaria se desviando de sua posição desinteressada, ao exercer posições públicas ou políticas.

Esta postura crítica em relação ao exercício de poder por parte do intelectual, parece ter em Julien Benda, um dos principais expoentes. Em seu clássico texto *A*

traição dos intelectuais a crítica aos intelectuais que fogem a sua função esta posta de forma pormenorizada.

Para início de contenda, a própria definição do autor de intelectual já remete ao carácter não prático de tal atividade. Ao introduzir o assunto mostrando que vai analisar a atividade do intelectual, diz Benda:

[...]estou falando desta classe de homens a que chamarei de *intelectuais*, designando assim todos aqueles cuja atividade, na sua essência, não perseguem fins práticos, mas que procurando satisfação no exercício da arte ou da ciência, ou da especulação metafísica, enfim, na aquisição de um bem não temporal, dizem de certo modo: “Meu mundo não é deste mundo” (BENDA 1999, p.66 in BASTOS E REGO orgs).

Nesta linha de raciocínio, o autor mostra que ao longo de dezenas de séculos, filósofos, literatos, artistas e cientistas, cumpriam o papel de intelectuais, pois se opunham formalmente ao realismo das multidões, ficando simplesmente alheios a paixões políticas, ou por estarem debruçados sobre valores opostos as paixões políticas, como a questão da natureza humana, da justiça, etc.

Benda mostra que no final do século XIX é que uma mudança crucial acontece e então os intelectuais desvinculam-se de sua função desinteressada e passam a fazer o jogo das paixões políticas.

Naquele momento os intelectuais passam a achar legítimo contribuir com sua sensibilidade artística, se este for alguém que tenha talento para tanto, ou com sua força argumentativa se este for um pensador, para as causas políticas dos leigos.

Tal postura contribui para o intelectual descer juntamente com o leigo para a praça pública e além de participar do jogo das ações políticas, pretender ser o porta-voz das causas dos leigos.

Agindo assim, ocorre a traição da sua função desinteressada de clérigo, por que inclusive este intelectual, passa a ser crítico com aqueles que se fecham dentro da esfera artística ou científica e se desinteressam pelas paixões da política da cidade.

Na realidade Julien Benda é originário de uma tradição de pensadores que enxerga como mais que possível, necessário, fazer uma distinção entre razão e emoção, o intelectual deve ser nesta concepção um racionalista absoluto, que acima de qualquer motivação passional coloca os valores do justo, belo, etc.

A época que vivenciava o autor de *A traição dos cléricos* percebeu se tratar de um período em que a razão teria sido colonizada pela emoção, em outras palavras, uma época de prevalência de irracionalismos, não sem sentido, ele cita autores como Nietzsche, Bergson, de forma crítica por serem expoente deste pensamento não racional.

De forma sintética para não se perder de foco a retomada com o diálogo e a concepção teórica e prática dos isebianos, especificamente de Álvaro Viera, para Benda os intelectuais estariam acometidos de um espírito de traição por se deixarem levar pelas paixões.

Indubitavelmente a paixão primordial a contaminar os corações e mentes dos intelectuais era a paixão política, e quando esta se torna preponderante acaba por subordinar valores universais a valores específicos, como de uma classe, grupo ou nação. Carregado de pessimismo, Benda escreve :

E então os intelectuais adotam as paixões políticas. Ninguém há de negar que hoje, por toda a Europa, a imensa maioria de literatos, artistas, um grande número de cientistas, de filósofos, de “ministros do divino” têm a sua parte no coro do ódio entre raças, das facções políticas; menos ainda, haverão de negar que adotam paixões nacionais (IDEM p 67).

Antes mesmo de se iniciar um diálogo crítico com as teses de Benda, por ora, tomando-se como argumento sólido que ao se moverem por paixões políticas os intelectuais traem sua função, sendo isto motivo de consternação, cabe perguntar se os isebianos seriam traidores de suas funções ao descerem a esfera pública e política da participação no poder político.

É sabido, que de uma forma ou de outra, os isebianos não propunham uma teoria “desinteressada”, sendo nítida a proposição de um engajamento para transformação da realidade nacional.

No caso de Álvaro Viera Pinto, como visto no capítulo anterior, este engajamento vinculava-se muito mais em uma luta na esfera cultural e educacional. Alguns outros isebianos foram mais explícitos na ânsia de intervenção política candidatando-se a cargos eletivos, caso de Roland Corbisier candidato a deputado pelo PTB, ou mesmo Guerreiro Ramos que mesmo não se candidatando, empreendia um íntimo diálogo com este mesmo partido.

Ora, acautelando-se para não impor-se uma outra acusação aos isebianos, além daquelas que já pesam sobre os membros do instituto, é preciso tentar

compreender que tipo de engajamento estavam propondo e que tipo de intervenção vislumbravam antes da imposição da pecha de traidores do saber.

Primeiramente para usar a linguagem de Weber(1993) ao analisar a política como vocação , não se encontra nem mesmo a possibilidade de classificarmos os isebianos como homens da política, uma vez que não vivem para a política e nem da política, ou das duas formas ao mesmo tempo como é próprio dos homens “políticos”, segundo a interpretação weberiana.

Sem querer alçar vôos mais altos e assim se perder vista o solo pelo qual se deve estruturar este trabalho, mas só para completar-se o raciocínio, se usarmos a concepção Weberiana tentando uma classificação do ISEB, este seria colocado próximo aos sábios de um estágio anterior da “profissionalização” da política.

Weber mostra que os políticos profissionais surgem após a luta do príncipe contra as ordens feudais, e que este buscou apoio nas camadas que não tinham compromisso com estas ordens e que estavam politicamente disponíveis.

Pertenciam as categorias politicamente disponíveis e descomprometidas em primeiro lugar os clérigos, dos países cristãos europeus como de muitos países orientais como a Índia, a China, Mongólia e Japão. Em segundo lugar estavam os letrados com formação humanística.

A utilização da análise de Weber, para o Iseb pode ser imprecisa, imperfeita e deslocada de contexto, mas aqui vale a argumentação no sentido de se entender o instituto como órgão não político e sim consultivo e neste caso o intelectual isebiano não estaria desempenhando um papel completamente desvinculado do papel de clérigo e a “traição” não parece ser tão contundente, tomando-se como parâmetro a acusação de Benda contra o intelectual contemporâneo.

Mais vale para a classificação ou qualificação do Instituto, ir além de algum adjetivo e se compreender que os isebianos aproveitando-se de uma conjuntura específica dos anos cinqüenta, conseguiram talvez realizar duas façanhas.

A primeira a despeito do amplo espectro, de concepções ideológicas que configurava-se no interior do ISEB, tinham uma atuação que os unia na divergência, pelo menos até certo momento, tendo como ponto básico o entendimento do país e fomentação de uma ideologia do desenvolvimento.

O segundo aspecto e que de fato aqui interessa para o propósito do capítulo, é que os isebianos parecem ter conseguido, com relativo sucesso, fazer a transação entre a política e a cultura, nem mergulhando de cabeça nos propósitos da primeira e nem se desvinculando completamente da segunda, ou seja, não perdendo a especificidade da produção acadêmica.

É bom ressaltar, que nos anos cinqüenta, alguns intelectuais que mais tarde comporiam o ISEB, foram chamados a atuar na esfera do estado exercendo funções técnicas, como Helio Jaguaribe, Rômulo de Almeida e outros.

Em síntese, muitos intelectuais tiveram papel operacional na esfera estatal antes de cinqüenta e cinco, mas a criação do instituto naquele ano garantiu a institucionalização de um espaço com acentuado grau de autonomia política.

Evidente que a pretensão dos isebianos era a modificação da estrutura social e política do país, mas a tarefa que se impunham era meramente pensar a realidade e contribuir para que os que faziam a política se incumbissem de implementar transformações. Por esta razão, os isebianos parecem ter tido mais sucesso nos círculos das artes e da educação do que nos círculos da política.

Para fechar este argumento, oriundos de campos ideológicos diversos³⁹, conseguiram conhecer relativa unidade e propor um projeto coletivo, ao mesmo tempo em que conseguiam se manter com certa autonomia em relação ao exercício do poder político.

Sobre a origem e diferenças entre os isebianos no diz Pereira:

De origens sociais diversas, com orientações ideológicas e políticas distintas, conseguiu reunir-se e formular um projeto coletivo e

³⁹ Para se ter uma idéia da heterogeniedade do grupo isebiano pode –se recorrer a panorama elaborado por Miglioli : “intelectualmente, essas pessoas formavam um grupo bastante heterogêneo, não só por suas especializações profissionais, mas também por suas orientações teóricas. Álvaro Viera Pinto fez toda a sua carreira como professor de Filosofia, lecionando na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro) e depois também no ISEB; originalmente eclético, foi –se especializando em Hegel e acabou aproximando-se de Marx moderadamente. Candido Mendes era dono da Faculdade que leva seu nome e incluía-se entre pensadores católicos. Roland Corbisier, sem ligação específica com qualquer departamento, mas articulador político com as esferas governamentais, era um enigma intelectual. O sociólogo Júlio Barbosa não deixou traços. Nelson Werneck Sodré era coronel do Exército e não escondia sua filiação marxista. Os dois economistas, sem destaque, talvez se aproximassem da corrente da CEPAL na época ou simplesmente eram independentes, aí também circulava Gilberto Paim, mas, embora sem pertencer aos quadros do ISEB, os economistas admiradores eram Celso Furtado e Ignácio Rangel. Guerreiro Ramos também sempre foi professor, enquanto Helio Jaguaribe foi professor, advogado praticante e homem ligado a negócios, é difícil identificá-los por suas ligações teóricas, mas pelo menos tinham em comum: a não-aceitação do marxismo. Em suma, o ISEB não seguia uma linhagem teórica única” MIGLIOLI 2005 P.63-64) .

abrangente visando alterações na estrutura econômica e social do país, por um lado, e modificações nas condições da educação e da cultura brasileiras, por outro. Esse projeto teve mais sucessos no campo da educação e da cultura do que na intervenção política no campo econômico. Tratava-se de um grupo que conseguia extrair das diferenças internas propósitos coletivos e articulados com os interesses e motivações de cada um. (PEREIRA in TOLEDO (org) 2005 p 125)

Parece, portanto, que os isebianos conseguiam realizar uma síntese bastante interessante, qual seja a de conciliar não só origens e interesses divergentes em um projeto teórico comum como também de empreender uma enriquecedora experiência capaz de conciliar atividade intelectual e tentativa de influenciar as esferas da cultura e política no sentido de desvendar os enigmas nacionais e fomentar o desenvolvimento.

É interessante notar que mesmo conseguindo institucionalizar-se por decreto governamental em 1954, o instituto manteve quase que inteira independência e autonomia frente à esfera da política, apesar de grande dependência orçamentária vinculada ao ministério da educação e cultura.

Tal fato é comprovado pelo não exercício de cargos nos governos, por parte dos componentes do ISEB, nos anos de existência do instituto.

Assim, ainda que desejando influenciar o exercício do poder político estes não o exerciam de fato e pode se dizer, como já mencionado em outra parte deste trabalho que nem se quer conseguiram influenciar em demasia a aplicação de uma política concreta vinculada as teses do Instituto, uma vez que principalmente no governo JK, em muitos aspectos o que se aplicava era oposto ao que apregoavam os isebianos, principalmente na questão da aplicação do capital estrangeiro.⁴⁰

Tanto parece ser verídico o mote de que a ação dos intelectuais do ISEB foi muito restrita, que seus membros longe de perderem a sua aureola de pensadores humanistas, permaneceram muito mais vinculados a estas características, do que homens da ação com componentes de experts, de técnicos. Nesta linha de argumento que Alzira Alves de Abreu ao analisar a ação políticas dos isebianos, conclui :

⁴⁰ Sobre a política econômica do Governo JK ver CARDOSO 1978

O ISEB, embora tenha conseguido atingir amplos setores da opinião pública e tenha tido acesso a setores da burocracia civil e militar, não logrou influenciar os centros de tomada de decisão na dimensão necessária à adesão ao seu projeto de desenvolvimento. As razões desse insucesso devem ser relacionadas à posição ocupada pelos membros do grupo no conjunto da intelectualidade brasileira, às condições sociais do país e à etapa em que se encontrava a industrialização. No momento mesmo em que se constituía o ISEB, ocorriam mudanças na sociedade que levaram à imposição da voz do técnico, do especialista, do *expert*, em detrimento do intelectual humanista, na definição do tipo de desenvolvimento a ser implementado. (ABREU in TOLEDO 2005 p 115)

No caso de Álvaro Vieira Pinto, que restringe as suas atuações e preferências para pensar e dialogar com os atores do âmbito da cultura e educação, tem-se que tentar pensar uma outra classificação para que espécie de intelectual ele seria. Ou colocado de outra forma estaria Álvaro Vieira Pinto tão contaminado por suas teses que se esquecendo de um Juízo crítico teria traído sua condição de intelectual?

É importante sempre lembrar, e aqui mais uma vez vale a menção que o autor de *Consciência e realidade nacional* se aproxima dos artistas dos movimentos da cultura popular como o do Centro Popular de Cultura (CPC) da UFRJ se colocando a disposição para o debate e esclarecimento sempre sobre questões que contribuíssem para o esclarecimento crítico da população sobre aspectos da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que escreve e debate sobre educação e a questão da universidade no país.⁴¹

Neste sentido, não se pode dizer que ocorreu uma traição categórica sobre a condição do intelectual nos moldes do próprio Benda uma vez que as esferas em que Vieira Pinto envereda não são aquelas específicas da posição pública ou política.

É verdade que muito provavelmente Julien Benda, condenasse o extremo engajamento do autor brasileiro com as teses do nacionalismo, do desenvolvimento etc, mas mesmo neste extremado autor que reflete sobre a condição do intelectual, existe certa abertura para a alguma militância⁴².

⁴¹ Já se mostrou em capítulo anterior a aproximação entre AVP e a cultura e educação, mas sobre esta aproximação pode –se consultar VALE (2006) e FREITAS 1998.

⁴² O diálogo com Benda é empreendido não por considerar-se suas teses corretas ou irrefutáveis, mas apenas por ser se colocar como modelo de intelectual que repudia a o enjamento político, ou seja, toma-se aqui Benda como tipo ideal de intelectual crítico a participação política. O próprio Benda se classifica como sectário em relação aos valores que entende ser os valores dignos da atividade intelectual.

Benda admitia a condição de engajamento ou militância do intelectual desde que tivesse consciência da ineficiência da sua atuação perante a possibilidade de transformação do mundo e que esta militância estivesse pautada pelos nobres valores do bem, do belo, do justo etc.

O autor de *A traição dos clérigos* prefere os contempladores, mas não descarta os militantes. Como mostra BOBBIO:

Benda não pretendia condenar indiscriminadamente os intelectuais militantes. Aceitava-os desde que respeitassem essas duas condições: a) pregar a religião do justo e do verdadeiro (e não aquela do interesse do próprio grupo), b) pregá-la com a consciência da sua ineficiência prática (não com a pretensão de salvar o mundo). (BOBBIO 1997 p 47)

Com relação à primeira preposição pregar a religião do justo e do verdadeiro, em detrimento do interesse do grupo, pode se dizer que os isebianos e especificamente Álvaro Vieira Pinto, colocavam uma causa na dianteira de suas atuações, que era o nacionalismo e o desenvolvimento, podendo se argumentar das limitações e equívocos desta causa, mas ela de alguma forma transcendia os interesses individuais dos componentes do grupo.

Por outro lado, é inconteste que não havia uma consciência da sua ineficiência prática, os isebianos pretendiam “salvar o mundo” entendendo evidentemente este “mundo” como o mundo brasileiro, ou seja, era possível com a contribuição teórica dos isebianos colocar o país em outro nível de desenvolvimento e possibilitar a libertação da dominação estrangeira. Neste caso, os isebianos destoam bastante da proposição de Benda.

Entretanto, designadamente em relação a Álvaro Vieira há algo a aproximá-lo de uma classificação do tipo de intelectual proposto por esta tradição racionalista que culmina no pensamento de Benda.

A aproximação referida diz respeito à defesa intransigente da democracia. Em Benda, como em Vieira Pinto, tal questão está colocada. Ambos acreditam ser a democracia o único regime digno de ser defendido com todo ardor pelos intelectuais, neste caso para os dois, o intelectual jamais pode vacilar com relação à defesa dos valores da democracia.

No primeiro capítulo deste trabalho viu-se como o autor brasileiro desvincilhando-se de toda uma tradição elitista enxerga até filosoficamente na

democracia o sistema ideal, pois expressa o grau de desenvolvimento da nação, e logo a democracia seria o auto-esclarecimento da nação, necessária e educativa.

O autor francês também empreende uma defesa sem transigência da democracia, ainda que por motivos diversos daqueles do autor brasileiro. Benda está muito mais próximo de uma tradição elitista, mas enxerga na democracia a possibilidade de defesa dos valores do belo, do justo e da liberdade.

Vale lembrar que uma preocupação acentuada de Benda era com a ascensão de regimes totalitários como o nazismo. Assim defende sem vacilos a democracia, pois:

A democracia é para ele, o único regime digno de um clérigo, pois é o único regime que: a) na ordem espiritual, proclama a supremacia dos valores absolutos da justiça e da verdade, ao passo que os regimes “pragmáticos” não reconhecem outro critério do justo e do verdadeiro que não a utilidade da classe dominante; b) na ordem política, proclama o princípio fundamental do respeito à pessoa humana. Com sua paixão pelas distinções claras, vê dois fins fundamentais a que visam as sociedades históricas: a liberdade e a organização. A democracia tende ao primeiro, os Estados autocráticos, ao segundo. E como os dois fins são compatíveis, democracia e autocracia estão destinadas a se confrontarem. De resto, os inimigos da democracia- seja esta aversão derivada da sede de conquistar o poder ou de literatos que vêem na democracia o sufocamento das fortes emoções de que necessitam – são sempre representantes daquela luta da paixão contra a inteligência, daquela revolta do instinto contra a razão, objeto constante de sua obstinada e desesperada polêmica (IDEM p 48)

A longa citação deve ser desculpada, mas esta se fez necessária, pois se utilizando das palavras de Norberto Bobbio, pode-se demonstrar com exatidão o pensamento do autor em relação à necessidade de defesa da democracia, como fundamento da salvaguarda da razão.

Assim percebe-se que, por caminhos ainda que muito distintos, o francês e o brasileiro chegam mais ou menos no mesmo local, que seja a defesa intransigente da democracia.

Porém, esta discussão sobre a racionalidade, neutralidade do intelectual contribui para se pensar uma outra questão relativa ao questionamento de até que ponto o autor de *Consciência e realidade nacional*, não acabou por se deixar seduzir em demasia por suas teses nacionalistas e deturpou a análise do real, deixando a paixão se sobrepor a razão.

Em outros termos é preciso analisar agora se os conceitos como os de consciência nacional, realidade nacional e mesmo cultura nacional não teriam sido sobrevalorizados, chegando perto de certo xenofobismo e ocorrendo uma espécie de mistificação que contribuiria para deturpar o papel exercido pelo intelectual do ISEB, que aí sim poderia estar próximo de um fabricante de ideologias.

O que contribui favoravelmente para a defesa do autor, é que como foi visto no capítulo segundo deste trabalho, ao confeccionar o seu conceito de nacionalismo, Álvaro Viera Pinto toma todo um cuidado para mostrar a distância que têm de um nacionalismo xenófobo, e como foi mostrado apregoa uma espécie de “nacionalismo-internacionalista” terceiro mundista, vislumbrando que não teria condições do país se desenvolver e conseguir de fato independência econômica solitariamente sem vislumbrar-se uma saída em conjunto para os países dependentes.

Partindo-se dos pressupostos desenvolvidos no capítulo segundo, não se poder-se-ia cair agora na tentação de classificar-se o nacionalismo de Viera Pinto de xenófobo e portando apaixonado, assim precipitando-se para uma traição da razão contaminada pela emoção.

Conceitualmente voltando-se o olhar para o capítulo segundo, parece não ser possível a crítica de nacionalista exacerbado para Álvaro Vieira Pinto, entretanto a sua construção semântica deu margem para que alguns vissem em sua obra este defeito.

Dando voz ao autor brasileiro, talvez fique mais fácil julgar se suas palavras contêm exageros que podem danificar a interpretação de sua obra:

A consciência crítica (...) serve-se da lógica que induz da própria realidade onde se oferece tal problema. Ora, essa lógica, como tivemos ocasião de indicar, não é nem formal nem abstrata, antes é a forma e a lei da reflexão que abrange e exprime o mundo a partir de um contexto histórico e social definitivo, mas concretamente definido, mais concretamente ainda, de um ponto de vista nacional, aquele a que pertence o pensador. Por conseguinte, a lógica em função da qual certo estado da realidade, que aparece como problema, eventualmente receberá solução, é parte dos modos de inserção do homem no seu âmbito circunstancial, nacional. (PINTO 1960(b) p.175)

Perfeitamente compreensível, como já foi demonstrado em partes anteriores do trabalho que em virtude de um contexto intelectual nacional, cheio de lacunas em

relação à interpretação da nação, houvesse um forte apelo de entendimento do país sob o prisma da sua própria realidade.

Entretanto, a pergunta que se faz necessária neste momento é que pelo sentido das palavras acima estaria vetado então o entendimento do país, por pesquisadores que não submergissem da própria realidade nacional?

Se tanto o problema a ser sanado e sua solução, como fica clarificado no trecho acima pelas palavras de Viera Pinto, se circunscreve à realidade nacional, ou é induzida dela própria, mesmo um competente intelectual oriundo de outro centro de saber, não poderá desvendar a realidade nacional, bem como um brasileiro poderia interessar-se por objetos relativos a problemas específicos de outras nacionalidades.

O que contém de perigoso nestas afirmações de Álvaro Viera é que ela pode levar ao questionamento da própria objetividade da ciência, pois sempre a verdade transparece da própria realidade nacional, segundo parece sugerir a lógica proposta por Viera Pinto.

É mais ou menos neste sentido, o de questionar o ato científico na obra do autor, que vai a preocupação de alguns teóricos leitores da obra do filósofo brasileiro.

O pensador francês Gerard Lebrun coloca algumas críticas para a leitura de *Consciência e realidade nacional* que merecem ser ouvidas, a partir do pressuposto do saber circunscrito ao âmbito nacional:

Se o autor pretende dizer que o ato científico é inseparável das condições sociais, materiais e até mesmo nacionais que o motivam, já que “consideramos a nação como o continente de todas as condições de minha realidade social”, esta frase exprime uma verdade de bom senso. Se pretende dizer, todavia, que o próprio conteúdo do enunciado teórico não é inteiramente inteligível sem a referência à inserção social e nacional do sábio, nega a especificidade da ciência ou, ao menos, não nos permite instituir uma diferença de natureza entre o produto ideológico, como a obra de arte, e o produto científico, como a teoria física(LEBRUN in TOLEDO (Org) 2005 p 176)

É bem verdade, que em algumas passagens Álvaro Vieira Pinto alerta para a diferença entre as áreas do conhecimento, assim, por exemplo, leis da física como a inércia independe do local histórico em que os fenômenos ocorrem, obviamente a lei da inércia, por exemplo, tem um componente universal, segundo reconhece o próprio Álvaro Viera.

Mas mesmo fazendo a distinção, talvez ainda haja certa fragilidade em relação à questão da objetividade que parece estar na concepção do filósofo muito mais próxima da idéia de autenticidade, ou seja, daquilo que é autenticamente nacional e se opõe a uma consciência ingênua contaminada pelo conhecimento estrangeirado e importado.

Neste caso, pode soar nebulosa certa e necessária objetividade, pois parece ser quase sinônimo nas palavras do autor de *Consciência e realidade nacional*, a idéia de consciência e ciência, não haverá algo que distinga estes termos?

Esta questão relativa à objetividade levanta muitos elementos para a reflexão, e Vieira Pinto não passou incólume aos possíveis equívocos que a sua obra poderia sugerir.

Como mostra Lebrun empreendendo um diálogo com a obra de Vieira Pinto e procurando elencar alguns possíveis equívocos, o trecho abaixo se faz importante neste momento :

Não pretendemos que a palavra “objetividade” possua o mesmo conteúdo em física e em sociologia, mas a) que deve conservar um conteúdo em ambos os domínios , b) que uma coisa é ciência e outra, a mera *tomada de consciência*. Ora, parece-nos que o autor confunde estas duas coisas no caso das ciências humanas e, quando se trata das ciências da natureza, acaba até mesmo por subordinar a ciência à *tomada de consciência*. Pois : 1º) a ciência física é apresentada como mera *tomada de consciência* das leis da matéria; 2º) a objetividade que lhe é própria só adquiriria sentido em última análise graças à sua inserção na “racionalidade imanente à existência histórica como validade para toda ordem de fatos empíricos, naturais e sociais”; 3º) “ A lógica como a ética não pode ignorar a circunstância existencial”. Esta maneira de situar a ética e a lógica no mesmo nível já é incômoda. (IDEM p 177)

É preciso refletir sobre tais argumentos, pois se trata de um autor formado no arcabouço teórico da filosofia dialogando com outro autor de mesma formação e ainda que árida a discussão, parece ser pertinente, ao pontuar a questão da objetividade da obra *consciência e realidade nacional*.

Entretanto parece ser importante ressaltar que possíveis deslizos e erros do autor brasileiro, não inviabiliza a concepção geral daquela obra e muito menos de toda uma trajetória construída ao longo do seu processo de produção, o que coloca Álvaro Vieira Pinto em local privilegiado no que diz respeito a sua originalidade na história do pensamento social brasileiro.

Na caso a originalidade parece proceder justamente da pretensão de se entender a especificidade da realidade nacional, que sob o prisma de alguns analistas conduziria a obra de Vieira Pinto a uma falta de rigor científico, que o encaminharia para um subjetivismo e para uma ausência de componentes de universalismos.

Lebrun é contundente na crítica da fragilidade do universalismo na obra de Vieira Pinto e mencionando Marx e outros autores, mostra que estes teóricos elaboram seus conceitos a partir de certa realidade dada, mas com pretensões universais. Diz Lebrun ao criticar a possível fragilidade de Álvaro Viera ao desejar adaptar conceitos universais ao que é específico da realidade nacional:

Se agora se afirma que as categorias do pensamento universalista devem ser *adaptadas* a cada realidade nacional e a cada um de seus momentos, então é preciso dar exemplos desta adaptação; distinguir, antes de tudo, os conceitos heurísticos das ciências humanas e os conceitos ideológicos puros. (IDEM p.179)

Para Lebrun a ausência de distinção desta adaptação sem referencia ao conceito e autor que se deseja adaptar a realidade nacional, leva a um subjetivismo, e pode –se dizer também por esta linha de raciocínio, a perda da dimensão de universalismo e totalidade dos conceitos.

No entanto se tentarmos exercitar a hipotética resposta de Viera Pinto a tal colocação, provavelmente este mencionaria que está partindo sim de um paradigma de objetividade, pois analisa a realidade nacional e induz dela própria o que é real e objetivo. A subjetividade neste caso consistiria em tentar usar conceitos elaborados em outras realidades e tentá-los forçosamente adequá-los a situação nacional.

Na realidade o que Álvaro Viera Pinto procura fazer é um caminho inverso de raciocínio do autor francês, chamando atenção, em várias de suas obras de que como muitas vezes sob a áurea de objetividade, totalidade, o que se faz é impedir o país de pensar por si mesmo, e conseqüentemente se reduz a possibilidade de o país buscar caminhos alternativos de desenvolvimento, de organização de suas instituições e de sua própria cultura.

Muitas vezes a totalidade a que se referem os teóricos dos países desenvolvidos não é senão, uma totalidade “técnica” e científica, a impor as outras regiões um padrão econômico, cultural, educacional, único.

Ora, não seria justamente rompendo com certo modelo de objetividade, de totalidade, que muitos autores na história do pensamento social brasileiro, conseguiram dar uma extrema colaboração na interpretação do país e passaram a ser referenciados inclusive internacionalmente.

Para exemplificar pode-se mencionar o caso de Paulo Freire, pensador bastante próximo do arcabouço e trajetória teórica de Álvaro Vieira Pinto. É sabido que aquele pensador conseguiu elaborar uma teoria –pedagógica, bastante original e com componentes de universalidade, mas que possivelmente só poderia ser elaborada em centros não desenvolvidos, como no Brasil, onde a opressão sobre certos extratos sociais era muito mais nítida e visível.

Não foi preciso apenas reproduzir o que a teoria pedagógica consagrada nos grandes centros com sua áurea científica e de objetividade, poderiam propor, foi –se buscar especificidades de uma realidade nacional vivenciada.

Vieira Pinto mostra, em grande parte de sua obra, que temos que pensar que o que caracteriza a nossa totalidade é de ela ser uma totalidade em conflito, pensar objetivamente é pensar no conflito entre a totalidade da realidade nacional, caracterizada pela exploração em oposição a uma totalidade de nações que nos impõe dominação.

Quando Vieira Pinto se interessa por exemplo em investigar o *conceito de tecnologia* ele volta a colocar a questão da universalidade dos conceitos, e novamente mostra a necessidade de relativização da questão da totalidade. Diz o pensador brasileiro:

Não devemos renunciar ao conceito de totalidade, pois somos os que mais dele necessitam, só nos sendo lesivo nos termos que nos é imposto. Apenas não o empregamos, à maneira dos teóricos do “mundo alto”, para envolver numa massa amorfa elementar povos e indivíduos inteiramente diversos, com interesses antagônicos, a maior parte dos quais têm por projeto de existência, justamente para que entrem a participar da “era tecnológica”, abrir luta contra a condição subalterna. É preciso

denunciar as disparidades, ou seja, romper o círculo infernal de uma falsa totalidade em que dominadores nos querem encerrar, sob o pretexto de participarmos todos do mesmo mundo, unificado pela ciência e pela técnica, chegada agora a um grau de progresso tal que ninguém as pode recusar mas também não tem o direito de nem dar-se ao devaneio de criá-las por conta própria, sem possuir a vantagens de potência maior. O corolário deste sofisma consiste em estarmos todos obrigados a aceitar as condições a nós impostas, único meio de participarmos da civilização. Contra essa errônea e insidiosa uniformização é que nos pronunciamos.

A totalidade por nós referida, e que constitui um dos conceitos fundamentais de nossa concepção do mundo, é de ordem objetiva. Pertence a um processo histórico, expresso em categorias dialéticas. É uma totalidade feita de contrários em conflito. A menção e o exame desse conflito constituem o fator imprescindível para compreender-se o verdadeiro caráter do nosso tempo. (PINTO 2005 p 47)

O trecho citado acima, está contido em uma obra do ocaso da vida do autor, publicado inclusive postumamente, mas se for retomada toda a trajetória de desenvolvimento do pensamento do autor, se perceberá que desde de suas primeiras exposições teóricas como Isebiano, sempre está colocada a necessidade de se pensar o conjunto, de se pensar universalmente.

Pensar a questão da totalidade, do conjunto, não se esquecer do universal perdendo –se na especificidade do objeto, não só nunca deixou de ser reiterado, como em alguns momentos de sua produção passa a ser um dos principais objetivos filosóficos, pelo menos no que diz respeito à fase isebiana em diante.

Um dos clamores do autor de *consciência e realidade nacional*, sempre esteve atrelado a uma crítica a opacidade e nebulosidade da visão de nós mesmo, que para Viera Pinto decorria da falta de um arcabouço universalizador em nossa consciência de país dependente.

Para Álvaro Viera Pinto, seria fundamental que utilizássemos instrumentos da filosofia para superar a nossa finitude de visão, pois segundo o autor, havia ausência de elementos de reflexão na nossa realidade que nos permitisse olhar para além de análises elementares da nossa realidade, meramente reprodutoras de um olhar já pré –fabricado.

Logo em aula inaugural do Curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pronunciado em 14 de maio de 1956, no Auditório do Ministério da Educação e Cultura, em suas primeiras palavras tal questão está colocada.

Abaixo se reproduz mais um trecho sobre a questão, mesmo correndo –se o risco de excesso e extensão nas citações, mas o intuito é de ficar nítido como o autor está não só ciente da visão não parcial de suas teses, como coloca a busca do conjunto e da universalidade isto como aspecto crucial, em seu ideário. Disse Viera Pinto :

Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica do *conjunto*. E porque não tivemos filósofos que nos ensinassem a pensar em termos de *universalidade*, ficamos cantonados em uma compreensão de nós mesmos produzida a partir de ângulos parciais, embora às vezes amplos e ricos, como na obra de alguns grandes sociólogos. Faltou, porém, ao Brasil, para entender-se a si mesmo, aquilo que Leibnitz chamava o ponto de vista do infinito. (itálicos meus. PINTO 1960 (a) p 12 – 13)

Neste momento, talvez seja importante fazer-se algumas ponderações, para se vislumbrar qual o sentido que se encaminha a discussão desta parte do trabalho. Verifica-se que no fundo o que está sendo colocado é a relação estabelecida pelos intelectuais do ISEB com a sociedade de seu tempo e com o seu objeto de estudo, ou melhor, dizendo a relação estabelecida por um intelectual específico do ISEB, mas que pode ser a chama para o entendimento do papel do instituto como grupo intelectual, a partir desta questão.

O litígio em pauta seria perceber se Álvaro Viera Pinto- e pode se ampliar a questão para outros isebianos- teria traído a sua condição de intelectual ao tentar propor ações de caráter prático ou político, ou seja, intentando dar uma caracterização mais prática ao mero pensar do intelectual e se por outro lado teria sido consumido de tal intensidade por suas teses, que teria perdido completamente a objetividade do pensar, e se vinculado a um saber meramente apaixonado.

Parecem estas questões pelo que foi demonstrado anteriormente, se encaminharem no sentido da negativa. Primeiramente tomando como modelo de

crítica a traição dos intelectuais referida por Benda, percebe-se evidentemente que os isebianos de certa forma contradizem o pressuposto do autor, entretanto, ainda assim, não se pode dizer que fizeram a opção deliberada pela ação em detrimento do pensar, ou da política em detrimento da atividade intelectual.⁴³

Tomando –se como parâmetro a atuação de Viera Pinto, percebe-se que sua opção orientou-se muito mais pelo campo da cultura e educação do que propriamente a tentativa de influência política direta. Ademais já se verificou pelo desenrolar do trabalho, que as influências na prática política dos isebianos foram muito limitadas, para não se dizer quase nulas. Além disto, ao se aproximar do ideário de Benda empreendendo uma defesa extremamente intransigente da democracia, verificando-se que sua conduta não foi totalmente destoante de um autêntico intelectual.

Entretanto também fica evidente, que não é o modelo de intelectual de Benda que pode nos auxiliar a explicar o papel dos intelectuais atrelados ao instituto. É preciso recorrer a algum outro autor que tenha pensado o papel da intelligentsia e que possibilite compreender melhor a ação de Álvaro Viera Pinto e outros isebianos.

Talvez ao se recorrer as ferramentas utilizadas pelo alemão Karl Mannheim que dedicou parte de suas obras a tentar compreender o papel dos intelectuais no mundo moderno, possa-se encontrar uma direção para trilhar um caminho tão controverso, quanto o entendimento do papel desempenhado pelos isebianos como Álvaro Viera Pinto.

Em seu livro *Sociologia da Cultura* (2004), Mannheim dedica uma parte extensa desta sua obra a tentar entender *O problema da “intelligentsia”: um estudo de seu papel no passado e no presente*, sendo que nesta sua reflexão pode-se encontrar alguns elementos pertinentes para a discussão em questão.

Não se pretende aqui resenhar esta parte do livro, mas alavancar alguns aspectos que tragam contribuição ao debate. Por exemplo, é interessante notar,

⁴³ Sempre é necessário esclarecer que não está se tomando as teses de Julien Benda de forma à - crítica, como modelo inquestionável do verdadeiro intelectual, mas apenas como um exemplo quase tipo-ideal das críticas a um modelo de intelectual engajado.

como o alemão vislumbra para os intelectuais um papel diferenciado no interior da sociedade, pois para ele o intelectual foi “treinado” para encarar a realidade social, sob um prisma que vai além de um único ponto de vista.

Diferentemente de outros extratos sociais, o intelectual pode ter uma conduta que o situe para além das questões específicas de partidos ou classes sociais. O intelectual não está no caso, além e acima dos partidos ou mesmo das classes, não está completamente desvinculado, ele está de alguma forma relacionado a estes, mas consegue ao mesmo tempo ir além deles e não se restringe a ser porta-voz de interesses específicos, uma vez que esta camada desenvolve motivações inéditas e peculiares.

Por estas peculiaridades, os intelectuais sentem-se menos compelidos a defender, sempre e inalteravelmente, a mesma posição, pois não se constituem em uma classe. Existe na vocação do intelectual motivações especiais e atitudes particulares, em outras palavras os intelectuais não reagem como os proletários, segundo a concepção de Mannheim de forma tão coesa, tendo a possibilidade de utilizar-se de olhares sociais distintos e muitas vezes experimentar certas incoerências.

Pode-se resumir as características essenciais desse grupo do seguinte modo: é um agregado situado entre e não acima das classes. O membro individual da *intelligentsia* pode ter, como frequentemente ocorre, uma orientação particular de classe, e em conflitos reais ele pode alinhar-se com um ou outro partido político. Mais ainda, suas posições podem revelar uma clara posição de classe. Mas além e acima dessas afiliações, ele é motivado pelo fato de que seu treinamento o equipou para encarar os problemas do momento a partir de várias perspectivas e não apenas de uma, como faz a maioria dos participantes de controvérsias. Dissemos que ele está *equipado* para encarar os problemas de sua época a partir de mais de uma única perspectiva, ainda que em diferentes casos ele possa atuar como partidário e alinhar-se como uma classe. O membro da *intelligentsia* pode mais facilmente mudar seu ponto de vista e está menos rigidamente engajado num lado do conflito, pois ele é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes da mesma coisa. Essa propensão pode ocasionalmente entrar em conflito com os interesses de classe da mesma pessoa. (itálicos do autor MANNHEIM 2004 p 81)

O trecho exposto acima se constitui em apenas um aspecto de toda uma profunda discussão que o autor de *sociologia da cultura* empreende para analisar o problema dos intelectuais no mundo moderno, pois em dezenas e dezenas de

páginas ele vai não só esboçar toda uma história do intelectual, seu papéis, os tipos, enfim um esboço de toda uma teoria sociológica da “intelligentsia”.

Entretanto a partir desta limitada exposição do papel atribuído por Mannheim aos intelectuais, já se pode fazer uma reflexão sobre muitos aspectos do ISEB, contribuindo em muitos elementos para o entendimento da natureza e especificidade do Instituto.

Primeiramente chama a atenção o ecletismo de pensamento que está posto deste de o momento de fundação da instituição, pois intelectuais das mais diferentes trajetórias teóricas acabam por se encontrar é constitui um grupo que de certa maneira desempenhou um papel importante na história do pensamento social no Brasil.

Exemplificando, nos momentos iniciais do instituto, enquanto Roland Corbisier é diretor geral do ISEB, e Vieira Pinto responsável pelo departamento de filosofia, quadros que iniciaram sua trajetória intelectual no integralismo, Nelson Werneck Sodré adveio e manteve-se fiel a uma trajetória intelectual oriunda do marxismo.

Esta aparente incoerência, principalmente se focada a análise especificamente na trajetória de Viera Pinto e Roland Corbisier, que oriundos de um arcabouço político identificado como sendo de direita, e que na década de sessenta estão muito mais próximos de movimentos culturais e políticos de esquerda, a luz dos argumentos de Mannheim se explica perfeitamente.

A condição específica do intelectual que sem um vínculo definitivo atrelado a classe, partido ou causa é permitido a façanha de transitar e muitas vezes transigir entre certas posturas, e por este argumento Mannheimiano, levado as últimas conseqüências, é possível desenvolver uma trajetória pouco linear, caso específico de Álvaro Viera Pinto em como é possível explicar a experiência do ISEB, na medida em que o Instituto pode ser entendido como um aglutinador de causas que estavam para além de classes e partidos.

Outra questão que pode ser vislumbrada tomando-se como parâmetro a discussão sobre o papel e características do fazer intelectual, e especificamente a

esta idéia mannheimiana de que os pensadores podem agir livremente ou desinteressadamente de certos vínculos, pois tem uma conduta mais livre em relação aos estratos sociais, diz respeito à questão do engajamento político ou ausência de engajamento do instituto.

Antes de adentrar-se nesta discussão é crucial ressaltar que Mannheim chama a atenção sempre ressaltando que os intelectuais não se constituem em uma camada acima das classes, mas que eles podem ter outras motivações para além do interesse de sua classe.

O interesse por questões do mundo teórico, é uma importante mina de motivação para o comportamento dos indivíduos classificados de intelectuais, e é aqui que se pode inserir a discussão do papel político do ISEB.

Ora, se os intelectuais movem-se por interesses que vão além da política, estes interesses podem ser meramente de ordem intelectual, podem se motivar por incluir-se em questões atreladas ao mundo da cultura, isto pode explicar, a dificuldade do Instituto de adentrar-se na arena política, como parece ser verídico como mostrado anteriormente no trabalho, pois muitas vezes acaba por existir inadequação entre a lógica da política e a lógica da cultura.

Percebe-se que mesmo nos momentos de maior intensificação e polarização da luta política o Instituto ainda preserva a sua índole de Instituto fomentador do conhecimento e atrelado muito mais a causas culturais.

Com o intuito de corroborar a constatação de que o ISEB, jamais mergulhou nas profundezas do mar agitado da política, e permaneceu muito mais ativo no oceano da luta pela cultura, evidentemente tendo-se em conta que ações pontuais e individuais dos membros do instituto foram em alguns casos de encontro à política, usa-se as palavras de PEREIRA, em sua tese sobre: *O ISEB na perspectiva de seu tempo*:

O ISEB continua sendo uma instituição de intelectuais, um centro de estudos e de difusão da cultura, mesmo no contexto da polarização ideológica que marca os anos sessenta. Seu papel permanece vivo e fundamental no espaço da cultura e sua eficácia permanece considerável nesse terreno. Esse espaço não é abandonado pelos isebianos. Ao

contrário, ele tendeu a ser preenchido de forma preponderante nos anos sessenta (PEREIRA 2002 p. 170)

Por acaso, o período de maior efervescência política e cultural e de polarização ideológica acontece justamente no período entre 1961-1964, período o qual a instituição é presidida por Álvaro Viera Pinto, após assumir em virtude ao veto dos nomes de Roland Corbisier e Candido Mendes.⁴⁴

No que pese todas as dificuldades do período para o funcionamento do instituto, principalmente dificuldades de ordem financeira, vale lembrar que o Instituto ficou sem a dotação orçamentária para o ano de 61⁴⁵, sem dizer as dificuldades políticas com as vitórias eleitorais de Jânio Quadros e Carlos Lacerda, que não viam com nenhuma boa vontade o funcionamento do Instituto, para não dizer que eram inimigos políticos de muitos dos isebianos. Sabe-se da adesão dos componentes do ISEB, a candidatura do Marechal Teixeira Lott, derrotado por Jânio Quadros, e na realidade o fato é que o instituto vivenciou o momento de maior intensidade e agitação de sua história, justamente neste período.

Esta intensidade e efervescência acabam por comprovar a tese da opção pela cultura no Instituto. Pessoalmente Álvaro Viera Pinto preferia muito mais esta esfera de atuação, mas esta opção aqui não se deve é bom que se reconheça, apenas á vontade de seu presidente, mesmo por que foi o momento em que mais o instituto tomou uma feição de um grande colegiado impulsionado por motivações em comum.⁴⁶

⁴⁴ Já foi ressaltado em outra parte do trabalho que Corbisier foi impedido de presidir o ISEB, pois eleito deputado estadual, a legislação vigente o impedia de exercer tal função. No caso de Candido Mendes, o fato de ser advogado de empresas estrangeiras, gerou tamanha controvérsia no interior do instituto, que a solução encontrada foi entregar o exercício da presidência a Álvaro Viera Pinto.

⁴⁵ Provavelmente o corte de verbas para o ISEB, esteja inserido em um plano mais amplo de corte orçamentário a partir de uma perspectiva ortodoxa de estabilização econômica em virtude das condições econômicas adversas em que o governo Jânio assume. Somente em relação ao déficit no orçamento para 1961, este superava em um terço a receita previstas para aquele ano. Sobre o assunto ver FAUSTO 1994 e SKIDMORE 1982.

⁴⁶ Como mostra Pereira: “o ISEB do quarto período é dirigido por Álvaro Vieira Pinto, mas é uma obra coletiva desenhada a partir das determinações de diferentes trajetórias individuais agrupadas em torno de princípios mais ou menos comuns e da defesa de bandeiras igualmente comuns. São partícipes dessa construção, isebianos históricos como Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto – sem deixar de considerar Ignácio Rangel- e “isebianos da última hora” como Osny Duarte Pereira, Wanderley Guilherme dos Santos e Carlos Estevam Martins.” PEREIRA 2002

Aqui deve-se se retomar a idéia de Mannheim que os intelectuais fazem opções para além da tomada de posições atreladas meramente ao aspecto político. Em uma época de intensa polarização política, a opção dos intelectuais isebianos, escorou-se muito mais no âmbito da cultura, com o engajamento no teatro via CPC, além das conferências, seminários, cursos, organizados pelo ISEB. Ainda que a finalidade última fosse à conscientização política, a luta não se travou via partido político.

É interessante como justamente no último período, sob a presidência de Álvaro Viera Pinto o Instituto ganha ao mesmo tempo a simpatia de muitos e por outro lado a oposição contundente de parte da opinião pública. Em fase de luta ideológica o Instituto ganha maior reconhecimento.

Naquele momento como afirma o isebiano Nelson Werneck Sodré é que:

Por toda parte vinham convites para conferências, debates, seminários, cursos. Se quiséssemos atender a todos- falo assim porque eu não era o único assediado, naturalmente – não faríamos senão viajar. As entidades estudantis, então, queriam nossa presença e empenhavam-se nisso; tenho dezenas de telegramas, cartas, cartões, convidando, insistindo, marcando datas, reclamando. A curiosidade, o desejo de aprender, a insatisfação com os conhecimentos fornecidos na rotina da faculdade, eram notas corrente. De todos os recantos do país vinham solicitações. Quanto maior a hostilidade ao ISEB, por exemplo, maior era o seu prestígio (SODRÉ, 1992 p 193-194).

Pelo o que até o momento pode-se perceber, portanto, nesta controversa e escorregadia discussão sobre intelectuais, especificamente sobre o papel deles na constituição e consolidação do ISEB e sua relação com a sociedade brasileira, que alguns aspectos são inegáveis, como a heterogeneidade de linhagens teóricas do grupo formador do Instituto que mesmo perante as divergências teóricas consegue ter um importante papel de disseminador de idéias a ponto de merecer ser estudado até os dias de hoje.

Como explicar o fenômeno alinhavado acima, em meio à heterogeneidade teórica como pode existir uma unidade para ação? Outra vez, pode-se invocar a interpretação de Mannheim sobre o papel dos intelectuais. Talvez seja por este viés que possa se chegar a alguma conclusão.

Retroagindo a interpretação de Karl Mannheim, tentando-se esquivar do risco da redundância, lembra-se que os intelectuais modernos constituem-se em uma camada diferenciada, e que a estes é dada a possibilidade de fazer a síntese de diversas visões de mundo, pois o intelectual pode, mesmo pertencendo a determinada classe ou estrato, valer-se de outro ponto de vista, o argumento é que não necessariamente o pensador deve sempre defender determinado ponto de vista.

Mannheim não deixa de reconhecer as influências dos valores individuais e de classes na interpretação da realidade por parte do intelectual, pelo contrário, a plena objetividade seria impossível pelo prisma do pensador húngaro.

Entretanto ao chocar-se com outros pontos de vista os homens do saber, em virtude da educação adquirida e valorização da cultura e conhecimento, poderiam chegar a um acordo, a uma conclusão geral, ou seja, a um conhecimento objetivo.

Deixa claro Mannheim que esta conclusão ou síntese não significa a média geral das diversas aspirações das camadas incluídas em determinada formação social, mas vem no sentido de reter parte das melhores energias despendidas nas lutas culturais e políticas.

Aliás, a possibilidade de uma perspectiva mais ampla de interpretação da realidade, seria não só uma possibilidade, como também uma missão depositada nos ombros dos intelectuais no mundo moderno. Sob condição de liberdade de pensamento o intelectual estaria obrigado a perceber um conjunto de visões e extrair a síntese mais apropriada para a sociedade do qual faz parte.

Dando voz a Mannheim confirma-se que:

O ponto-de-vista político de um grupo, cuja posição de classe esteja mais ou menos definitivamente fixada, já se encontra por tal posição definido. Quando isso não sucede, como no caso dos intelectuais, existe uma área mais ampla de escolha e uma correspondente necessidade de orientação total e de síntese. Esta última tendência, oriunda da posição dos intelectuais, existe, ainda que a relação entre vários grupos não conduza à formação de um partido integrado. Análogamente, os intelectuais permanecem capazes de chegar a uma orientação total mesmo depois de ingressarem em um partido. A capacidade de adquirir um ponto-de-vista mais amplo deveria ser considerado meramente um ônus? Não se trataria, pelo contrário de uma missão? Só aquele que realmente pode escolher é que tem interesse em perceber o conjunto da estrutura social e política.

Somente no período de tempo e no estágio de investigação que é dedicado a deliberação é que se poderá encontrar a localização sociológica e lógica do desenvolvimento de uma perspectiva sintética.(MANNHEIM 1972 p 186)

Ora, retomando a questão da heterogeneidade do grupo, no sentido proposto por Mannheim isto não se constituía um problema uma vez que no caso do ISEB, mesmo advindo de diversas correntes os isebianos puderam fazer uma síntese, colocar um ponto em comum com o qual todos poderiam se identificar sem prejuízo das perspectivas individuais.⁴⁷

Parece que o ponto a unir os isebianos era a questão nacional, era o nacionalismo e o desenvolvimento. Em outras palavras, de todas as perspectivas defender a nação, ou para usar a linguagem da época, se colocar em uma posição anti-imperialista, ou anti-colonialista, era capaz de fomentar um consenso que não causava uma incoerência nem daqueles que originavam-se do marxismo como Sodré e nem aqueles que eram defensores do capitalismo.

A idéia predominante no ISEB , aquela capaz de criar uma síntese era justamente a de formular um modelo de país livre e autônomo, politicamente e economicamente livre de determinações externas.

É verdade que existiam divergências internas sobre a forma de se atingir esta autonomia, para uns seria via a preponderância de empresas publicas, para outros como Jaguaribe a autonomia se daria pela mescla de empresas públicas e privadas.⁴⁸

O fato é que havia um fator de unidade para o grupo em uma esfera geral, nomeadamente as concepções dos autores sobre o país são sui-generis, tanto é verdade que vale estudar os isebianos de forma individualizada, entende-los nas suas especificidades, como é o caso do pensamento de Álvaro Viera Pinto.

⁴⁷ Muitos isebianos certamente foram leitores de Karl Mannheim, e utilizavam-se da leitura do autor para criar a auto-imagem. Como mostra MIGIOLI : “Um autor parece ter exercido influência sobre alguns membros do ISEB. Trata-se de Karl Mannheim (1893- 1947) com sua concepção de *intelligentsia* formulada em seu livro *Ideologia e Utopia (...)* Essa concepção agradava ao pessoal do ISEB ou pelo menos a alguns; primeiro porque isso eximia suas idéias da acusação de serem ligados a interesses de classes, em particular da burguesia (MIGLIOLI 2005 p.64)

⁴⁸ Alias a contenda sobre a forma de desenvolvimento nacional gerou uma cisão no grupo, depois da publicação do livro de Jaguaribe (1958) *O nacionalismo na atualidade brasileira*.

Notou-se ao longo do trabalho, que a riqueza, por exemplo, do pensamento de Álvaro Viera Pinto, vem de concepções originais capazes de mesclar conceitos de diversas matrizes de pensamento, o que o leva a inéditas avaliações, como aquela demonstrada ao longo do trabalho que o desenvolvimento nacional deve provir da consciência das massas, ou mesmo a forma original como empreende a sua defesa da democracia.

Assim sendo, tentou-se avaliar neste capítulo o papel desempenhado pelo grupo de intelectuais que compunham o ISEB, sempre tendo como foco principal o autor, objeto da pesquisa em questão, o filósofo Álvaro Viera Pinto.

Uma das questão posta foi se entender até que ponto teriam os pensadores do ISEB, teriam ingressado em arenas que extrapolariam o mero fazer intelectual, como a política, e se estas atividades teriam corrompido a atividade teórica dos pensadores.

Parece que os isebianos estiveram muito mais próximos da luta intelectual, no campo da cultura, fazendo valer seu papel de pensadores, que conseguiram ir muito além dos vínculos de classes e partidos.

Considerações Finais

Na introdução deste trabalho, já se procurou levantar questões em relação à complexidade oriunda do específico da obra de um autor. Uma das questões mais saliente nesta empreitada, relaciona-se ao tênue limite de separar a especificidade do autor em sua produção e o contexto histórico em que a mesma está inserida.

Para qualquer dos lados que penda a balança da interpretação, seja para o lado da sobrevalorização das idéias do tempo histórico em que viveu o autor, seja para a sobrevalorização das especificidades do pensamento do autor sem levar em conta o seu contexto, acaba havendo um grande risco de deturpação de interpretação da teoria em estudo.

Uma das premissas a orientar a confecção deste trabalho, advém da hipótese de que no que pese toda a importante produção sobre análise do período e dos pensadores daquele momento e principalmente dos que integraram as hostes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb, provavelmente ainda existam lacunas teóricas a serem exploradas.

O encargo teórico que talvez ainda esteja por ser feito como crucial, possa ser o de análise individualizada de muitos pensadores, pois a se fazer isto, pode-se contribuir para ao mesmo tempo em que se distingue a obra de um autor, percebe-se o que tem de comum com outros de sua época.

Somente para recorrer a um singelo exemplo em relação ao risco de generalizações, o período entre 1946-1964, é denominado por uma considerável bibliografia historiográfica como período populista. São expoentes de uma literatura sobre o assunto os livros de IANNI (1989) e Weffort (1980).⁴⁹

Correndo-se o risco de simplificar em demasia a tese daqueles autores, o que parecem estar afirmando é que o populismo é basicamente um fenômeno político oriundo da transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade

⁴⁹ É necessário ressaltar, que existe uma gama de trabalhos que rediscutem o conceito de populismo. Pode –se citar os importantes trabalho de DEBERT(1979) e BARBOSA(1980).

industrial, e de fato isto parece ser verídico em relação à análise da sociedade brasileiro no momento em que, por exemplo, os isebianos escrevem.

Neste caso, ao estar-se imbuído da visão sobre o populismo, e se fazer uma leitura pouco atenta da obra de Álvaro Vieira Pinto, se concluirá apressadamente que esta se inclui em certo populismo teórico, principalmente se for feito um recorte nas inúmeras passagens que o autor se refere a questão das massas.

Em oposição a esta simplificação, uma das conclusões do trabalho é que a valorização das massas, no pensamento do autor, é construída por um ideário e arcabouço teórico mais complexo, como se tentou demonstrar no capítulo 1, e que somente uma análise atenta da obra específica do autor, suas influências e suas opções públicas possam nos dar compreensão do problema. O que se quer corroborar com esta afirmação é a importância do estudo individualizado da obra do pensador.

Muito comum também ao se estudar o período e ler-se generalizadamente os autores do ISEB é compreendê-los como fabricantes de uma ideologia que visa favorecer uma classe social específica que seria a burguesia industrial.

Tal argumento não é desprezível, entretanto, o que se desdobra deste estudo sobre Álvaro Vieira Pinto em especificidade, é que também esta questão possui alguns elementos, complicadores em oposição a esta simplificação, e como decorrência disto pode-se perceber, por exemplo, como o nacionalismo fomentado pelo autor, bebia em fontes inclusive externas, adeptas de um nacionalismo terceiro-mundista, que a tese de um nacionalismo defensor da burguesia, acaba por não vislumbrar.

Ademais, a leitura não pormenorizada da obra de autores do período e singularmente de Álvaro Vieira Pinto, pode nos levar a compreensão equivocada do lado para que tendiam ideologicamente. Por posições nacionalistas e atrelados ao desenvolvimentismo de JK, poderiam e o foram por muitos classificados de pensadores que iam no sentido oposto a posições de esquerda.

Ora, neste sentido como explicar o extremo engajamento do autor em movimentos de luta pela cultura popular, como o CPC da Une, que nitidamente tomava posição para o arco da esquerda? A relação e a concepção do autor com a cultura ficou explicitada no capítulo terceiro do trabalho, e mostra uma ânsia do autor na aposta da cultura e da educação como esferas de transformação da realidade nacional.

Além disto, se vislumbrou no último capítulo, que em relação aos intelectuais que compunham o ISEB, foi possível, pelo prisma das concepções sobre Intelligentsia, de Karl Mannheim, que aqueles pudessem estar unidos, mesmo na adversidade de opinião, pois puderam flutuar para além das concepções políticas e classistas.

Por fim, deve-se ressaltar que a análise individualizada do autor e sua obra pode nos levar a compreensão mais ampla de sua trajetória intelectual, na medida em que existe a possibilidade de confrontar seus escritos em diferentes períodos históricos e perceber o que foi mantido e alterado, e assim percebe-se que elementos da obra do autor não foram ultrapassados pelo transcurso da história.

Um elemento que indiscutivelmente perdurou na obra do autor da celebre *Consciência e realidade nacional*, e o apelo de estudar-se o Brasil, tomando como pressuposto a sua própria realidade, ou seja, é mantida por Álvaro Viera Pinto a concepção de se usar elementos teóricos de outras realidades, apenas na medida de um determinado possível, pois a realidade nacional exigiria do pensador um esforço e intuição que estava para além, de teorias transplantadas.

O filósofo fluminense faleceu em 1987, e parece ter mantido as suas concepções da diferenciação entre a realidade desigual dos países em âmbito global, e conseqüentemente admite que não há um único e mesmo caminho para o desenvolvimento e para a teorização.

Ainda em meados da década de setenta, após o colapso do populismo e o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentismo, seu apelo para olhar o país, a partir dele mesmo, continua e no seu vigoroso estudo sobre tecnologia, as chaves

para a interpretação teórica ainda são as mesmas, como fica vaticinado pelas próprias letras de Álvaro Vieira Pinto:

A cultura, em conjunto, constitui o cartório dos conhecimentos alheios. Obrigado a colecionar e registrar os produtos do pensamento de origem externa, o filósofo na verdade nunca chega a ser escritor; não passa de escrevente. Realmente, não escreve, porque não consegue ter nada de original para deixar escrito. Apenas lavra uma escritura do que os outros, os sábios estrangeiros, declaram perante ele. No país subdesenvolvido é impossível o surgimento de verdadeiros livros de filosofia. A verdade não consiste na descoberta de algum novo aspecto de ser, mas na fidedignidade das cópias e traslados dos documentos recebidos. A cultura é o conjunto dos registros dos bens intelectuais fielmente reproduzidos, fabricados por pensadores de fora e apenas adquiridos por nativos com especial inclinação e suficiente tempo vago para se dedicarem a este gênero de dissipação espiritual. Não é preciso acrescentar que fazem dessa prerrogativa um valioso título de destaque social. A alienação torna-se o melhor sinal da capacidade intelectual. Brilha com mais nitidez esse papel egrégio se o estudioso não se limitar à exclusiva atividade manducadora, mas se revelar um legítimo expoente do meio desprovido de autoconsciência, engendrando livros, artigos de toda espécie de publicações destinadas a difundir o pensamento dos outros, o que é feito com grande satisfação pelos ressoadores indígenas, pois com esses documentos fica comprovado em registro com fé pública seu convívio com a ciência, as letras e as artes. (PINTO, 2005 p 46 vol. I)

Posfácio- notas biográficas sobre Álvaro Vieira Pinto

Em 11 de novembro de 1909, na cidade de Campos - RJ nascia Álvaro Borges Vieira Pinto. Ainda no período da infância, a família muda-se para a cidade de São Paulo, mas retorna ao estado do Rio de Janeiro, local em que Vieira Pinto conclui seus estudos secundários, no colégio Botafogo na capital onde moravam naquele momento.

Logo após a formação secundária a família retorna novamente para a cidade de São Paulo e Álvaro Vieira começa a decidir seu futuro profissional. Embora aparentemente não disposto a seguir para área das humanidades, o próprio Vieira Pinto reconheceria mais tarde, que o ano que ficou em São Paulo, na transição do secundário para o curso superior teria sido decisivo para sua formação.

Naquele período, o futuro médico e intelectual, aproveitaria o tempo livre para dedicar-se a literatura e filosofia, ao mesmo tempo em que respira na cidade o clima do pós semana de arte moderna, entrando em contato cotidianamente com intelectuais paulistanos nas suas idas aos cafés do Largo do Ouvidor.⁵⁰

Volta para o Rio e passa nos vestibulares na Faculdade Nacional de Medicina, na Guanabara, onde obtém sucesso, e cursa a faculdade com sérias dificuldades financeiras, sendo obrigado a trabalhar para custear seus estudos. Como solução emprega-se em colégio religioso, ministrando aulas de física e filosofia para o ensino médio.

Ainda como estudante de medicina, participa de movimento político, assumindo a vice-presidência da Ação Universitária Católica do Rio de Janeiro (AUC), corria o ano de 1931.

Torna-se médico no ano de 1932, mas opta pela área de laboratorista ao invés de clinicar. Tenta instalar-se profissionalmente na cidade de Aparecida no estado de São Paulo e não conseguindo se firmar profissionalmente e retorna ao Rio.

⁵⁰ Álvaro Vieira Pinto menciona estes momentos nas páginas iniciais do seu livro *Sete lições para educação de adultos* (1991)

Começa a se aproximar dos temas nacionais, sob a inquietação de pensar a “identidade nacional” misturada a sua formação católica se vê seduzido pelas proposições da Ação Integralista Brasileira (ABI), movimento em que se inscreve em outubro de 1934.

Futuramente Viera Pinto, mudaria o seu rumo político, se aproximando de concepções políticas mais a esquerda, mas o que pareceu, de fato, animar o jovem médico de então era o próprio nacionalismo posto em questão, e o país como objeto de estudo.⁵¹

Ao mesmo tempo em que se interessa pelas questões teóricas e políticas do país, em que sua entrada na ABI, não deixa de ser um sintoma, forma-se em física e matemática, demonstrando desde daquele momento a erudição e capacidade para transitar pelas diversas áreas do conhecimento.

Por indicação de Alceu Amoroso Lima, inicia a carreira universitária como quadro da Faculdade Nacional de Filosofia (FNli) em 1939, ocupa a cadeira destinada a História da filosofia. Na realidade apesar de ser da cátedra de história da filosofia, ministrava disciplina de lógica matemática, por carência de profissionais para esta disciplina.

Na FNli tentou indicar como assistentes Wanderley Guilherme dos Santos e Alberto Coelho, sem sucesso, pois os nomes destes personagens estavam associados ao movimento estudantil, o que se tornava um obstáculo para ocupação dos cargos. Indica então, com sucesso o nome de José Américo Pessanha.

Como nome identificado ao avanço da ciência no país, passa a partir de 1941 a assinar uma coluna mensal na revista *Cultura política*, revista esta que como se sabe reunia expoentes da vida acadêmica identificados com o Estado Novo. O mote de seus artigos era divulgar as realizações dos cientistas brasileiros, mostrando o avanço das ciências experimentais no país.

⁵¹ Muitos intelectuais iniciaram sua trajetória sob a égide do movimento integralista, o que não parece ser um absurdo desmedido uma vez que foi um dos primeiros movimentos políticos a olhar para o país, no que pese seu nefasto conteúdo autoritário, o próprio CANDIDO (1995) reconhece que apesar de tudo o integralismo : “ também era, aos trancos e barrancos, uma grande aspiração de pesquisar e definir a identidade do país “ p.13

Em 1949, obtém licença para estudar no exterior, passando um ano na Sorbonne, momento em que se aprofunda nos estudos de filosofia, principalmente a filosofia platônica, o que lhe assegura elementos para a tese de livre-docente em 1950 intitulada: *Ensaio sobre a dinâmica na cosmologia de Platão*.

Em 1995, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros o *iseb*, é convidado por Roland Corbisier para chefiar o Departamento de filosofia do recém instituto, e aceita o convite.

Durante o período iseiano, será o momento da trajetória do intelectual em que experimentará de fato o reconhecimento público, principalmente quando assume a presidência da instituição em 1962, pois o então diretor executivo Roland Corbisier é eleito deputado estadual pelo então Partido Trabalhista Brasileiro. Vale lembrar que um ano antes Vieira Pinto havia publicado a sua maior obra em densidade e reconhecimento intitulada: *Consciência e realidade nacional*.

Vieira Pinto naquele momento trava excelentes relações com os estudantes e suas instituições como a UNE, apoiando a "luta cultural no país", além de estabelecer possantes relações com jovens promissores das ciências sociais no Brasil como Wanderley Guilherme dos Santos e Carlos Estevam Martins, que tornam-se assistentes de Vieira Pinto no Instituto.

Em 1964 com o golpe militar o instituto é fechado, intelectuais perseguidos e naquele contexto Álvaro Vieira é obrigado a exilar-se. Em 1964 é aceito formalmente seu exílio na Iugoslávia, mas aos 55 anos apesar da erudição que o possibilitou um rápido aprendizado do sérvio e do croata, a adaptação foi dolorosa.

Um ano depois em trabalho, acata a sugestão do amigo Paulo Freire e rumo para o Chile, e sai da situação de retraimento e tristeza, quando o Centro Latino Americano de demografia (CELADE) lhe encomenda um estudo, que posteriormente é publicado sob o título *El pensamiento crítico em demografia*.

Não suportando o exílio decide retornar nas vésperas do pior momento do regime militar, e chega ao Brasil em dezembro de 1968, a partir de então vive recluso em seu apartamento, com aposentadoria precoce e realizando trabalhos

pontuais, principalmente de tradutor para editora vozes, com assinatura sob pseudônimos.

Quando o ocaso total da vida intelectual parece se aproximar, conhece um grande sucesso editorial com a publicação em 1982 do livro: *Sete lições sobre educação de adultos*. O livro foi confeccionado tendo como base anotações de aula que ofereceu no Chile ainda no ano de 1966.

Em junho de 1987 falece, após infarto, na cidade do Rio de Janeiro.

Recentemente foi publicado seu trabalho sobre tecnologia, *O conceito de tecnologia* que foi escrito nos anos setenta e veio a público recentemente em virtude dos originais datilografados cedidos pela esposa.

Talvez nada melhor que encerrar-se este minúsculo opúsculo sobre a vida de Vieira Pinto do que dar voz a quem com ele conviveu.

Em site sobre as memórias do movimento estudantil, que colhe depoimentos sobre várias personalidades que contribuíram e foram referências para o movimento, encontra-se depoimento de Carlos Estevam Martins, que assim respondeu quando foi feita a pergunta, “Quem foi Álvaro Vieira Pinto”:

Álvaro Vieira Pinto foi a pessoa mais erudita que conheci em toda a minha vida. Ele se formou em medicina e nunca exerceu. Começou a fazer pesquisa em biologia. Inclusive, me mostrou uma foto dele com um rato de laboratório na mão em uma revista científica inglesa relatando uma pesquisa que ele tinha feito e os resultados. Ele tinha um amigo que era físico, da faculdade de filosofia do Rio, e, uma vez, ele foi lá conversar com o amigo, que estava ocupado. Álvaro achou um livro de matemática enquanto esperava o amigo e brincou de fazer exercício de matemática. Foi indo, foi fazendo. O Álvaro Vieira Pinto morava sozinho com a tia, ele foi criado por ela. Então, ele tinha pouca convivência, a principal convivência que ele tinha era com esse professor de física, esse SusseKind, da Faculdade Filosofia. Com o passar do tempo, quando bateu o olho, ele tinha feito três volumes desse livro de exercício de matemática. O Plínio Sussekind viu e disse: “Por que você não faz vestibular lá para a faculdade? Você vai poder ter a chance de estudar mais física, matemática”. “Ah, mas sou biólogo, sou biologista”, o Álvaro respondeu. “Mas vai lá, a gente pode conviver mais, você conhece outras pessoas”. Aí, ele pegou e fez de brincadeira o vestibular e foram quatorze candidatos e foi o único que passou. Então, se criou um problema na faculdade: ou ele freqüentava o curso, coisa que não era a intenção dele, ou teria um problema de defasagem, que iria ter um ano que não teria nenhum aluno. Então, ele pegou e fez o tal curso. Continuou trabalhando como biólogo. Quando terminou o curso, o Padre Leonel Franca, que era do departamento de

filosofia, começou na matemática para saber se havia algum matemático promissor que pudesse dar aula de lógica matemática. Indicaram o Vieira Pinto. Ele foi lá e começou a dar aula de lógica matemática no curso de filosofia, porque ele dava só lógica aristotélica e queria introduzir a lógica matemática no departamento de filosofia. Só que, com o passar dos anos, ele começou a fazer uma tese. Ia ter um concurso para professor catedrático, ele resolveu fazer uma tese. Nessa altura, ele era uma pessoa que sabia medicina, biologia, matemática, física, latim, grego, e uma outra língua, inglês, alguma coisa assim. Eu sei que a tese dele foi sobre a cosmogonia de Platão. Era impossível montar uma banca para examinar aquela tese, o sujeito sabia um pedaço, mas não sabia outro. Ele citava todo o original. Se era latim, ele metia latim. Se era grego, ele metia grego. E assim por diante. Então, a banca teve que aprovar e ponto final. Ao mesmo tempo que ele fazia todas essas coisas, ele também tocava violino. Ele fez nove anos de violino, com a tia ali em cima. Era uma pessoa completamente reclusa, só tinha praticamente esse amigo. Era um problema terrível. No ISEB, por exemplo, para dar aula para os alunos que não sabiam quase nada de coisa nenhuma, tinha dias que ele tinha dificuldade de entrar na sala de aula, tinha medo dos alunos. "Eles podem perguntar alguma coisa que eu não sei", ele dizia. "Impossível. Primeiro, porque você sabe tudo. Segundo, porque não vão perguntar nada, só ouvir", eu disse. Mas era uma pessoa nesse grau de timidez. Ele foi demitido por justa causa da faculdade pelo Eremildo Viana, que era da direita, era diretor. Houve o golpe e ele não apareceu mais na faculdade. Ele morria de medo de tudo. Ele não saía de casa sem guarda-chuva, porque podia chover, e assim por diante. Era uma pessoa extremamente difícil, mas profundamente culta e preparada. Foi acrescentando as línguas todas, entrou alemão, entrou russo, diabo de língua. Quando ele foi exilado, foi para a Iugoslávia. Almino Afonso me contou que ele passou uns quinze, vinte dias no hotel que estavam exilados os brasileiros. E, sentado no salão do hotel, o Álvaro Vieira Pinto lia os jornais em sérvio e croata. Com quinze, vinte dias, ele dominou o sérvio e o croata e já estava traduzindo para eles. Era uma pessoa assim. Extremamente preparada e, ao mesmo tempo com uma psicologia de uma criança de quatro, cinco anos de idade. Acabou casando com a secretária dele, que era a única mulher que ele conseguiu ter algum tipo de relacionamento na vida toda, a Dona Maria. Bom, Vieira Pinto era isso aí. (MARTINS in WWW.memoriaestudantil.org.br/main.asp.)

Referências

ABREU, Alzira Alves de, **A ação política dos intelectuais do ISEB.** In TOLEDO, Caio Navarro de (ORG) **Intelectuais e a política no Brasil : a experiência do ISEB.** Rio de Janeiro, REVAN, 2005.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional.** São Paulo, Ática, 1990.

ARANTES, P.E -- **Um Departamento Francês de Ultramar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARON, Raymond – **As etapas do pensamento sociológico** – São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, F.Rubem. **O conceito de populismo: uma revisão teórica.** Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política da UFMG, BH, 1980.

BAUDRILLAR, J. **À sombra das maiorias silenciosas.** São Paulo, Brasiliense, 2004.

BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais.** In BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquíria D. Leão (orgs) **Intelectuais e Política : a moralidade do compromisso.** São Paulo, Olho d água 1999.

BOBBIO, Noberto. **Os intelectuais e o poder : dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo, UNESP, 1997

BOTELHO, André. **Seqüências de uma sociologia política brasileira.** In: revista Dados, vol. 50, Rio de janeiro, 2007.

BRANDÃO, GILDO M. **Linhagens do pensamento político brasileiro.** São Paulo, Hucitec, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro – **Ideologia do Desenvolvimento-** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARONE, E. **A República velha.** São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de – **Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil.** In Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.22, São Paulo, out, 2007

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. **O tempo das Ilusões.** In CHAUI, Marilena e CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. **Ideologia e Mobilização popular,** Rio de Janeiro, Paz e Terra 1978

CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

CORBISIER, R. C. de A. **Situação e alternativas da cultura brasileira** In: Introdução Aos problemas brasileiros - Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____. **Formação e Problema da Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

_____. **O problema nacional brasileiro – pressupostos, existência e definição** – In: Revista civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996.

CORTEZ, N. **Esperança e Democracia: as idéias de Álvaro Vieira Pinto.** Rio de Janeiro, Iuperj, 2003.

CORTEZ, N. **A Democracia educa.** In SENTO-SÉ, J.T. (org) Pensamento Social Brasileiro, São Paulo. Cortez. 2005.

COUTINHO, C.N. **Cultura e sociedade no Brasil.** Rio de Janeiro. DP&A, 2000

DEBERT, GUITA GRIN. **Ideologia e populismo.** São Paulo, T. A Queiroz editor, 1979.

DUROSELLE, J. B. **A Europa de 1815 aos nossos dias.** São Paulo, Livraria Pioneira, 1976.

DURKHEIM, Émile. **DA divisão do trabalho social,** São Paulo, Martins Fontes, 2000

FANON, F. **OS condenados da Terra.,** Rio de Janeiro , Civilização Brasileira, 1979.

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940).** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FAUSTO, Boris – **Trabalho urbano e conflito social** – São Paulo: Difel, 1977.

FREITAS, Marcos Cezar – **Álvaro Viera Pinto: a personagem histórica e sua trama** São Paulo: Cortez, 1998.

GERMANI, G. **Política e Sociedade em uma época de transição**. São Paulo, Mestre Jou, 1973.

GOMES, Paulo Emílio Sales. **Cinema : trajetória no subdesenvolvimento**. São Paulo, Paz e Terra, 2001

GRASMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismos: o Estado nacional no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

GULLAR, F. **Cultura posta em questão, vanguarda e subdesenvolvimento: ensaios sobre a arte**, Rio de Janeiro, José Olympio, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.

HOBSBAWN, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWN, E. J. **Era dos extremos. O breve século XX**. São Paulo. Companhia das letras.1995.

HOBSBAWN, E.J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

HOLLANDA, H.Buarque de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970**Rio de Janeiro, Aeroplano, 2004.

IANNI, Octavio – **Sociologia da sociologia** – São Paulo: Ática, 1989

_____ - **A formação do estado populista na américa latina** – São Paulo: Ática, 1989

_____ - **Pensamento Social no Brasil** – Bauru: Edusc 2004.

JAGUARIBE, Hélio – **O nacionalismo na atualidade brasileira** – Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

LAMOUNIER, Bolívar – “**Formação de um pensamento autoritário na Primeira República**”- In: FAUSTO, Bóris (org.) – **História geral da civilização brasileira- III – o Brasil republicano** – São Paulo: Difel, 1985.

LEBRUN , Gerard. **A realidade nacional e seus equívocos.** In TOLEDO, Caio Navarro de **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB** , Rio de janeiro , Revan 2005

LEVI, L. **Nacionalismo** In: BOBBIO, N. e MATTEUCI, N. e PASQUINO, G (orgs). **Dicionário de política**, Brasília: UNB, 1986.

MANNHEIM, K. **Sociologia da Cultura.** São Paulo. Perspectiva, 2004.

_____ **Ideologia e Utopia.** Rio de Janeiro. Zahar editores, 1972.

MARTINS, C. Estevam **A questão da cultura popular.** Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro 1963

_____. **Depoimento** in WWW.memoriaestudantil.org.br

MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do antigo regime.** São Paulo, Companhia das letras 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio** – São Paulo: Brasiliense, 1991.

MELO, Mario Vieira. **Desenvolvimento e Cultura** – Companhia Editora Nacional, 1963.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme, **Ideologia da Cultura brasileira- 1933-1974** – São Paulo: Ática, 1990.

MICELLI, Sérgio (org) **História das Ciências Sociais no Brasil** –São Paulo : Vértice, 1989

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília. UNB, 1982

MIGLIOLI, Jorge. **O ISEB e a encruzilhada nacional**. In : TOLEDO, Caio Navarro (org). **Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio Janeiro, REVAN, 2005

MOSCA, G. A classe dirigente. In. SOUZA, A (org) **Sociologia Política**. Rio de janeiro, Zahar, 1966

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das Massas**. São Paulo, Martins Fontes, 2002

ORTIZ, Renato – **Cultura brasileira e identidade nacional** – São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____ **-A Moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**-São Paulo: Brasiliense 2006.

PAIVA, V. P. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo, Graal 2000.

PARETO, V. As elites e o uso da força na sociedade. In SOUZA, A (org) **Sociologia Política**. Rio de janeiro, Zahar, 1966

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática, 1990

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil -1952-1964**. Tese de doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em ciência política da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da USP.

PINTO, A. V.(a) **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

_____. (b) **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, 2v.

_____ **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

_____. **-Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo, Cortez, 1991

_____. **O Conceito de tecnologia**, Rio de Janeiro. Contraponto, 2005.2v

PRADO JÚNIOR, Caio – **História econômica do Brasil**- São Paulo: Brasiliense, 1973.

RAMOS, G. **A problemática da realidade brasileira**. In: Introdução aos Estudos Brasileiros – Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

RIDENTI, M. **O Fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, UNESP, 1993

ROCHA, Glauber. **EzTetyka da Fome 65** in: **Revolução do Cinema novo**. São Paulo. Cosac Naify, 2004.

RODRIGUES, J. A (org) . **Durkheim**. São Paulo, ÁTICA, 1998.

ROUX, Jorge – **Álvaro Vieira Pinto: Nacionalismo e Terceiro Mundo** – São Paulo: Cortez, 1990.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos – **“Raízes da imaginação política brasileira”**- In: Revista Dados, Rio de Janeiro, 1970.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos - **Ordem burguesa e liberalismo político** – São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARTZ, Roberto – **O pai de Família e outros estudos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

SQUEFF, E. & WISNIK, J. M. **O Nacional e o popular na cultura brasileira (Música)**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

SKINNER, Quentin – **As fundações do pensamento político moderno** – São Paulo – Companhia das letras, 1996.

SKIDMORE, Thomas – **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck **“Estudo histórico- sociológico da cultura brasileira”** In: *Introdução aos Problemas do Brasil*, Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

A ofensiva reacionária. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América.** In: *Os pensadores* – São Paulo: Abril Cultural, 1973

TOLEDO, Caio Navarro – **ISEB : Fábrica de Ideologias** – São Paulo : Ática, 1978.

TORRES, A. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

VALE, Antônio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença : um diálogo teimoso na educação.** São Paulo, UNESP, 2006.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil.** Niterói. Itatiaia. 1987

VIANNA, L.W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIGEVANI, T. **Terceiro mundo. Conceito e História.** São Paulo. Ática. 1994.

WEFORTT, Francisco Corrêa – **O populismo na política brasileira** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

